

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NAOMI DE PAULA SCHEER

REGENERAÇÃO URBANA  
DO BAIRRO SÃO FRANCISCO

CURITIBA

2012

NAOMI DE PAULA SCHEER

# REGENERAÇÃO URBANA DO BAIRRO SÃO FRANCISCO

Monografia apresentada à disciplina Orientação de Pesquisa (TA 040) como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná – UFPR.

Orientador(a): Profª Maria Luiza Marques Dias

CURITIBA

2012

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Orientador(a):

---

Examinador(a):

---

Examinador(a):

---

*Monografia defendida e apresentada em:*

*Curitiba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.*

Aos meus pais, Agnes e Sérgio,  
e à minha irmã Taís, pelo exemplo de dedicação.

## RESUMO

As transformações no meio urbano, advindas do crescimento populacional e dos novos anseios e desafios do mundo contemporâneo, conferem às áreas centrais urbanas de caráter histórico, a necessidade de acompanhar tais mudanças, para evitar a perda de aspectos como atratividade, centralidade e identidade. O caráter peculiar do bairro São Francisco, inserido no contexto da área central da cidade de Curitiba, confere a importância de seu estudo, uma vez que sua dinâmica não coincide com caracterizações típicas do bairro Centro, como local de confluência diária de grande contingente populacional. Por outro lado, seu caráter residencial é permeado por intensa dinâmica cultural e de lazer e por conjunto histórico arquitetônico e paisagístico relevante à identidade da cidade - uma vez que este remete aos primórdios da ocupação urbana curitibana. Frente à identificação da necessidade de melhorias urbanas no bairro, são previstas diretrizes que buscam interromper sua desvalorização e deterioração. Temáticas relativas às intervenções urbanas, conceitos e questionamentos quanto à atuação do arquiteto-urbanista foram abordados no decorrer do presente trabalho, com o intuito de agregar conhecimento e subsídios para a atuação regenerativa na escala local do bairro.

Palavras-chave: Centralidade.Áreas centrais urbanas históricas.Identidade.Desvalorização.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>3</b>
1.1 Apresentação do tema.....	5
1.2 Objetivos e Justificativas .....	7
1.3 Metodologia.....	7
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL</b> .....	<b>9</b>
2.1 Centralidades Urbanas: conceituação e questionamentos .....	12
2.2 Espaços públicos .....	17
2.3 Paisagem urbana e identidade local.....	19
2.4 Participação social em propostas urbanas.....	22
2.5 Identidade e questão patrimonial .....	26
<b>3 INTERVENÇÕES E PROJETOS URBANOS</b> .....	<b>31</b>
3.1 Breve panorama histórico de intervenções em centros urbanos .....	31
3.2 O desafio da contemporaneidade.....	32
3.3 Intervenções em áreas centrais históricas .....	35
3.4 A inflexão da <i>Gentrification</i> no contexto brasileiro.....	38
3.5 O instrumento do Desenho Urbano.....	41
3.6 Antropologia urbana: uso de métodos de observação.....	46
<b>4 ESTUDOS DE CASO</b> .....	<b>51</b>
4.1 Regeneração cultural na área da Lapa - Rio de Janeiro .....	52
4.2 Reabilitação Turística do Bairro do Recife Antigo .....	61
4.3 Transformações urbano-sociais em Palermo Viejo - Buenos Aires.....	67
4.4 Análise comparativa dos estudos de caso .....	72
<b>5 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE</b> .....	<b>78</b>
5.1 Evolução histórica da ocupação do bairro .....	78
5.2 Caracterização da realidade do bairro .....	88
5.2.1 Contextualização.....	88
5.2.2 Legislação urbanística.....	90
5.2.3 Aspectos sócio-espaciais .....	93
5.2.4 Aspectos patrimoniais .....	97
5.2.5 Aspectos físico-ambientais.....	100

**6 DIRETRIZES PROJETUAIS..... 108**

**REFERÊNCIAS ..... 110**

# 1 INTRODUÇÃO

Diante das transformações decorrentes da crescente demanda por urbanização de grandes centros urbanos, identifica-se a necessidade de entendimento da dinâmica sofrida pelas áreas centrais, sobretudo pelos bairros históricos que a compreendem. Ameaças de perda dos aspectos de centralidade, atratividade e população decorrem dos processos de larga escala sofridos pelas metrópoles na atualidade.

Como testemunhos da história, cultura e identidade de uma cidade, os bairros constituintes da região central apresentam diferentes dinâmicas e aspectos, sobretudo o caráter de deteriorados quando na presença marcante de imóveis e bens históricos.

Semelhantes a outras cidades brasileiras, Curitiba e Região Metropolitana (RMC), apresentaram nas últimas décadas um intenso processo de urbanização. Segundo projeção populacional elaborada pelo IPPUC (2008), de 2007 a 2020, a população atual do aglomerado urbano formado pela conurbação entre a capital paranaense e as áreas dos municípios limítrofes sofrerá aumento de 12%.

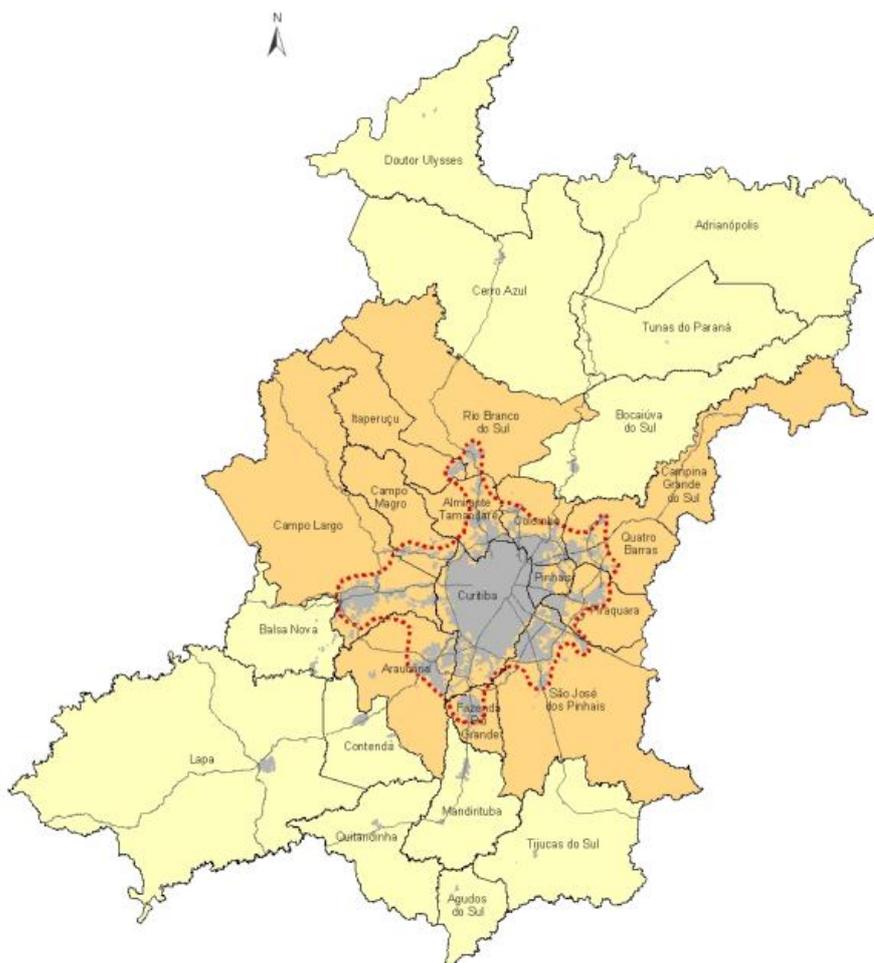


FIGURA 01 – Mapa ilustrativo da conurbação urbana de Curitiba e municípios adjacentes da RMC. Fonte: IPPUC (2010)

A ocupação extensiva do território urbano de Curitiba favorece a subutilização de instalações e espaços consolidados das centralidades tradicionais, que passaram a apresentar aspectos de degradação do patrimônio construído e dos espaços de uso público, além da mudança do perfil socioeconômico da população residente. A influência das novas modalidades tecnológicas acarretou a descentralização das atividades geradoras de trabalho e renda, que já não estão presentes de forma intensiva apenas na área central da cidade, mas em novos núcleos polarizadores e dispersos ao longo da malha urbana.

A constatação das transformações ocorridas diante da produção do espaço e em sua apropriação contemporânea revela a necessidade de redigir preceitos teóricos e metodológicos para a atuação efetiva na qualificação de espaços públicos enquanto suportes da vida cotidiana.

De acordo com recentes teses desenvolvidas por Ferri (2009) e Bonadio (2010), nas quais foram feitas análises do bairro Centro de Curitiba e do Setor Histórico respectivamente, percebeu-se a necessidade de abordagem do bairro limítrofe às áreas tratadas – o bairro São Francisco, uma vez reconhecido seu papel tanto na centralidade urbana, quanto como símbolo histórico-cultural: duas características em processo de desvalorização, diante de seu papel estratégico na cidade.

Bonadio (2010), ao propor a reavaliação dos limites institucionalizados à zona do Setor Histórico, recomendou sua expansão, partindo da análise dos processos espaciais que ultrapassam sua delimitação. Redirecionou, portanto, ações de preservação e reutilização do casario histórico de parte do Bairro São Francisco que não estava inclusa no Setor primordialmente. A análise da área central histórica de Curitiba, feita por Bonadio (2010), reconheceu que o Setor Histórico, institucionalizado por Decreto de 2000, é permeável ao seu território imediato, ao ultrapassar as delimitações decretadas oficialmente. Em função de sua localização, é revelada uma intrínseca relação do conjunto de valor patrimonial e identitário, com a dinâmica cidadina diante dos processos contemporâneos de produção espacial.

A partir do exposto, questionamentos quanto à falta de valorização do bairro, apesar de suas significações territorial e simbólica, motivaram o anseio por seu estudo e proposição de ações de recondução destes valores. A presente pesquisa prevê, portanto, a análise da realidade do bairro São Francisco de Curitiba, com o intuito de embasar a elaboração de projetos urbanos locais conforme os princípios da Regeneração urbana. Buscou-se o levantamento de questões a respeito dos aspectos teóricos, metodológicos e conceituais que dizem respeito ao meio urbano, sua centralidade e demais dinâmicas envolvidas com a produção do espaço: questão patrimonial, paisagística, sociocultural e habitacional.

A fundamentação a partir de conceitos vinculados ao meio urbano e às experiências urbanísticas de intervenções no espaço prevê a estruturação de diretrizes projetuais a serem trabalhadas posteriormente – na 2ª etapa do Trabalho Final de Graduação.

Os conceitos de Regeneração ou Reabilitação Urbanas sofreram grande evolução ao longo dos anos, sobretudo quanto aos âmbitos de atuação, princípios, metodologia e abordagem. Existe atualmente um consenso de que a reabilitação de áreas urbanas em processo de degradação deve envolver a população, uma vez que trata-se de uma ação de resgate da identidade cultural local, junto do combate à segregação social e em defesa da função social da propriedade, pela previsão de utilização destas áreas dotadas de infraestrutura e de parque construído, porém subutilizadas.

### **1.1 Apresentação do tema**

“Regenerar: Tornar a gerar; reproduzir; dar nova vida a;  
reconstituir; restaurar; reorganizar;  
recuperar; reabilitar.”

O reconhecimento das ações de Regeneração ou Reabilitação urbana em bairros centrais históricos é uma constante em trabalhos acadêmicos: nessas “estão envolvidas diversas áreas do saber, no qual a investigação, a experimentação e a participação assumem papel muito importante.” (PEREIRA, 2011).

O bairro São Francisco é limítrofe aos bairros Centro e Centro Cívico, porém não recebe a mesma importância dada a eles quanto ao tratamento de seus espaços públicos e quanto a seus usos, apesar de sua relevância territorial e histórica no município.

A identificação do bairro é frequentemente correlacionada ao conjunto patrimonial que compreende o Setor Histórico (SH) da cidade, que transborda os limites de sua delimitação. Diante da relevância do conjunto histórico preservado, é recorrente a falta de identificação do resto do bairro pela população curitibana, possivelmente devido à presença do Setor Histórico, que obstrui as demais áreas residenciais, menos interessantes e que abrangem a maior parte de seu território.

O bairro é caracterizado pelas áreas degradadas ambientalmente, inseguras e pouco valorizadas, sendo notável a necessidade de tratamento dos espaços públicos da região, como forma de revitalizar e ampliar a apropriação dos espaços pelos moradores e visitantes, tendo-o como referência cultural e de lazer – fato que já é evidente, mas que ainda não é intensamente explorado, apesar de seu evidente potencial.

A dinâmica atual da cidade de Curitiba, em processo de conurbação, com crescente aumento da demanda de integração metropolitana, exige a elaboração de projetos de

grande porte, cuja abrangência seja extramunicipal. Uma vez considerada esta complexidade, o presente trabalho prevê, em contraponto, a atuação em escala local, (microurbana) afirmando a potencialidade de projetos urbanos concentrados como forma de estimular e promover intervenções para as demais áreas da cidade.

Para Solà-Morales (2001), algumas das ações mais interessantes de ações de transformação do espaço urbano têm lugar nas bordas dos centros, não dentro, nem demasiado longe deles, mas em suas áreas limítrofes. O reforço das centralidades fora do centro possibilita o rompimento de seus limites, já imprecisos, criando efeito de permeabilidade entre o centro e seu território imediato.

O reconhecimento da influência de ações locais para um contexto espacial maior permite a busca por estimular a atuação na área da Regional Matriz como um todo, isto é, a região central na qual está o São Francisco – que abriga a maior concentração de atividades de comércio e serviços da cidade e para qual convergem milhares de pessoas por dia.



FIGURA 02 – Vista aérea da área Sul do bairro, destaque ao o Reservatório do Alto São Francisco, de 1908, e entorno de caráter histórico. Fonte: IPPUC (2011)

Projetos urbanos são entendidos por Borja (1998) como atividades estratégicas em escalas variáveis que respondem a diferentes demandas e seu respectivo entorno, que necessitam estar inseridos em políticas coerentes que promovam a ordenação espacial e o aumento da qualidade de vida da cidade. Devem possuir, portanto, três bases de legitimidade: normativa, política e sócio-cultural, cujas ações sejam definidas sob o consenso entre técnicos e população.

## **1.2 Objetivos e Justificativas**

Os principais objetivos desta pesquisa consistem em refletir sobre a gênese, evolução e características da área do bairro São Francisco para, desta forma, elaborar de maneira adequada as diretrizes projetuais, como forma de inverter situações de degradação no meio urbano central da cidade, promover a qualificação do espaço público urbano e redefinir a funcionalização do bairro. Buscou-se ainda, preconizar a correlação entre a realidade brasileira diante dos conceitos e exemplares internacionais citados ao longo da pesquisa, principalmente ao relativizar o crescimento atual das grandes cidades de países em vias de desenvolvimento, nas quais estão 72% da população urbana mundial.

Para o suporte conceitual e teórico da análise foram estabelecidos como objetivos específicos: compor balanço bibliográfico não exaustivo acerca de conceitos e fundamentos sobre centralidades, espaços públicos, paisagem, patrimônio, participação social e identidade urbanos, para melhor compreender a diversidade de proposições e dinâmicas atuais. Na sequência, é dado enfoque às intervenções urbanas, conforme seus conceitos, temporalidade, desafios diante das mudanças contemporâneas, meios e processos decorrentes das transformações espaciais advindas destas ações.

Pretende-se, ainda, refletir sobre as causas da constatação da “decadência dos centros urbanos históricos”, para a definição de instrumentos de apoio e metodologia adequados para a análise da realidade local, diante da dinâmica e das legislações urbanísticas incidentes. A apresentação de linhas de atuação das intervenções será orientada pelo planejamento estratégico, guiado pelas fragilidades e potencialidades do bairro e pela influência de medidas intervencionistas na dinâmica urbana no entorno próximo e nos bairros limítrofes - tendo em vista o reforço da centralidade e a preservação da identidade do São Francisco.

São de ordem variada as causas da degradação desta área da região central da cidade e cabe ao arquiteto-urbanista, como ativista cultural e promotor da valorização do espaço urbano para os pedestres, agir pela qualificação ambiental de ruas, avenidas e praças que enquadram monumentos e edificações históricas.

## **1.3 Metodologia**

Por meio da definição dos objetivos descritos, a metodologia para a concretização do estudo constituiu-se da consolidação de base teórica, análise de experiências semelhantes para o aprofundamento e detalhamento do conhecimento acerca das intervenções urbanas

em diferentes contextos urbanos, e finalmente, o levantamento e registro de dados da realidade do objeto de estudo.

Admitidas algumas hipóteses a partir da discussão acerca dos conceitos e teorias urbanísticas, foram executados levantamentos em campo e análises no sentido de entender as diversas relações entre o espaço e a população residente, atividades predominantes e situação do patrimônio existente, além de estudos quanto a formas de observação da realidade do bairro. Considerar a situação real é um ponto de partida para a análise urbana e social, ou seja, o conhecimento da área permite a aproximação das demandas locais e fundamenta propostas. A elaboração de um diagnóstico posterior à caracterização dos diversos aspectos em voga na realidade do São Francisco possibilitou a avaliação das condicionantes que determinaram a proposição das diretrizes e propostas projetuais.

É previsto para a etapa seguinte do presente trabalho de conclusão de curso, a reavaliação dos resultados obtidos a partir do referencial teórico e estudo das questões referentes à dinâmica sócio-espacial do bairro, além da possibilidade de novas análises e revisão de informações, podendo haver ajustes de objetivos e propostas, caso seja necessário.



FIGURA 03 – Organograma metodológico.

Fonte: A autora.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO CONCEITUAL

“As cidades são o maior artefato já criado pelo homem.  
Sempre foram objetos de desejos, desafios, oportunidades e sonhos.”

Carlos Leite (2012)

A seguinte abordagem de conceitos e termos relacionados às cidades e ao espaço público, prevê o levantamento de questionamentos e a busca por entendimento da dinâmica urbana atual.

Wirth (1956), como importante representante das bases da Sociologia urbana, reconhece as influências das cidades sobre a vida social do homem. Para além do local de sua moradia ou trabalho, as cidades são centros iniciadores e controladores da vida econômica, política e cultural. Ao definir o termo simplesmente como uma localidade e como um aglomerado de pessoas, certos critérios devem ser relativizados. Como o sociólogo afirma, distinguir comunidades urbanas das rurais, tendo a densidade como base arbitrária, pode ser enganoso, uma vez que a população noturna residente é distinta da que usufrui dos espaços que compõem o meio urbano. Para fins sociológicos, portanto, a cidade é um núcleo extenso, denso e permanente de indivíduos heterogêneos. Pode assim ser compreendida como um produto de caráter físico, político e cultural, composto por certa aglomeração humana, que abriga funções sociais e funcionais.

De acordo com Borja (1996, p. 85):

“entende-se a cidade não só como território que concentra um grupo humano e uma grande diversidade de atividades, mas também como um espaço simbiótico (poder político, sociedade civil) e simbólico (que integra culturalmente e confere identidade coletiva a seus habitantes), e que se transforma em um campo de respostas possíveis aos desafios econômicos, políticos e culturais da nossa época.”

Na experiência urbana contemporânea, cujo sistema predominante é o capitalista, a cidade é essencialmente excludente. É este, portanto, o lugar de confronto entre diferentes formas de sociabilidade e padrões culturais.

O modo de vida urbano é caracterizado pelo superficialismo, anonimato e pelo caráter transitório das relações urbano-sociais que explicam a racionalidade típica do habitante das cidades contemporâneas, que, sendo polos de atração econômica e cultural, concentram contingentes populacionais, desigualdades sociais e territoriais. A diversidade está presente em todos os aspectos do meio urbano, no qual convivem indivíduos das mais diferentes realidades que circulam facilmente por universos distintos. Ao abrigar

contradições, o espaço urbano deve ser palco de novas maneiras de enfrentá-las a partir do traçado de diretrizes e propostas.

A metrópole é o espaço de “desencontros e agregação”, caracterizada por dinâmica social, diferente da cidade de pequena escala que, segundo Simmel (1987), apresenta maior controle social entre seus habitantes.

Diante da nova dinâmica social do meio urbano ocidental, Françoise Ascher (2003) sugere que a atual fase da urbanização pertence ao 3º estágio do processo de modernização, o qual abandona o racionalismo simplista do estágio anterior.

A caracterização da “3ª Revolução Urbana” é baseada na sociedade racional das grandes cidades, dotada de crescente autonomia individual em relação às condicionantes espaciais e temporais, em que o local físico deixa de ser o palco imprescindível das práticas sociais. Surgem novas possibilidades de escolha de deslocamento, devido à telecomunicação, localização de residência e de trabalho. Esta mobilidade crescente cria novos problemas de coesão e novas formas de segregação social: a individualização cada vez mais forte e a multiplicidade de escolhas conduzem a perfis de vida e consumo cada vez mais diferenciados e singulares, bem como a explosão de tipologias - o que dificulta a categorização social, apesar das determinantes econômicas e socioprofissionais. É uma complementação para a conceituação de Milton Santos, de cidade como espaço de confronto e de inúmeros padrões socioculturais.

Ascher (2001) esclarece o atual paradigma da seguinte maneira:

“as sociedades ocidentais estão em mutação, entrando em uma nova fase da modernidade, que assiste à evolução profunda das maneiras de pensar e agir, da ciência e da técnica, das relações sociais, da economia, das desigualdades sociais e das formas de democracia.”

Os novos paradigmas, associados à pós-modernidade e à realidade virtual da informática, criaram sistemas abertos e variáveis, e categorias inéditas que substituem os conceitos clássicos do Urbanismo. Para o teórico André Corboz (2006), a abordagem de temas urbanos atualmente peca pelo uso de neologismos<sup>1</sup>, como o emprego de termos como *conurbação urbana* (de Patrick Geddes, 1915), *megálope* (de Jean Gotmann, 1961), ou *urbano* (de Henri Lefebvre), que não mais se adaptam às realidades às quais se referem. A junção dos termos anteriores, a *metápolis* (de Françoise Ascher) é o que melhor designaria o espaço urbano sob a atual perspectiva de mutação.

---

<sup>1</sup> Neologismo, neste caso, refere-se ao fenômeno linguístico que apropria-se de uma palavra e incorpora um novo significado ao termo original.

A percepção ambiental de uma cidade, conforme Lynch (1969), é obtida através da junção de três componentes: estrutura, identidade e significado. Conforme a cidade é vivenciada, certa imagem é estruturada mentalmente pelo indivíduo que a vivencia. A identificação de um objeto implica na sua distinção em relação a outros objetos e seu reconhecimento como entidade separada, é a sua *identidade*. O padrão espacial, ou ainda, a relação do observador com este elemento é a sua *estrutura*. A *significância* deste elemento, por sua vez, dentro da estrutura da cidade, quando dotado de identidade, é variante conforme as experiências adquiridas pelo indivíduo em seu passado, além de sua cultura, etnia, idade.

As formas de os habitantes estabelecerem vínculos entre si e com o meio urbano, evidenciam a complexidade dos sistemas de circulação, redes e fluxos que coexistem com os espaços cotidianos. Diante destes novos aspectos, cabem questionamentos e a busca por novos métodos de atuação no meio urbano e em sua gestão. Seriam ações que enfrentem tanto as particularidades quanto as diferenças dos lugares. A produção do espaço urbano seria encarada, assim, não somente como uma determinação topográfica, histórica e social, mas também como fruto de um projeto coletivo - noção que convive de maneira contraditória com a individualidade e a fragmentação da cidade atual.

## 2.1 Centralidades Urbanas: conceituação e questionamentos

“A cidade é fruto, justamente, dessa correlação de forças, dessa ação da sociedade, dos desejos, dos desígnios que a sociedade coloca para esse espaço.”  
(CRUZ, 2012, p.14).

A deterioração das regiões centrais das metrópoles tem trazido discussões à tona, quanto à necessidade da recuperação de seus atrativos e multiplicidades - características primordiais dessas áreas.

A localização limítrofe ao bairro Centro de Curitiba confere ao São Francisco um caráter diferencial, apesar de parte de seu território ser pertencente ao *centro expandido ou área central* da capital. Frente a essa constatação, o bairro pode ser identificado como um espaço centralizado territorialmente, que também adquire características e aspectos comumente atrelados ao conceito de *centro* das cidades. É relevante ainda esclarecer que o presente estudo prevê a identificação de semelhanças, diferenças, especificidades e influências entre centros urbanos e bairros próximos - referindo-se ao objeto da análise.

Apesar de Villaça (2001) constatar que os estudos das terminologias do espaço intraurbano já estão estagnados há décadas (tendo a última contribuição de notabilidade feita por Manuel Castells em 1978), é possível levantar conceitos e contribuições elaborados por autores contemporâneos, que reeditaram concepções de autores das décadas de 1930 a 1970.

A estruturação do espaço intraurbano, segundo Villaça, é dominada pelos deslocamentos do ser humano. A centralidade de uma localidade urbana refere-se, portanto, à disputa associada aos deslocamentos espaciais da população.

“Dominar o centro e o acesso a ele representa não só uma vantagem material concreta, mas também o domínio de toda uma simbologia. Os centros urbanos principais são, portanto [...], pontos altamente estratégicos para o exercício da dominação.” (VILLAÇA, 2011, p. 244).

Áreas centrais (como centros expandidos) são as localidades mais dinâmicas da concentração urbana, pelo intenso fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes de atividades terciárias diversificadas, que, historicamente, foram eleitas para a localização de instituições públicas e religiosas, tal qual foi o caso do Largo da Ordem no bairro São Francisco.

Como sugere Segre (2005), o termo *centro* é assumido como o “âmbito da sociabilidade, da expressão política e cultural”, o local da condensação da identidade de uma cidade, ponto de convergência do tráfego e do transporte público urbanos. O caráter heterogêneo e de acessibilidade democrática das áreas centrais favorece, quanto à apropriação de seus espaços, a criação de vínculos, sinais de reconhecimento e delimitação do espaço urbano.

A reflexão inicial acerca da conceituação das centralidades urbanas parte da oposição físico-territorial entre centros e entorno – periferia - áreas predominantemente de uso misto ou residencial, localizadas no entorno de um espaço urbano dotado de diversos equipamentos e serviços de lazer e entretenimento. Compreende-se assim, uma área central como um núcleo e seu anel periférico:

"O processo de centralização urbana que deu origem à *área central* resultou numa organização espacial composta basicamente de duas frações: o centro de gestão de toda estrutura urbana ou metropolitana, isto é, o núcleo central, e a zona periférica ao centro (*frame*, zona de transição, de obsolescência ou deteriorada, periferia imediata), formando uma franja de usos diversificados separando o centro dos demais bairros." (VAZ E SILVEIRA, 1999, p. 52).

Seguindo a mesma lógica, Villaça (2001) afirma que, para conceituar *centro urbano*, convém relativizar as diferentes realidades e concepções, que variam conforme os contextos nos quais os *centros* são analisados.

Para a presente análise, apesar das distinções dos conceitos para a mesma expressão, serão relacionados os centros tradicionais, conhecidos como centros históricos, que juntamente de seu entorno próximo, são compreendidos como uma área mais ampla e de maior influência: os centros expandidos.

Como afirmado anteriormente, o bairro São Francisco possui parte de seu território pertencente ao centro tradicional histórico – o Largo da Ordem ao sul do bairro, como parte conjunta do bairro Centro, que abrigou o núcleo inicial da cidade. O restante de seu território pode ser assim classificado como parte constituinte do centro expandido, juntamente dos demais bairros limítrofes ao Centro tradicional.

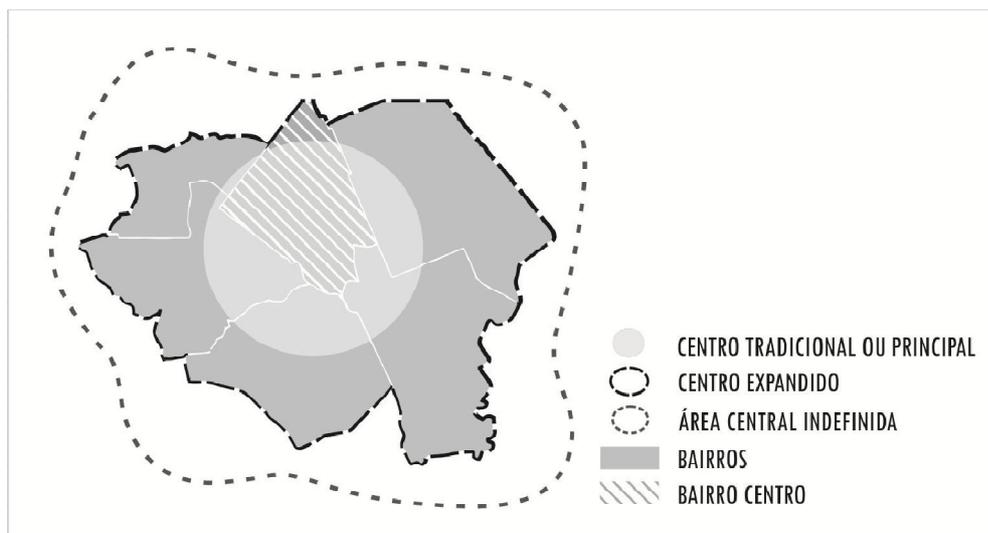


FIGURA 04 – Figura ilustrativa da conceituação de Centro Tradicional (ou Principal) e Centro Expandido. Fonte: A autora

Nota-se, nas grandes cidades, um contínuo processo de degradação de suas áreas centrais, inicialmente marcado por seu abandono pelas camadas de alta renda. Villaça (2001) apresenta as diferentes manifestações do processo de declínio, como o abandono do centro como local de oferta de empregos para as camadas de mais alta renda, descentralização de atividades de lazer e culturais, e abandono da área como local de compras e de moradia.

Durante o século XX, o aumento da escala urbana favoreceu a multiplicação de áreas circundantes ao centro principal, originando, assim, um processo de transição da estrutura centro-periferia, que acarretou inúmeros impactos nas antigas áreas centrais metropolitanas que abrigavam o centro financeiro-empresarial, tornando algumas de suas partes obsoletas e decadentes.

Os processos que levaram à “degradação” variam conforme a diversidade de características de cada uma, porém, conforme o Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais (2008), alguns fenômenos se repetem, como a deterioração e o esvaziamento do patrimônio; a precariedade ambiental e habitacional; a concentração de atividades informais; a mudança dos perfis socioeconômicos de residentes e usuários do bairro; e a concentração de grupos sociais vulneráveis e problemas sociais, como moradores de rua, menores abandonados e consumo de drogas.

Frúgoli Jr. (1995) revela a considerável semelhança entre as cidades brasileiras que sofreram com o processo de origem capitalista, de transformação de suas áreas centrais, outrora elitizadas, à crescente “deteriorização”, juntamente da intensificação do uso e apropriação por classes populares nas primeiras décadas do século XX. Segundo o autor, o destino do espaço público nas áreas centrais das cidades tornou-se problemático diante das

mudanças do início do século, principalmente no que diz respeito às utilizações cotidianas.

O aumento da mobilidade espacial motivada pelo aumento da taxa de motorização das classes de mais alta renda, isto é, os interesses de locomoção dessa classe, ajudaram a modelar o território das metrópoles ao dotá-los de liberdade espacial. A oferta de serviços diversos e o comércio ampliaram o raio de ação em função da clientela motorizada. Assim, o espaço urbano, bem como seu centro principal, passaram a sofrer modificações e adaptações ao novo padrão de mobilidade baseada no uso do automóvel, assumindo, a partir da década de 1970, dimensões maiores e grandes fragmentações. Este processo de predomínio sobre as vantagens e recursos do espaço urbano, bem como das ideologias, pela classe dominante, é entendido como *dominação*. Harvey *apud* Villaça (1993; 2001) afirma que o domínio do espaço sempre foi um aspecto vital da luta de classes, tendo, assim, o poder sobre o deslocamento espacial se constituído como força determinante da estruturação urbana.

A concentração de atividades e o fato de ser o nó dos serviços de transporte público conferem ao centro tradicional e aos subcentros o atributo da centralidade, responsável tanto pelo processo de concentração, quanto pela supervalorização que eleva o preço do solo urbano.

O encarecimento do solo, associado às estratégias dos agentes imobiliários de promoção e venda de outras áreas mais atrativas ou com necessidade de ocupação, promoveram o que Cordeiro (1980) chamou de *desdobramento da centralidade*. Cidades como São Paulo sofreram com este processo, que Lefebvre (1986) chamaria de implosão ou explosão do centro, ou seja, a centralidade é dispersa para novos centros, dotados das funções antes atreladas unicamente ao centro tradicional. Para Maricato *apud* Besciak (2011), a descentralização ocorreu também no momento em que os centros urbanos passaram a agregar caráter popular, afastando o mercado imobiliário, que buscou novos territórios para investir.

A expansão das áreas urbanas, ocorrida de modo espontâneo ou planejado, incentivou a criação de uma rede de novos centros urbanos – os subcentros. As novas centralidades, dispersas ao longo do território urbano, foram criadas segundo a lógica de localizações acessíveis e valorizadas, como aglomeração equilibrada de serviços e comércio. Como réplicas em tamanho reduzido do centro principal, de que é exemplo a construção de novas sedes administrativas, ajudaram na dissolução da importância e do caráter do centro tradicional.

Apesar de alguns autores correlacionarem o processo das subcentralidades ao caso das metrópoles brasileiras, Villaça (2001) ainda reconhece o centro tradicional e sua abrangência como os focos essenciais de irradiação da organização espacial urbana e metropolitana. Para o autor, a proliferação de subcentros bastante desenvolvidos e

suficientes, tais como são vistos nos processos de descentralização, não ocorre no caso brasileiro. Apesar de a tendência ao distanciamento do centro ser clara em algumas cidades, sua significação está longe de se comparar com a das proximidades ao centro.

Como espaço vital para a dominação e o controle sobre o espaço urbano, os centros tradicionais, ou principais, ao serem deixados pelas classes de alta renda, passam a ser relativizados quanto a seu estado atual. O autor levanta questionamentos diante da rotulação do processo como “degradação” ou “declínio” da área central. Na realidade, é comum a correlação das transformações do centro tradicional ao estado de parte de seus edifícios de caráter histórico, estes sim, em estado de ruínas ou deterioração. A conotação dada ao centro não é vinculada apenas a uma simples constatação, mas a uma explicação do processo social (a popularização da área central) pelas classes dominantes, de renda elevada, como forma de eximir as burguesias de qualquer responsabilidade na centralidade tradicional.

A mobilidade urbana consistiu em importante indutora das transformações do espaço urbano e de suas centralidades, estando intimamente relacionada aos anseios das classes dominantes. Corrêa (2003) explica que a ação dos diversos agente sociais implica em contínuas reconfigurações espaciais do meio urbano, seja pela incorporação de novas áreas, deteriorização de outras, densificação do uso do solo, e relocação de serviços ou infraestrutura. Diante do objeto do presente estudo, destaca-se a relativização do processo da “degradação das áreas centrais urbanas”, como base essencial para a busca pelo entendimento da realidade urbana em questão e, ainda, para a definição das maneiras como devem ser trabalhados os espaços diante dos agentes sociais neles envolvidos. Se a caracterização dos centros tradicionais já não mais condiz com suas características primordiais, conclui-se que os espaços públicos que os constituem também seguem a mesma lógica.

Conforme afirma Luciano Salamacha, em entrevista ao jornal Gazeta do Povo - citada por Ferri (2009), atualmente, nota-se a centralização de atividades relacionadas a novas necessidades da sociedade. Incluem-se nesse paradigma a busca por centros de compras 24 horas e a demanda por novos serviços, em que se destacam não apenas o consumo individual ou familiar, mas também o empresarial. Surge ainda a demanda pela especialização de serviços ligados às atividades de bancos, da publicidade e propaganda, da moda, à realização de eventos e feiras, e à hotelaria devido ao turismo de negócios.

O centro tradicional, ao extrapolar seus limites prévios, formou uma região próxima à área central histórica, de grande complexidade funcional, alvo de constantes desafios para a definição de seu novo perímetro de abrangência – o centro expandido. Esta nova região central deve ser encarada, portanto, como uma abrangência espacial de caráter democrático, dinâmico e multifuncional. O desafio de sugerir propostas para áreas do centro

expandido refere-se ao caráter diferencial que carregam, uma vez que não comportam todas as especificidades típicas do centro principal. Juntamente do contínuo crescimento urbano, torna-se evidente a tendência de expansão da dinâmica central para seu entorno próximo. Cabe a manutenção da diferenciação dos bairros que incorporam a mancha de influência central, bem como seu planejamento adequado para a permeabilidade entre centro e território imediato, prevendo o desenvolvimento adequado a bairros de configuração semelhante à do São Francisco.

## 2.2 Espaços públicos

Para o entendimento das discussões acerca do conceito de espaço urbano público, é fundamental apresentar algumas considerações.

No contexto de reconstrução do pós-guerra europeu, o CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1951, tendo como tema principal o coração das cidades, abordou com relevância questões relativas à recuperação dos espaços públicos dos centros urbanos arruinados, como forma de humanizar a vida nas cidades. A criação de espaços de caráter público, segundo Solà-Morales (2001), é um meio de tornar as cidades mais disponíveis aos seus cidadãos.

A questão do espaço público e de sua definição não deve ser limitada apenas à oposição entre este e os espaços de uso e caráter privado. Ao considerar apenas a dimensão física do termo “espaço público não edificado”, a referência é feita para as ruas, largos, praças, sem a consideração de sua dimensão social. Avanços da reflexão teórica sobre a cidade a partir da década de 1970 possibilitaram uma nova abordagem destes conceitos.

O espaço público deixa assim de ser encarado como espaço residual, herança dos pensamentos modernistas, ao qual devem ser garantidas as possibilidades de um local cívico, de encontro, carregado de cargas simbólicas para a comunidade e como *lócus* da arte como experiência e manifestação coletiva. (SERT, 2001).

Segre (2005) complementa que a concepção do lugar público como um espaço acessível é a garantia do encontro com a diversidade. Ou seja, a possibilidade de acesso irrestrito aos espaços de caráter público confere a democratização da cidade, como lugar “da presença e coexistência de uma multiplicidade de pessoas, ofícios, comunidades e culturas que se complementam mutuamente”. Neste sentido, o autor afirma que a qualidade urbana de uma cidade pode ser avaliada a partir da riqueza, quantidade e da significância dos espaços públicos que a compõem.

Segundo artigo de Roberto Segre (2005), na cidade contemporânea a presença dos espaços públicos não é mais valorizada e identificada da mesma maneira que em períodos anteriores à globalização e práticas neoliberais. Por outro lado, a nova interpretação acerca do lugar público deixa de ter como enfoque seu caráter físico e de sociabilidade, recaindo sobre sua dimensão política na vida social - que o caracteriza como território de mediação entre a sociedade e o Estado. Por sua vez, a Teoria da Razão Comunicativa, de Habermas (1981), indica a existência de uma forte necessidade de criação de espaços públicos que promovam processos de tomada de decisão a partir de diálogos entre civis sobre temas de interesse público. Esse autor descarta a possibilidade de que os problemas das sociedades humanas possam ser resolvidos na instância do mercado (via liberal) ou pelo Estado (estruturas de poder institucionalizadas).

Nessa nova concepção, é no espaço público que as políticas públicas são concretizadas e vivenciadas pela sociedade, segundo diferentes formas de associação e conflito. Esta reflexão trata o espaço público como produto, de prática e significado, ou seja, refere-se prioritariamente à apropriação e à utilização particular do espaço, de forma material ou simbólica, à transformação dos espaços existentes e à criação de novos espaços.

Alguns dos fatores que Segre (2005) cita como incidentes na perda do valor atual do espaço público são: a) tendências à fragmentação urbana; b) intervenções urbanas grandiosas “supermodernas”; c) suburbanização na fuga do centro tradicional ou modernização de espaços disfarçada; d) presença do carro e vias de tráfego rápido; e) esvaziamento, deterioração e subutilização de infraestruturas e espaços públicos tradicionais; f) surgimento de edificações privadas que adquirem caráter público restrito, substituindo atividades antes tradicionais aos espaços públicos – shoppings, supermercados, etc; g) desaparecimento de formas e funções que favoreciam o relacionamento social e a vida democrática.

Rem Koolhaas, um dos pensadores contemporâneos dedicados ao tema do espaço público, afirma “que a rua está morta; que os pedestres estão nos canais e fluxos, e que as tipologias dominantes são o arranha-céu e o shopping”. Apesar de não considerar o distanciamento necessário para uma análise mais apropriada do momento atual, a constatação é válida para complementar a noção genérica contemporânea e a reflexão exposta anteriormente:

“[...] a perda da coesão social física gerada pelas comunicações virtuais e o domínio do *cyberespaço*, de *voyerismo* entre as pessoas, [...] esvaziara os espaços comerciais, que são hoje os núcleos que aglutinam a vida urbana.”  
(SEGRE, 2005).

O estudo de um conjunto de espaços públicos requer a identificação de como ocorreram os processos de conformação histórica, visando à compreensão das mudanças ocorridas nas suas significações, funções e usos. A persistência da tradição histórica, a multi-culturalidade da população e a mistura de funções das áreas centrais, para Segre (2005), é o que mantém a vitalidade e o dinamismo social dos espaços cotidianos. Assim, conceber espaços públicos como promotores da socialização e das articulações pessoais cria possibilidades de “abrir novos horizontes” no contexto urbano desvalorizado.

A complexidade do termo *espaço público* evidencia a complexidade do objeto dentro da cidade contemporânea. Trata-se de locais que, na teoria, comportam o exercício da cidadania e a garantia dos direitos humanos através da acessibilidade completa. A não conformidade a normas ou a irregularidade de espaços recaem no meio urbano como consequências ruins não apenas ambientalmente, mas também socialmente. (TSIOMIS, 2006, p. 76).

### 2.3 Paisagem urbana e identidade local

"A paisagem é sempre uma herança.

Na verdade, ela é uma herança em todo o sentido da palavra:  
herança de processos fisiográficos e biológicos,  
e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram  
como território de atuação de suas comunidades."

(AB'SABER, 1977)

A busca pela essência do conceito e do real significado da *paisagem* é um desafio de esforços reflexivos. Para Sandeville (2010), a paisagem pode ser considerada, inicialmente, como um espaço, invenção humana como cultura. Chama-se atenção para o conhecimento de mundo que ocorre mediado pela experiência do homem, seja ela intelectual, empírica, cultural ou subjetiva. Cosgrove (1998) diferencia a aplicação do termo paisagem de outros autores - que a tomam como lugar, espaço ou meio, - quando afirma que a paisagem está em toda parte, sendo fonte constante de beleza e feiúra, de acertos e erros, de ganho e de perda. Essa polaridade é permeada de aspectos culturais e simbólicos da sociedade que a vivencia. A paisagem é assim entendida como uma experiência existencial, que envolve as esferas da subjetividade, do simbólico e da sociabilidade no cotidiano, considerando-a ainda, como herança e patrimônio coletivo, e como futuro – a ser definido por meio de ações e transformações.

O registro, por meio da memória coletiva da percepção da paisagem, representa uma tradição construída por um conjunto de lembranças, mitos e lendas que, além de acompanhar extensos períodos da história, também molda instituições e valores. Sob esse aspecto, a paisagem constitui um lugar de percepção visual para a formação da identidade de um grupo social, sendo um meio de troca no qual se relacionam formação histórica particular e seus valores.

Zukin (2000) conceitua a paisagem como construção material e representação simbólica das relações sociais e espaciais, ou seja, na paisagem a sociedade relaciona-se com grupos sociais e recursos materiais e coloca-nos como observadores em relação a esta sociedade, que por sua vez, observa-nos enquanto mantemos relações com outros grupos e matéria. A paisagem é, portanto - além de uma expressão físico-territorial, natural ou construída - uma experiência partilhada e uma construção sócio-cultural, tensa e contraditória, vivenciada no presente e herdada de longos processos naturais e do trabalho humano. Como herança, não é passiva, muito menos conclusiva, possui caráter dinâmico e transformador. O discurso técnico, acadêmico e a prática atuante na paisagem sofrem, da mesma forma, contínua interação e transformação. Por ser tanto experiência quanto herança, história e tempo, a paisagem e o espaço são frutos de decisões que expõem ou ocultam as lutas sociais.

A perda de referenciais geográficos e históricos tornou-se uma constante nas metrópoles, consequência da forma como a cidade é organizada e produzida espacialmente, tendo a rede econômica como principal condicionante da configuração espacial urbana e paisagística.

Para cada apropriação espacial ou arranjo humano, é necessário o reconhecimento das especificidades culturais de cada grupo social ou comunidade, sobretudo quando submetidos a condições de exclusão ou preconceito. O estudo do espaço pode ser visto como uma estratégia para a formação social de um cidadão autônomo e independente, consciente do espaço onde habita. Diante disto, surge a questão de como ocorre esta participação do cidadão na produção do seu espaço e da paisagem que habita.

Como uma unidade territorial e de gestão, um lugar vivido, percebido e reconhecido, é estabelecida a noção político-administrativa do *município*. Local que reúne complexas interações com organizações civis onde é possibilitada a atuação de instituições e políticas públicas. Neste espaço é possível a viabilização de estratégias e programas de gestão e sugerida adoção do espaço vivenciado como inspirador de projetos de intervenção e, ainda, sua articulação com outros locais.

Neste sentido, Pereira (2011) complementa que a globalização político-econômica ocorrida nas últimas décadas alcançou ritmos alucinantes, a velocidade dos processos, no âmbito das estruturas de poder passa a exigir, por parte das amplas camadas

desfavorecidas da sociedade, novas contrapartidas conceituais e organizacionais a fim de fazer frente a essa nova realidade. Assim, o profissional da paisagem urbana, quanto a sua atuação no projeto, construção ou gestão, encontrará respostas coerentes com as necessidades da coletividade se buscar na esfera pública os vários níveis de decisão, do Estado, mercado e da sociedade civil.

Para ser possível o estabelecimento de prioridades para resolver ou conciliar os conflitos no espaço produzido pelo homem, valores culturais e sociais, bem como os processos naturais, devem ser reconhecidos. A melhoria da qualidade ambiental depende de esforços coordenados dos legisladores dos órgãos públicos e das corporações e instituições privadas, dos arquitetos, urbanistas e paisagistas, dos cientistas naturais e sociais, dos humanistas e dos cidadãos. É evidente que o habitat transcende o simples fato de possuir uma casa, é a necessidade de inserção da comunidade nos lugares de sociabilidade, de modo a estabelecer um processo de construção da cidadania e consequente identidade.

Se, por um lado, é na macroescala que se estabelecem mudanças significativas para uma real reestruturação urbana, de outro, é na escala local que se dá o entendimento da estrutura de valores da sociedade, fornecendo a base necessária para serem tomadas decisões coerentes e efetivas, pautadas na realidade de determinado local. Para Santos (1995), discute-se o papel do arquiteto quanto a sua atuação profissional, com base na formação acadêmica e do papel da Universidade frente a estes desafios: “É necessário deixar certas prerrogativas normativas do que deveria ser a cidade dos outros, e de como eles deveriam fazer, para perceber na comunidade a quem o projeto se destina os seus valores, gerando um *projetar de perto*”.

A elaboração e implementação de projetos urbanísticos ou paisagísticos implicam na necessidade de conhecimento profundo da realidade do local que sofrerá transformações. Além do levantamento e análise das diversas condicionantes espaciais, ambientais, legislativas e econômicas envolvidas, é essencial que sejam priorizados e equilibrados os interesses e anseios dos diferentes agentes sociais envolvidos com o espaço em questão. Portanto, para possibilitar o estabelecimento de prioridades para resolver ou conciliar os conflitos no espaço produzido pelo homem, valores culturais e sociais, bem como os processos naturais, devem ser reconhecidos.

A noção da unidade territorial de bairro – área de estudo e de proposta de intervenção do presente trabalho - é questionada enquanto unidade autônoma, devido à mobilidade da população urbana e às escolhas frente à diversidade de opções e oportunidades presentes na metrópole; neste caso, autores defendem que os moradores não se prendem ao bairro. Por outro lado, um dos maiores triunfos dos grandes centros

urbanos é a formação de comunidades com interesses em comum e a consequente identidade com o local que comporta tais interesses.

A partir da tentativa da conceitualização da paisagem, parte-se para o desafio de analisar a relação do homem com o local onde ele habita – caso existam sentimentos de pertencimento ou identidade - e ainda, como ele atua sobre este nas diferentes esferas da sociedade – a participação social.

## **2.4 Participação social em propostas urbanas**

“Participar é completar um esquema proposto.”

Nicolas Bourriaud (2002)

O processo de participação social é um item fundamental na construção coletiva da paisagem e do espaço urbanos, pois é desta maneira que os usuários entendem o seu meio e contribuem de alguma forma tanto no desenho quanto no processo de decisão dos projetos, como forma de repensar aspectos sociais.

A necessidade de ligação da população com o processo de análise, diagnóstico e elaboração de propostas explica-se pelo objetivo social de um projeto urbano: a melhoria da qualidade de vida e da habitabilidade de um local, através da resolução de problemas e dificuldades enfrentados pela população, pela recuperação de seus interesses e relações sociais.

Alguns Planos Diretores, como o vigente em São Paulo, preveem ações locais através das delimitações oficiais de bairros. São previstas orientações para a elaboração de projetos através dos chamados “Planos de bairro” - instrumentos de afirmação da cidadania – de abordagem local, subsídios à vivência do habitante ao extrapolar os limites de sua residência durante o cotidiano. Seria, portanto, a primeira instância de participação da população no planejamento da cidade. Uma maneira de planejar diante da escala microurbana, cujos intuitos envolvem e comprometem o cidadão através da inserção no sistema de gestão urbana. De maneira integral, o Plano aborda as diversas questões referentes à dinâmica urbana da localidade, a partir da qual é feito um diagnóstico que define as deficiências do local, com enfoque em equipamentos comunitários e infraestrutura, com previsão de cenários futuros para a adequação segundo o crescimento populacional local. (SALGADO, 2011).

Segundo Renato Saboya (2012), é crescente o interesse pelos Planos Locais integrados aos Planos Gerais, apesar da escassa literatura disponibilizada sobre o tema. O autor reconhece exemplos de projetos que objetivaram a reestruturação urbana de

determinadas áreas, mas que acabaram por limitar-se apenas ao desenho do sistema viário e dos espaços públicos. Além do Brasil não possuir tradição em realizá-los, as propostas mostraram-se aquém do potencial dos Planos Locais pela diminuta abrangência de suas intervenções.

Estabelecer objetivos e propostas segundo anseios comunitários, sintonizar as diretrizes gerais de acordo com as especificidades do bairro ou região, analisar potencialidades e deficiências, conformar espaços de acordo com as características socioculturais presentes, são alguns dos aspectos a serem trabalhados pelo Plano de escala local. Outra concepção pertinente permite a atuação em escalas ainda menores como em trechos viários: a área de abrangência é a principal característica que define o Plano. A redução da escala implica, no entanto, na concentração de esforços nos aspectos mais relevantes da área e de forma mais intensa que em Planos macrourbano, cuja gama de aspectos é muito superior. A microescala permite o alcance de maior sintonia com as características particulares do local, através do aprofundamento e de maior personalização.

Reportando a importância da participação social para o objeto de estudo deste trabalho - o bairro São Francisco - foi identificada uma iniciativa institucional denominada Rede de Desenvolvimento Local (RDL), do Sistema FIEP e SESI, que atua em 16 bairros de Curitiba, dentre os quais, a área de estudo. Como um programa de articulação social de fins democráticos, a Rede prevê um sistema de governança compartilhado no qual se valoriza o papel político do cidadão, com iniciativas voluntárias e cooperativas. No decorrer de sua implementação, foi aplicada uma metodologia de indução do desenvolvimento local baseada no investimento em capital social<sup>2</sup>. Seminários e encontros foram marcados entre os agentes e a população interessada (residente ou não no bairro), com o intuito de levantar problemas e definir quais as melhorias necessárias para as localidades. Os agentes de desenvolvimento local são, em grande parte, graduandos da área de ciências sociais e de psicologia, cuja formação para o programa ocorreu em 2011.

Os passos para a articulação da comunidade do bairro envolveram a formação de uma rede de pessoas envolvidas em projetos comunitários, em programas de desenvolvimento, governamentais ou não governamentais; bem como a escolha de indivíduos com personalidades estimulantes e capacidade de animar a comunidade para participar do planejamento de eventos, projetos e demais organizações no bairro em questão.

---

<sup>2</sup> *Capital social* é um recurso para o desenvolvimento sugerido para explicar certos conjuntos humanos que conseguem criar ambientes favoráveis à boa governança, à prosperidade econômica e à expansão de uma cultura cívica, melhorando suas condições de convivência social.

A Rede deve ser ampliada a todos aqueles que quiserem colaborar com o trabalho, prevendo um número mínimo a ser alcançado em cada localidade, não sendo recomendável a abrangência de menos do que 1% da população residente.

A metodologia proposta seguiu uma sequência de passos e atividades que incluíram além de seminários e debates, diagnósticos participativos, elaborados pelos participantes do programa.

A possibilidade de analisar paralelamente este diagnóstico social ao de caráter técnico - previsto para o decorrer deste estudo - é um meio de lidar com a comunidade e correlacionar potencialidades e deficiências por ela apreendidas.

As metas propostas para o bairro podem assim ser relativizadas segundo diferentes óticas – a do profissional do meio urbano e a da comunidade que vivencia este meio. Diagnóstico este que revelou necessidades básicas, problemas prioritários e potenciais locais, de acordo com o usuário da região, indicando reais oportunidades de desenvolvimento e de reconhecimento do bairro.



FIGURA 05 – Dinâmica promovida pela RDL no bairro São Francisco em Setembro de 2010.

Fonte: [www.rdlsofrancisco.blogspot.com.br](http://www.rdlsofrancisco.blogspot.com.br)

Após o contato com agentes da Rede, foram coletados os questionários e resultados das dinâmicas feitas com a comunidade, com o intuito de levantar dados a respeito dos interesses e anseios de diferentes agentes sociais envolvidos e interessados na dinâmica social, econômica e histórico-cultural do bairro. A análise qualitativa destes documentos foi um exercício que previu a identificação de comportamentos e motivações de certa parcela de pessoas, ou seja, a generalização dos resultados a toda população envolvida na dinâmica do bairro, auxilia na definição de hipóteses e direciona as propostas a serem elaborados para a realidade local.

Como afirma Sandeville (2010), é preciso considerar a complexidade dos processos participativos e a ausência de uma tradição democrática na discussão deste assunto no Brasil. Apesar da existência de programas como os da RDL, a falta de práticas educativas quanto à construção da autonomia do cidadão é notável e reflete na participação escassa da população. Fato evidenciado pela quantidade de participantes no programa do bairro: dos 6.130 habitantes residentes no ano de 2010, menos de 1% participaram regularmente dos debates e seminários. Paulo Freire (2001) complementa que, o reconhecimento da participação social, não é apenas um processo atrelado politicamente a decisões específicas, mas uma possibilidade de construção de conhecimentos e de “abertura para o mundo”.

A participação social não é um processo linear, sendo muito difícil prever as variáveis que estarão em jogo durante o processo de construção do exercício participativo, isso porque se dá no campo das relações humanas, no espaço de conflitos entre os diversos agentes sociais. Posicionamentos diversos fazem com que os moradores não se envolvam com o projeto em questão e não se sintam estimulados a se mobilizar, mesmo quando ele os afeta diretamente.

Importante representante das bases da Sociologia Urbana, Robert Park (1916), reconheceu a noção de *vizinhança* como uma das bases para a mais simples forma de associação com que lidamos na organização da vida nas cidades, enquanto contato e proximidade entre habitantes. O fortalecimento destes laços é possível a partir de iniciativas que enfoquem a participação coletiva e fomentem a articulação dos habitantes para a construção do meio urbano. Outro conceito relacionado advém da expressão *lugar*, que em contraponto à mera noção de território, reconhece uma nítida ordem local que é definida, sobretudo, pelas relações de proximidade e pelo cotidiano compartilhado, ou seja, a dimensão social é mais uma vez reforçada.

## 2.5 Identidade e questão patrimonial

A expressão *patrimônio histórico*, segundo Choay (2001, p. 11), designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se assemelham por seu passado comum. Nas práticas atuais, a transformação do entendimento do que seria *patrimônio* adiciona ao termo o caráter de produto de consumo e espetáculo, banalizando a dimensão fundamental que o inaugurou.

O reconhecimento da valorização histórica e artística dos bens de interesse patrimonial é a base para o questionamento quanto às formas de atuação sobre esses bens e quanto ao desafio de sua conservação. No caso dos bens imóveis, Choay afirma que a “reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio.” (2001, p. 219).

A nova destinação de um imóvel histórico é uma operação complexa, uma vez que o monumento é poupado do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso, como é afirmado por Riegl e Giovannoni *apud* Choay (2001). É uma ação que exige bom senso e sensibilidade diante das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais que variam de país para país.

A noção de *cidades históricas* e de sua conservação, como um todo, é muito posterior à concepção de monumentos patrimoniais individuais. Choay identifica diversos fatores que contribuíram para retardar a inserção do espaço urbano em uma perspectiva histórica, tais como: a escala urbana, sua complexidade, a noção histórica indiferente ao seu espaço, assim como a ausência de documentos e cadastros relativos aos modos de produção e às transformações do espaço urbano ao longo do tempo.

A valorização histórica e simbólica de conjuntos urbanos históricos advém das reflexões teóricas da década de 1960, pela mudança de postura frente à preservação da *identidade* do ambiente construído. A evolução do pensamento patrimonial diante dos conjuntos urbanos remete, inicialmente, às modificações sofridas pelo meio urbano no período que se seguiu à Revolução Industrial. Diante deste panorama, Choay (2001, p. 179) afirma que:

“a conversão da cidade material em objeto de conhecimento histórico foi motivada pela [...] perturbação traumática do meio tradicional, emergência de outras escalas viárias e parcelares. É, então, pelo efeito da diferença e, conforme a expressão de Pugin, por *contraste*, que a cidade antiga se torna objeto de investigação”.

Conjuntos urbanos históricos tornaram-se enclaves para as ações urbanas do século XIX, pelo fato destes constituírem um obstáculo ao livre desdobramento de novas maneiras

de organização do meio urbano. A constatação da perspectiva histórica das cidades remete, portanto, aos fundadores da disciplina do *urbanismo*, ou seja, a noção de patrimônio histórico urbano surgiu na contramão do processo de urbanização dominante, exemplificado pelas reformulações urbanas de Haussman, em Paris.

Um marco para a considerável expansão mundial das práticas patrimoniais foi a Convenção relativa à proteção do patrimônio cultural e natural, pela Assembléia Geral da Unesco, em 1972. Uma vez reconhecida a validade do discurso proposto, de universalização e conservação patrimonial, a Convenção fornecia um conjunto de obrigações relativas à “identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão do patrimônio cultural às futuras gerações”, através da colaboração internacional para a proteção patrimonial. A universalidade proposta é questionada por Choay, devido à criação da disputa entre países pela lista mais extensa de patrimônios mundiais (prestígio internacional), ou ainda, pela difusão errônea de atribuições de valor artístico e cultural a monumentos que podem, por exemplo, possuir valor unicamente religioso.

Diante da necessidade de relativizar princípios previstos de maneira sistemática para qualquer localização do globo, tem-se nos centros urbanos e bairros históricos a imagem das dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio e sua integração com a vida contemporânea.

O debate a respeito da relação de conjuntos tradicionais, sua proteção e seu papel na contemporaneidade, surge de novas recomendações da Unesco (de 1975), nas quais foram expostos motivos e argumentação mais complexa em favor do tratamento “não museal” das malhas urbanas.

A importância do documento, para Choay, advém de seu caráter lúcido e por lidar com o valor social do patrimônio e das malhas históricas diante de interesses imobiliários e turísticos. Pela conservação viva dos conjuntos históricos é possível proteger particularidades étnicas e locais, evitando a banalização das sociedades e de seu meio (2001, p. 223).

Como complemento ao pensamento da autora, Canclini (2003) afirma que a globalização não uniformizou o mundo e sua produção cultural, uma vez que não há evidência empírica de que este fenômeno diminua a diversidade e decomponha a ordem social, mas confere maior complexidade e dinâmica às diversas formas de conexão entre o local e o global. Para o autor, situações de homogeneidade e heterogeneidade foram retomadas sob o ângulo das dinâmicas culturais cidadinas, marcadas pela permanente busca de valorização das identidades locais. No quadro das interações multiculturais, o turismo tornou-se uma variável importante na produção ativa dos lugares, atuando na competição da busca de qualidades especiais e no esforço de formar uma imagem distinta das cidades.

A fruição do conjunto urbano juntamente de propostas de valorização simbólica, além da manutenção da população residente, foram objetivos que vislumbravam conservar a complexidade social do centro histórico de cidades como Nápoles, na Itália – onde houve uma proposta bem sucedida de utilização da legislação para a proteção do patrimônio “intangível” referente às relações sociais específicas e à vivência, pouco recorrentes no trato patrimonial atualmente.



FIGURA 06 – Vista da *Piazza del Plebiscito* no Centro Histórico de Nápoles.

Fonte: [www.skycrapercity.com](http://www.skycrapercity.com)

Diante da globalização e da dinâmica contemporânea, Barreira (2007) afirma que a questão patrimonial é encaminhada na direção da visibilidade turística, a qual o passado de uma sociedade é posto como objeto de recriação e inventividade. A possibilidade de agregar o devido valor e reorganizar o ambiente urbano histórico pode ser alcançada através de políticas de reorganização do espaço urbano que valorizem a cidadania e que considerem a importância da apreciação da história, contribuindo para informar a imagem (identidade) do local. A preocupação com a salvaguarda de conjuntos urbanísticos e arquitetônicos mantém-se incipiente à criação de políticas e processos urbanos nos quais os bens de interesse patrimonial estão sujeitos à exploração econômica – que se beneficia do *status* histórico e patrimonial, mas não se subordina ao local histórico.

Nuno Portas (2006) identifica a pressão exercida pela paisagem antropizada pré-existente, consolidada pela história e densificada pelas atividades, sobre os projetos intervencionistas. A relação entre o contexto e o novo não é sempre igualitária, uma vez que a paisagem primária acaba por determinar ou interferir na forma com que se intervém em espaços públicos, na substituição de edifícios obsoletos ou até mesmo em suas extensões imediatas: “[...] os contextos são interlocutores em movimento” (2006, p.60).

Complementar ao pensamento de Portas, Roberto Segre (2006) afirma que uma comunidade, ao constatar a importância estética e funcional de seu entorno e a significação da sua memória histórica e ambiental, assume a necessidade de mantê-lo para as futuras gerações, sendo possível paralisar ou corrigir as deformações ocorridas no contexto urbano degradado. Esta consideração refere-se a cidades de escala controlável, tal como ainda pode ser classificada Curitiba – médio a grande porte. Pela defesa dos valores éticos e morais que emolduram a vida coletiva, a responsabilidade dos profissionais sobre o meio urbano transpõe a técnica, focando-se na responsabilidade política e cultural.

O processo de transformação do espaço, aliado à noção de patrimônio histórico, não se trata de reproduzir configurações que correspondam a condições sociais passadas, uma vez que a importância de áreas centrais históricas não é apenas cultural, mas também econômica. Processos de degradação ou desvalorização constituem desperdícios, sobretudo em cidades de países em vias de desenvolvimento.

O contexto histórico latino-americano revela a subvalorização da herança colonial histórica até a década de 1960. Diante da questão da salvaguarda do patrimônio arquitetônico e urbanístico, as primeiras iniciativas foram redigidas pela Carta de Veneza (1964) e pelas Normas de Quito (1967), marcando o início do processo de conservação de espaços urbanos históricos – intervenções consideradas tímidas e conservadoras por Segre, pela atitude relutante de utilização de soluções modernas no contexto da arquitetura tradicional.

Castells (1978), ao discorrer sobre processos socioespaciais urbanos, desenvolve a hipótese de que, nas cidades europeias, as áreas residenciais sofisticadas tendem a apropriar-se da cultura e história urbanas, localizando-se em áreas centrais reabilitadas. Processo justificado pela dominação definitiva e pela força da elite dessas cidades, que não são características da classe em cidades americanas, nas quais a classe refugiou-se distante dos centros: nos subúrbios urbanos.

Sitte (1992), através da percepção da falta de qualidade artística em determinada paisagem urbana, recomendou a busca pelo equilíbrio entre preservação e modificação. Estabelecer que um conjunto de edificações históricas é parte integrante de um plano de ações de melhoria urbana, evitaria a demolição abusiva do casario existente. Por outro lado, Oba (1998) afirma que o excesso de zelo na preservação gera deturpações, como a tendência de estender tipologias históricas às novas edificações, recaindo em *pastiche*, ou ainda, na estetização de cenários históricos de forma fantasiosa, tomando-os por ambientes que nunca existiram.

O reconhecimento de que o processo de planejamento não envolve apenas a elaboração de diretrizes para novos espaços urbanos ou áreas não urbanizadas, mas inclui, principalmente, a preocupação de atuar em área consolidadas, é essencial. A questão do

planejamento urbano é atrelada e complementar à dimensão patrimonial da cidade, enquanto identidade, memória e referência urbana. Historicamente, Curitiba foi reconhecida como exemplar marcante de planejamento bem sucedido. Um cenário que se referia ao atrelamento das transformações urbanas ao contexto histórico e à preocupação diante da identidade urbana: pretendia-se preconizá-la e divulgá-la. As estratégias de *city marketing* foram cruciais para o destaque que a cidade receberia a partir da valorização de sua imagem e a política dirigida ao cidadão, para a promoção de legitimidade das práticas urbanas - que poderiam ser concretizadas em cidades cujo potencial e acervo histórico são maiores.

Apesar da afirmação de que há um novo posicionamento dos planejadores urbanos, o sentido de atuação na cidade não se alterou: a busca pelo equilíbrio entre imposições de agentes privados e, principalmente, do setor imobiliário mantém-se.

Uma análise da noção de centralidades urbanas pode apresentar duas vertentes em voga atualmente: de um lado, a associação desta área ao conceito de centro histórico; e de outro, a relação ao fator localização e, portanto, à condição de máximo aproveitamento do solo. A segunda vertente pode tanto enfatizar a capacidade do capital de construir e transformar física e culturalmente o homem e seu entorno, como adquirir a noção central de aspecto político, subordinado à economia, pela recuperação popular da cidade, através do centro. Não são constatações equivocadas, mas pecam em polarizar o debate ao tratar a preservação segundo um enfoque unicamente culturalista e a renovação, conforme uma visão economicista, não tratando-as como são: complementares, – as intervenções devem buscar o equilíbrio entre aspectos de renovação e permanência.

Diante do panorama reflexivo a respeito do tratamento dos bens patrimoniais inseridos no meio urbano, de que maneira seria adequado interferir e introduzir o *novo* sem prejudicar ou desconsiderar a identidade histórica da cidade e do objeto deste estudo – o bairro São Francisco? Apreender as lições das decorrências históricas do planejamento citadino curitibano, que almejou a renovação juntamente do reconhecimento da memória urbana através da manutenção (e exaltação) de símbolos e marcos referenciais, seria um começo. É necessária a compreensão de que a preservação cultural é fruto da conscientização da importância da recuperação dos bens pelos cidadãos, como cita Oba:

“A preservação estará sempre condicionada ao nível de conscientização e interesse da sociedade local, da sua capacidade e do seu poder de influir e dos recursos disponíveis para tal iniciativa.” (1998, p. 262).

## 3 INTERVENÇÕES E PROJETOS URBANOS

“Cidades mudam e são modificadas por seus habitantes.

O ideal urbano de cidade é um lugar pulsante que organiza espaço para a vida pública e diversa.”

### 3.1 Breve panorama histórico de intervenções em centros urbanos

Através da 2ª geração do movimento Modernista, é materializada a ruptura com os postulados preconizados pelos CIAM, de negação do passado e da memória das cidades. Diante da crítica àqueles paradigmas, inicia-se a recuperação do valor do local, do bairro e da rua para a construção de um novo urbanismo, dotado de carga social mais consciente de tudo aquilo que, justamente, fazia parte dos conteúdos da arquitetura de caráter histórico.

A nova hegemonia teórica passa para o chamado Team X, sob influências inglesas, atentas à tradição e à cultura locais. A partir da publicação de Aldo Rossi, de 1986, “A arquitetura da cidade”, é iniciado um novo período fundamentado pelo estudo do meio urbano e de sua evolução histórica. De acordo com os dizeres de Jorge Moscato (2006), a modernidade passaria, assim, por uma revisão, “embalada pela crítica morfotipológica de origem italiana e espanhola aos postulados da tábula rasa” no tratamento da estrutura urbana. Este cenário, no qual as posturas inicialmente expostas são sucedidas por correções necessárias, ocorreria até o final do século XX.

Vargas e Castilho (2009) destacam o período de 1970 a 1990, devido ao grande número de normatizações e legislações visando a salvaguarda dos centros dito históricos. Outra questão amplamente abordada era o anseio pelo fortalecimento do relacionamento entre setores público e privado. Devido à concorrência entre projetos de caráter similar que passaram a visitar o centro tradicional, a busca pelas parcerias objetivava a procura por projetos de apelo popular, com enfoque na valorização da memória, organização da sociedade no meio urbano e em defesa do patrimônio, segundo o discurso de que os centros são elementos essenciais na vida, identidade e orgulho cívico.

A partir de 1990, é iniciado um período de reavaliação do pensamento urbanístico, no qual ocorreriam mudanças dos postulados até então preconizados. Seria o auge da cultura morfotipológica – baseada principalmente nos projetos de renovação de cidades como a Barcelona Olímpica de 1992 – no qual são conservadas e complementadas as diretrizes na área do *ensanche* da cidade.

Graças ao advento da revolução das comunicações e a possibilidade de maior difusão das informações, foram promovidas mudanças das relações econômicas com o território, tornando-as mais independentes do espaço físico, ao mesmo tempo em que a

visibilidade do território aumentou. Assim, eram intensificados os projetos urbanos e arquitetônicos como forma de promoção político-partidária. As intervenções tornam-se mais amplas e associações civis para a organização do meio urbano surgiram tanto na Europa, quanto na América Latina, tendo como enfoque das preocupações o contexto urbano pela valorização dos atributos do lugar, dos valores étnicos e do regionalismo.

No transcorrer da década de 1990, verificou-se um rigoroso exercício de respeito às diretrizes básicas e à autonomização progressiva do urbanismo, ou seja, os novos princípios seriam autônomos em relação aos conflitos do século XX.

### 3.2 O desafio da contemporaneidade

”Toda intervenção na cidade é necessariamente plural.”

“A intervenção é uma inscrição em um fluxo mais amplo e complexo: a dinâmica.”

(PEIXOTO, 2002)

As concepções de centralidades urbanas e de espaços públicos constituíram grande parte da discussão urbanística das últimas décadas. Ambos os conceitos fizeram parte da agenda de políticas urbanas orientadas para a melhoria da qualidade ambiental das cidades e da mobilidade urbana, dentre outros aspectos. Neste contexto, os valores patrimoniais das áreas urbanas centrais obtiveram significativa importância como *lugares do passado e da memória* capazes de sustentar a percepção da cidade enquanto espaço público de grande convergência populacional diária.

Diferentemente de outras épocas, nas quais a transformação da cidade gerou processos de renovação urbana impositivos - como os projetos modernistas do tipo tábula rasa, - ou a revitalização de centros históricos de maneira cenográfica - como os projetos pós-modernistas de caráter historicista ou pop - , atualmente, nota-se uma situação mais complexa.

Da presente preocupação quanto à preservação ambiental e à reciclagem dos recursos existentes, surgem novas demandas, ditas sustentáveis, a serem trabalhadas pela arquitetura e urbanismo contemporâneos. Assim como os demais recursos, os ambientes existentes não podem prescindir de reciclagens e transformações, sendo mais racional a transformação dos espaços existentes e subutilizados do que a sua negação, demolição ou substituição.

A regulamentação do Estatuto das Cidades no Brasil, em 2001, incluiu novas perspectivas às intervenções do meio urbano, diante do jogo de interesses que permeia a

evolução histórica das cidades brasileiras. A discussão do planejamento urbano é hoje articulada ao neoliberalismo e ocorre sob a perspectiva “ecológica”.

Cabe ainda o questionamento quanto à atuação pontual em espaços que sofrem com acelerada transformação. Neste sentido, é válido o seguinte questionamento: até que ponto a intervenção urbana no bairro São Francisco possibilitaria a qualificação do espaço urbano e a restauração da coerência urbana de forma expandida?

Na atualidade, ações em áreas degradadas ou obsoletas relacionam-se à necessidade de gerar efeitos multiplicadores da dinâmica econômica da cidade, bem como atrair investimentos às localidades. Propostas de intervenção que partem da escala do bairro – como unidade urbana mais próxima da escala do homem, - repensam as necessidades específicas de determinada localidade consolidada, objetivando diretrizes que vão além das previstas pelo Plano Diretor. Uma ação pontual no tecido urbano encontra-se relacionada à cidade em sua totalidade, quando estabelece estratégias de recuperação de periferias, patrimônio histórico, direito à moradia e ações diretas sobre os espaços públicos.

Borja (2001) defende a necessidade deste caráter integral das ações urbanas, polivalentes e articuladas, que prevejam servir além de sua função setorial, como forma estratégica de propor projetos urbanos visando a transformação coesa do meio. Cabe ao poder público, na maior parte das vezes, atuar no objetivo de captar recursos por meio de sua intermediação junto a investidores e proprietários, prevendo a valorização de terrenos urbanos.

As experiências urbanísticas acumuladas entre as décadas 1980 e 1990, exigiram um novo esforço teórico com o intuito de redefinição de parâmetros e instrumentos de intervenção nos espaços urbanos com necessidades de renovação e transformação. Para Meyer (2001), o novo objetivo dos projetos urbanísticos é o de atuar de maneira propositiva frente às novas funções urbanas e aos novos valores da sociedade. A real eficiência de um projeto urbano seria obtida não apenas pela transformação espacial, mas pela capacidade deste de induzir desdobramentos e a criação de condições para que outras intervenções complementares fossem implementadas, por diferentes atores sociais e em diferentes tempos. Estrategicamente, a reabilitação de áreas também consiste na criação de indutores de vida comunitária e de espaços de cultura como forma de irradiar pelo entorno urbano, a promoção de melhorias ao comércio, serviços, pela erradicação de atividade ilegais e revalorização de imóveis.

A autora sugere que o enfrentamento dos problemas urbanos deve ocorrer a partir do registro das potencialidades e da modernização do território. Análises e propostas devem buscar potencialidades urbanas ainda não exploradas e consolidar a escala local com a macroescala urbana, para justificar a intervenção. Solà-Morales (2001) destaca a necessidade do reconhecimento de que os espaços públicos não funcionam isoladamente,

sendo partes de um sistema contínuo e hierarquizado, cuja importância é ligada à sua capacidade de *urbanizar o privado*.

Desta concepção, advém o conceito de *espaços coletivos*, como lugares onde a vida urbana efetivamente acontece – são públicos adquiridos por uso particular ou privados com utilização pública, isto é, locais mistos de importância à coletividade da metrópole. Caberia, então, aos urbanistas “fazer dos lugares intermediários – nem públicos, nem privados espaços não estéreis, não deixados somente à publicidade ou lucro, mas como partes estimulantes dos tecidos urbanos”.

“É pela continuidade da rede dos espaços públicos que a cidade vai tomando a sua forma, é pela permanência no tempo dos espaços públicos que uma cidade constitui sua memória.” (HUET, 2001, p.148).

São estes os terrenos menos evidentes, porém mais interessantes para Solà-Morales (2001).

A identificação da dimensão ou esfera pública como uma qualidade dos espaços coletivos constitui uma contribuição para a percepção do papel desempenhado pelo espaço físico na vida da população. Habermas (1984) refere-se à *esfera pública* como expressão que revela a visibilidade das práticas sociais, junto da liberdade do acesso aos espaços e ao fato de que sobre tais locais são aplicadas regras igualitárias, tornando-os verdadeiramente públicos. A universalidade das regras que devem reger estas áreas não significa que há uniformidade entre as pessoas, diante disto, Segre (2005) destaca: a acessibilidade é a existência da possibilidade de troca entre diferentes – o confronto da diversidade. É revelada, assim, a semelhança entre a fundamentação do conceito de cidades e de espaços públicos: ambos, em essência, preveem apoderação e uso democrático, nos quais a vida social e política podem ser efetivamente encenadas. É a “função social” prevista e assinalada pelo Estatuto das Cidades.

No que se refere aos projetos urbanos, para a constituição de uma verdadeira dimensão pública em espaços urbanos, aspectos físicos como existência de rampas, disposição de mobiliário e arborização adequada, devem ser priorizados, ao permitirem maiores condições à apropriação pública. (ANDRADE, 2006, p.110).

Projetos e planos de intervenções urbanas, paisagísticas, além de seus aspectos estéticos, construtivos e funcionais são capazes de influenciar o comportamento humano diante do espaço.

As formas de convivência e de sociabilidade humana sofrem mudanças ao longo do tempo; para lidar com elas, Solà-Morales (2001) indica que é necessário evitar a reprodução de clichês que já não mais condizem com a sociabilidade contemporânea. Processos de fragmentação e privatização do espaço urbano e seus desdobramentos, como a exclusão

social e o comprometimento da cultura local, resultam em uma imagem de cidade que não corresponde à realidade. Isso ocorre porque, nesse percurso, aspectos como significação social e sentimento de pertencimento se perdem.

Além dos diversos aspectos citados que devem orientar propostas de intervenção no meio urbano, é inevitável o reconhecimento da possibilidade de ocorrerem confrontos entre agentes produtores do espaço. De um lado os setores “estabelecidos solidamente em toda uma série de atividades capitalistas que se realizam na área urbana”; de outro, “investimentos de infraestrutura, zoneamento urbano e legislação de uso do solo, que tradicionalmente são áreas de competência do município”. Proposições podem, assim, afetar interesses de dois dos setores mais importantes do empresarial local: o da construção civil e aquele que se dedica à especulação imobiliária. (OLIVEIRA, 2000).

Para Moscato (2006), o pensamento urbanístico no século XX é explicado pelas sucessivas correções de posturas anteriores, ou seja, o século é marcado pela revisão teórica de postulados, não pela criação de teorias inéditas. Conforme análise do autor, a partir da década de 1990, os novos paradigmas não constituem teorias, porém, podem ser agregados em quatro atitudes que caracterizam o prevaletimento da multiplicidade de ideias e de pontos teóricos de apoio:

- a) Nova concepção histórica - projetos de destaque que ressaltam o conjunto construído de cidades históricas;
- b) Novos projetos urbanos - posturas contextuais e a tentativa de leitura da realidade são abandonadas, para conceber propostas segundo definição da cidade como objeto;
- c) Reparição da cultura do bloco em áreas de renovação ou expansão urbana, abandono do trabalho com quadras fechadas;
- d) Incorporação inédita da natureza nas formulações urbanas, através da noção de paisagem e meio ambiente.

### **3.3 Intervenções em áreas centrais históricas**

De acordo com os pressupostos do Manual de Reabilitação de centros urbanos, do Ministério das Cidades (2008), *reabilitar* uma área central urbana é - por meio de políticas públicas e de incentivos à iniciativa privada - recompor as atividades e vocações da área, habilitar o espaço para as múltiplas funções urbanas e proporcionar sua centralidade e referencial para o resto do meio urbano. Tendo a área central como expressão das inúmeras

funções urbanas, e as especificidades de cada bairro que a compõe, é necessária a identificação das habilidades que tal área perdeu, levando em consideração características particulares locais e do território urbano como um todo. O Manual sugere, ainda, a delimitação preliminar da área de intervenção e a realização de levantamentos desta área, para o aporte da abordagem que relacione as diversas questões relevantes no local. Incluem-se análises de usos anteriores, atuais e potencialidades, como investimentos existentes, políticas traçadas e interesses privados que incidem na área em que se vai interferir.

Para Lourenço Guedes, em entrevista à Revista AU (2011), o termo *revitalização urbana* é equivocado e seu emprego proporciona deduções distorcidas quanto às áreas que sofrerão intervenções. Guedes justifica sua análise pela constatação da vitalidade já inerente ao meio urbano. O real objetivo de projetos de *reabilitação* seria, portanto: a promoção do reequilíbrio das atividades, tendo a desapropriação como último recurso possível de atuação. Por outro lado, o arquiteto-urbanista Marcelo Ferraz não condena a *revitalização* que institui como meio a desapropriação, pois a cidade é o resultado de negócios – o *meio de trocas* de Carlos Magnani – em todos os seus níveis e por todas as camadas sociais, com enfoque em grande grupo de beneficiários.

Amélia Reynaldo, coordenadora do Plano de Urbanização da ZEIS – Consórcio do Projeto da Nova Luz, comenta que “os polígonos da trama urbana que são delimitados para a elaboração de projetos urbanos, dentro de um planejamento global do território, nas dimensões urbana e metropolitana”, que são geralmente selecionados para sofrerem intervenções urbanas, situam-se em pontos estratégicos dos centros urbanos, sendo de fácil acesso e dotados de equipamentos públicos. As soluções a serem tomadas devem passar por consulta prévia junto da população residente. Modificações ocorrem não na escala do terreno, mas na escala urbana – que, para a coordenadora, justificam a utilização do instrumento das desapropriações como um processo que não necessariamente repercute na melhoria do espaço urbano.

A abertura da perspectiva de planejar a reabilitação de imóveis ociosos deve priorizar o uso para moradia e cultura, para o aumento do fluxo de pessoas durante horários não comerciais.

Para uma análise das motivações e justificativas para um projeto urbano em áreas centrais históricas, Vargas e Castilho (2009) apresentam o seguinte quadro síntese:

<b>Resgate histórico-cultural</b>	Papel das áreas centrais quanto à identidade e referência aos cidadãos, junto do registro histórico urbano
<b>Unicidade de identidade e senso de lugar</b>	Característica das áreas centrais de abrigar variedade de atividades e concentração social heterogênea diária
<b>Reaproveitamento econômico</b>	Aproveitamento da infraestrutura existente - sistema viário, saneamento, sistemas de energia e transporte coletivo - cujo descarte não se justifica
<b>Ajustes Sociais</b>	Mudanças dos padrões sócioeconômicos têm auxiliado no retorno habitacional às áreas centrais
<b>Conveniência de deslocamentos</b>	Diminuição considerável dos movimentos pendulares diários moradia-trabalho, uma vez que o centro concentra grande parte da oferta de trabalho cidadina

QUADRO 01 – Motivações que conduzem às intervenções em centros urbanos.

Fonte: Vargas e Castilho (2009).

Reabilitar antigas áreas centrais inclui a intensificação dos usos existentes e a promoção de usos diversificados, de maneira a proporcionar a circulação de pessoas a esses locais durante as 24 horas do dia. A utilização dos espaços públicos não deveria ocorrer de forma periódica, “o espaço público ocioso é oneroso”, como destaca Lerner (2001): ruas e regiões da grande cidade têm de estar preparadas para exercer funções diferentes durante todas as horas do dia, uma vez que a não utilização plena do tempo e do espaço recai em desperdício. A fluência de usos e escolhas constitui a base que sustenta a maioria das atividades culturais e das empresas especializadas das cidades. (JACOBS, 2000).

Para a garantia da vitalidade e diversidade ao espaço urbano, condicionantes a serem buscadas de forma combinada foram recomendadas por Jacobs (2000), além da preconização de usos relacionados aos espaços públicos primordiais de sua imagem: as ruas e calçadas.

A criação de sensação de segurança na metrópole pode ser prevista com o trânsito ininterrupto de usuários – o *requisito básico da vigilância* estabelecido por Jacobs. Dentre os transeuntes, seriam incluídos também os moradores e um número substancial de estabelecimentos e outros locais públicos dispostos ao longo das calçadas, sobretudo os que são usados no período noturno – como restaurantes, lojas, bares - que atuem de maneira variada e complexa para aumentar a circulação de pessoas nas calçadas e a consequente segurança mantida. A monofuncionalidade é outro fator considerado corrosivo no interior das cidades: atividades pouco diferenciadas produzem espaços homogêneos, indistintos e pouco vitais.

### 3.4 A inflexão da *Gentrification* no contexto brasileiro

Considerando que um dos maiores desafios da preservação do patrimônio arquitetônico, enquanto conjunto urbanístico na atualidade é a sua hipervalorização, retomase a discussão para o processo da gentrificação.

A terminologia dada ao fenômeno da *gentrification* surgiu do resultado de práticas espontâneas de transformação da composição social da ocupação residencial de bairros centrais de Londres na década de 1960, por meio da substituição da camada popular pela de renda mediana. O deslocamento das classes populares dos antigos bairros operários centrais implicou no novo perfil do morador londrino, atrelado à adoção de novos usos e imagem do território através de apropriações e investimentos no estoque de moradia.

A partir deste panorama inicial, decorrem exemplos de transformações induzidas e com metas de mudança do perfil populacional através de melhorias do meio urbano, explicitada pela afirmação de Bidou-Zachariasen (2006, p. 9): “De anomalia local ao mercado imobiliário, para se desenvolver como um componente residencial específico de uma ampla reformulação econômica, social e política do espaço urbano.”

Da necessidade de intervenção sobre determinada localidade, supõe-se que a área, degradada ou deteriorada, concentra grande quantidade de edificações e espaços públicos em mau estado de conservação. O processo apresenta-se, desta forma, sob dois aspectos: através das edificações antigas, desvalorizadas e, por consequência, reabilitadas; e o resultado da promoção imobiliária sobre terrenos em processo de valorização fundiária diante das transformações urbanas.

Em projetos de requalificação urbana é natural o enobrecimento e valorização da área que sofreu intervenções. Alertar para o fato de que tais projetos não se voltem exclusivamente aos interesses privados do mercado imobiliário, fundiário e financeiro, que revela a necessidade de maior atuação do poder público como regulamentador de usos e ocupação territorial através da legislação urbanística, como prevenção de transformações do perfil socioeconômico do morador originário da região.

Uma maneira de analisar os processos decorrentes de intervenções urbanas é questionar se o fenômeno da gentrificação foi incorporado às pretensões projetuais ou se este foi decorrente de uma série de ações de melhoria físico-ambiental sobre o meio urbano degradado. Seja de maneira intencional ou mera consequência, o fenômeno surge de uma relação intrínseca com políticas e estratégias de promoção do uso residencial associado a transformações da paisagem e ofertas de emprego, lazer e consumo.

Conforme a evolução da análise do processo, atualmente uma de suas definições amplamente divulgadas é redigida por Bidou-Zachariasen (2006), a partir da análise da evolução histórica do processo: “a gentrificação é entendida como um fenômeno físico,

econômico, social e cultural”. Implica, portanto, não apenas nas mudanças sociais, mas também nas mudanças físicas dos estoques de moradias dos bairros e nas mudanças econômicas, sobre os mercados fundiários e imobiliários.

Embora a diversidade do conceito seja atualmente reconhecida, pouco tem se buscado a diferenciação entre os diferentes cenários nas quais ela ocorre.

Apesar dos exemplos europeu e anglo-saxão já terem sido amplamente discutidos - e há concordância quanto ao fenômeno de *gentrification* em ambos os casos, - autores como Rivière d'Arc (2007) questionam os anseios das classes médias diante da possibilidade de voltar ao centro das grandes metrópoles brasileiras - e pode-se incluir Curitiba neste panorama.

A constatação é justificada pela falta de estudos das aspirações desta classe ou, ainda, sobre os segmentos sociais que estão deixando as áreas reabilitadas. Em casos citados pela autora, como Bruxelas, Lyon e Barcelona, casais jovens ou moradores únicos, de bom nível de instrução e poder de compra, são as principais demandas que optam pela área central como moradia, pela oferta diversificada de consumo e serviços disponíveis. Há, portanto, possibilidades de coexistir casos semelhantes a estes no Brasil.

Diversas motivações e propostas, que incluem a recuperação patrimonial, atração de novas atividades e moradores, melhoria ambiental, algumas vezes revelam ainda a necessidade de ‘limpeza social’ marginal e o repovoamento, inclusive como contraponto à expansão urbana e projetos integrados que aproveitam os terrenos públicos subutilizados.

A atual discussão diante das intervenções urbanas explicita a preocupação diante da promoção da diversidade social - como rejeição à gentrificação - sendo essencial a promoção de instrumentos urbanísticos para promovê-la.

“[...] a gentrificação dos centros é um risco importante para o qual é preciso estar alerta, mas que não é inevitável. A diferença também pode estar em um movimento forte dos que querem permanecer em uma sociedade civil atenta e participante nas políticas públicas para os centros e para a cidade.” (2006, p.19)

Diante do debate descrito, percebe-se que há unanimidade quanto à revalorização das edificações e a promoção imobiliária sobre os terrenos urbanos em processo de valorização fundiária. Porém, deve-se relativizar a pretensão dos Planos atuais de prever a gentrificação *versus* as práticas espontâneas dos habitantes de deslocamento no território. Sugere-se o alargamento do debate aos contextos ainda pouco explorados pela temática, partindo da identificação de fenômenos decorrentes da própria *gentrification*, enquanto resultado de boas ou más condutas urbanas.



FIGURA 07 – Imagem da história em quadrinhos que trata das transformações culturais de Nova York, por Will Eisner. Fonte: ZOLINI (2007).

### 3.5 O instrumento do Desenho Urbano

“A forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade;  
e há muitos tempos na forma da cidade.” (ROSSI, 1986)

Diante das aceleradas transformações que vêm ocorrendo no meio urbano, como o instrumento do desenho urbano poderia subsidiar o processo de resgate de áreas históricas degradadas, sem criar paisagens e ambientes de caráter cênico?

Como um instrumento aplicado, o Desenho Urbano pode ser um meio de desfazer rupturas advindas do processo da urbanização atual, pelo estabelecimento do equilíbrio do espaço público, ao instaurar maior qualidade através de estratégias de projeto que produzam efetiva dimensão urbana para a arquitetura.

Diante da ruptura e da fragmentação dos tecidos urbanos das cidades contemporâneas, Huet (2001) esclarece que o desenho urbano é um instrumento de trabalho eficaz ao almejar o reestabelecimento da coesão do espaço e do traçado urbano, relacionando as peças urbanas, com o intuito de desfazer ou redesenhar os espaços intersticiais, presentes nos rompimentos do tecido advindos da urbanização.

A dinâmica urbana contemporânea exige a análise da relação entre os espaços de uso coletivo e sua efetiva utilização pela população da cidade em estudo. Sendo assim, pode-se dizer que a qualidade dos espaços urbanos é verificada pela intensidade de seu uso e apropriação, em sua habilidade de estimular identificações simbólicas, culturais e de integração. Para tanto, Borja (1998) sugere propostas de intervenções que promovam continuidade e adaptabilidade dos espaços urbanos ao prever diferentes usos no decorrer do tempo.

A preocupação tipológica, conforme Nuno Portas (2006, p. 60), remete às teorias urbanísticas da década de 1960, que consideravam a diversificação das soluções projetuais diante das imposições do meio e do contexto:

“Cada proposta projetual de arquitetura coletiva (cidades, partes de cidades, espaço público ou construções singulares) deveria colocar-se como mais uma interpretação daquilo que os sítios, os grupos sociais, o Estado local desejavam e designavam.”

A pressão do contexto sobre as transformações do espaço conduz a múltiplos efeitos, tanto sobre as tipologias e atividades, quanto sobre a paisagem e, por consequência, sobre as políticas territoriais e suas respectivas metas.

O extremo desta pressão seria o do contexto urbano histórico, no qual o construído seleciona as transformações adequadas e suportadas por sua infraestrutura; destaca-se a

necessidade, portanto, de reconhecimento destas imposições e condicionantes ditadas pelo meio existente, tão qual é o bairro São Francisco - de espaços disponíveis ou a liberar através de demolições, da facilidade de acesso a restrições de uso, ou, de gabaritos admissíveis à manutenção de vistas a serem perpetuadas.

Camilo Sitte (1889), pioneiro teórico da defesa de centros históricos, situou-se criticamente diante dos princípios que norteavam a construção de novas cidades do século XIX. Como marco teórico, destacou a dimensão estética das formas urbanas e da paisagem pitoresca – abordagens retomadas por teóricos na década de 1960. Sua crítica à falta de consistência do desenho urbano das cidades do final do século XIX referia-se à presença de elementos e tipologias que remetiam à Antiguidade Clássica, porém sem a correlação urbana que estas edificações agregavam. Os bons motivos da construção do meio urbano deixaram de ser reproduzidos, dando lugar à rigidez e à uniformidade de espaços públicos, que, segundo Sitte, eram encarados como mero problema técnico, não os correlacionando a construção urbana tal qual era vista a construção de edificações: como obras de arte.

Como Morfologia Urbana, entende-se o estudo analítico da produção e da transformação da forma urbana no decorrer do tempo, conforme Del Rio (1990). Segundo o ponto de vista sociológico, Park (1979) identifica o termo como a própria planta da cidade, ou seja, sua estrutura visível, dotada de ordem moral.

Para Villaça (2001), ao estudo da estrutura urbana<sup>3</sup> interessa reconhecer os motivos pelos quais o bairro e o centro tradicional adquiriram determinado arranjo espacial e qual seria a inter-relação entre estes espacialmente. Cabem os questionamentos da relação entre configuração urbana e seus elementos; o porquê da localização de determinados grupos sociais em certa localidade; e ainda, qual o efeito desta disposição territorial sobre as relações sociais na metrópole.

Analisar a cidade segundo a legibilidade de sua estrutura é reconhecer com que facilidade visual cada uma de suas partes pode ser reconhecida e organizada segundo um padrão coerente. Ao trabalhar com a escala do homem, o desenho urbano deve, portanto, reconhecer de que maneira as estruturas urbanas são percebidas, reconhecidas e, conseqüentemente, captadas por seus habitantes. O grau de percepção possibilitada por seus elementos é de extrema relevância devido aos diferentes tamanhos e complexidade das cidades. Conforme esta análise de Kevin Lynch (1960), a estruturação do meio urbano relaciona-se à necessidade do conhecimento deste meio. Um habitante, ao orientar-se pela cidade, capta imagens de seus elementos – imagem esta fruto não só da percepção imediata das partes diante do todo, mas também da memória do indivíduo.

---

<sup>3</sup> Villaça (2001) reconhece a estrutura urbana como um sistema articulado de partes que se relacionam, no qual alterações em uma parte, acarretam alterações nas demais partes e relações.

Imagens mentais e experiências passadas têm grande relevância prática, emocional e intensificam a relação e a experiência humana com o meio urbano. Um ambiente legível oferece segurança e possibilita uma experiência urbana mais intensa, desde que a cidade explore seu potencial visual e expresse sua complexidade.

“Esta imagem deveria, de preferência, ser adaptável à mudança, permitindo ao indivíduo continuar a investigar e a organizar sua realidade: deveriam existir espaços em branco onde ele poderia prolongar o plano por si próprio.” (LYNCH, 1960, p.19)

Frente à necessidade da estruturação do meio urbano, o autor estabelece cinco categorias de elementos físicos como maneira de lidar com os aspectos da percepção das formas, apesar de serem diversos os fatores que incidem na percepção da imagem do meio. Tais elementos são classificados como caminhos, limites, bairros, pontos nodais (ou cruzamentos) e elementos marcantes.

- a) Caminhos: principais elementos estruturadores da percepção ambiental, através dos quais são feitos deslocamentos – estruturam a experiência e os demais elementos que compõem o meio urbano. A relevância ou destaque dados aos caminhos referem-se à concentração de usos determinados, qualidades espaciais diferenciadas, tratamento intenso de vegetação, continuidade ou destinação e origem claras à percepção do transeunte.
- b) Limites: elementos lineares, constituídos pelas bordas de duas regiões distintas, configurando quebras lineares na continuidade. Sua percepção é mais facilmente notável pelas formas contínuas e sem permeabilidade de circulação. Configuram-se como barreiras ou ligações.
- c) Bairros: partes da cidade de dimensão relevante, percebidas por apresentarem conjunto de características homogêneas que a diferem do conjunto urbano total. Não coincide com a noção brasileira de bairros administrativos, uma vez que sua delimitação utiliza critérios visuais, perceptíveis.
- d) Pontos nodais: pontos estratégicos e orientadores do percurso no meio urbano. Sua classificação varia conforme a escala de análise, de esquinas a pontos de confluência de sistema de transporte urbanos, como terminais. Dimensão espacial confere relevância aos pontos nodais, mas estes também podem ser reconhecidos como confluências de mesmo uso ou características.
- e) Marcos: elementos pontuais, com os quais o observador não entra em contato direto. Podem apresentar diferentes escalas e necessariamente, singularidade –

seja devido a sua visibilidade a partir de diferentes locais ou pelo contraste diante de outros elementos próximos.

A legibilidade da cidade é intrínseca à singularidade e identidade dada aos elementos citados: a visualização e diferenciação clara destes elementos, dispersos no meio urbano, permite a assimilação de sua estrutura como um todo – a imagem global. Limites não devem ser excessivos, pela quebra de continuidade e segregação; marcos urbanos comuns acabam sendo utilizados mais facilmente pelos próprios habitantes; porém, todos os elementos citados correspondem às noções de orientação e pertencimento.

É recente o reconhecimento do desenho urbano como uma área prática de importância, tanto pelos profissionais do meio urbano quanto pelas instâncias governamentais público-administrativas. Na literatura e na prática profissional, há diversas definições, complementares e contraditórias. (ROVATI, 2006).

A terminologia, criada nos Estados Unidos ao final da década de 1950, referia-se à substituição do termo já antiquado do *civic design*. Caracterizado pelo *City Beautiful Movement*, o antigo termo referia-se à localização de edificações públicas (cívicas) e suas relações com os espaços abertos da cidade. Para além da interpretação estética, o termo atual *urban design* designa resoluções de problemáticas e processos de desenvolvimento ou organização na interface entre arquitetura, paisagismo e planejamento urbano. Interdisciplinar e colaborativo, o instrumento possibilita, portanto, a atuação em escala variável e intermediária, diminuindo o impacto do meio urbano intensamente verticalizado, como forma de integração de volumes. (CARMONA, 2003).



FIGURA 08 – Ilustração do *National Mall* de Washington – EUA, segundo preceitos do *City Beautiful Movement*. Fonte: [www.sidewalksprouts.wordpress.com/history](http://www.sidewalksprouts.wordpress.com/history)

Alexander *apud* Carmona (1997) recomenda que a atuação considere as diferentes escalas, acima e abaixo da trabalhada. Ou seja, relacionar as partes constituintes da cidade e o todo sistemático, através de padrões estratégicos referentes à complexidade urbana e, a partir disso, progressivamente, diminuir a escala até a de intervenção pretendida. Iniciar a análise dos diversos aspectos da unidade (bairro) envolve o reconhecimento de como o

entorno próximo o influencia e ainda, de que maneira a cidade o comporta e atua sobre ou junto dele.

Algumas metas foram estabelecidas por Jacobs (1961) para o planejamento físico de bairros, enquanto unidades territoriais urbanas, das quais as três primeiras seriam suficientes para o desdobramento natural da quarta: incentivar a vivacidade e atratividade de ruas; constituir uma malha urbana contínua e abrangente a ponto de conceber uma subcidade em potencial; integrar o tecido urbano destas vias através de espaços públicos, parques e praças, além da mistura de usos; e enfatizar a identidade funcional destas áreas de tamanho suficiente a funcionar como um distrito. A atração de determinados *lugares* corresponde às particularidades das redondezas que se mostram úteis, convenientes e interessantes, concepção que coincide com a legibilidade do meio urbano de Lynch.

Novas formas de pensar e intervir na microescala urbana indicam a escala local e as “táticas urbanas” de Certeau: o desenho tático abrange manipulações oferecidas pelas circunstâncias locais. A descoberta de qualidade do espaço e sua reinterpretação têm enfoque em projetos locais abertos a táticas *bottom up*, ou seja, experiências locais que carregam a intenção de mudança dos locais por novos meios que sejam capazes de lidar com as realidades urbanas emergentes na área.

A complexidade inerente às cidades iguala-se ao desafio da atuação com o intuito de ordená-la e, para tanto, a ordem inata ou morfologia e funcionalidade são fatores a serem avaliados previamente às propostas. (JACOBS, 2000).

A promoção da diversidade de atividades e o enfoque simultâneo do *design* do espaço público como dimensão estética e social revelam a criação de locais de qualidade.

Apesar das concepções de desenho urbano, na prática, Jan Gehl (2012) identifica uma lacuna nos estudos e na visão dos urbanistas para a vista do térreo ou nível da rua – o chamado *ground floor*. De acordo com Gehl, os espaços entre as edificações são negligenciados pelos projetos contemporâneos: “pela primeira vez na história da humanidade cidades não são construídas como conglomerações urbanas de espaços públicos, mas como edificações individuais.”

Como um excepcional exemplo de tratamento do nível da rua e do térreo atrelado a grandes densidades urbanas – sem a necessidade de verticalização do conjunto urbano construído – são as recomendações de até cinco pavimentos como o máximo de altura para que o residente mantenha contato direto com a vida urbana do entorno da edificação na qual se encontra. Outro exemplo de planejamento atrelado a propostas de desenho urbanístico é o conjunto projetual realizado pelo escritório Gehl Architects, em 2004, no qual examinou-se a área central da cidade australiana de Melbourne. No decorrer da última década, a cidade tem passado por transformações graduais de sua estrutura, pelo incentivo cultural e usos diversos, em resposta a seu caráter físico, sendo esta a continuidade, bem

sucedida, de um programa iniciado em 1994. Foi apresentada uma gama de propostas de melhoria do espaço urbano: a intensificação da rede de passeios; a expansão e melhoria de espaços de uso coletivo; a incorporação de maior vitalidade às paisagens urbanas; o incentivo da apropriação e uso da cidade no decorrer das 24h diárias; aumento populacional com enfoque para jovens estudantes; incentivo à programas de arte urbana; políticas de manutenção do mobiliário urbano; e ainda, a promoção de conexões internas às quadras existentes através de aberturas de passagens que dinamizam a apropriação da área.

A busca pela escala humana e o convívio urbano ao nível dos olhos é uma temática de extrema importância, muito incentivada por Gehl, ou seja, o urbanista ressalta, mais uma vez, a importância do desenho urbano como escala intermediária conectora, e recomenda ainda, o atrelamento entre arquitetura, psicologia e sociologia, como forma de relacionar o estudo do meio com o futuro usuário.

### **3.6 Antropologia urbana: uso de métodos de observação**

Diante das novas ressignificações de espaço público e da transformação urbana das áreas centrais outrora elitizadas, surgiram diversas abordagens científicas das ciências sociais que também tratam destes elementos nas metrópoles contemporâneas.

O processo de heteroginização funcional, expansão populacional e a crescente deterioração do meio urbano problematizaram o destino do espaço central de uso público quanto a sua utilização cotidiana, pela sua desvalorização em paralelo à sujeição imposta pela lógica dos fluxos do automóvel.

Dois grandes agrupamentos teóricos da Antropologia são identificados por Magnani (2010): o primeiro reconhece as metrópoles de países em desenvolvimento, frutos do capitalismo dito selvagem, cujas dificuldades todas recaem ou sobre o caos social ou sobre o crescimento desordenado; enquanto o segundo grupo confere maior ênfase na diminuição dos espaços públicos da cidade pós-moderna, na qual os habitantes negam as diferenças e aprisionam-se em pequenos grupos de semelhanças sociais. Borja (2001) corrobora com o primeiro conjunto teórico ao notar a visão crítica negativa à urbanização, forjada pelos meios de comunicação em massa. Diante destas duas perspectivas é notável a necessidade de compreender como sobrevivem os habitantes da cidade e de que modo apropriam-se do que lhes é oferecido pelos espaços urbanos.

A contribuição da metodologia antropológica para a análise da dinâmica urbana corresponde, primeiramente, à possibilidade de identificar particularidades e padrões dos habitantes, evitando cair em análises dotadas de generalidades ou baseadas em senso comum. Como uma maneira de desvendar a lógica do “espaço de trocas” - a metrópole

contemporânea – volta-se para o patrimônio inicial do espaço urbano, através da observância do cotidiano da população. A partir da metodologia anteriormente utilizada na análise da escala da aldeia, adaptam-se os meios à escala urbana de grandes cidades, isto é, faz-se uma releitura dos instrumentos de análise do legado da Antropologia - forjados em um contexto histórico e de escala populacional distintos, aplicados agora à metrópole. (MAGNANI, 2010).

De uma maneira sintética, esta maneira de operar é denominada etnografia, na qual o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, diante de uma relação de troca, visando a comparação de suas próprias representações e teorias para identificar um novo entendimento não reconhecido anteriormente. É necessária a superação momentânea da condição de usuário.

Magnani (2003, p. 85) explica o procedimento da seguinte maneira:

“[...] não é o conteúdo da cultura popular, do entretenimento ou do lazer o que importa, mas os lugares onde são desfrutados, as relações que instauram, os contatos que propiciam. Mais do que a suposta capacidade de liberação da cultura popular ou o poder da ideologia dominante sobre tradições culturais populares, surgia uma questão nova: a da própria existência de uma rica rede de lazer e entretenimento - e suas modalidades de fruição [...]”.

Acerca do modo de vida urbano, três perspectivas foram instituídas por Wirth (1956): a do comportamento coletivo, como conjunto de atitudes e ideias, diante das diversas personalidades que compõem formas típicas do comportamento coletivo - sujeitas a mecanismos de controle social; da forma de organização social, que envolve estruturas sociais, junto de uma série de instituições e modelos típicos de relações; e a da perspectiva da ecologia urbana, como estrutura física - uma base de população, de tecnologia, e de ordem ecológica.

É evidente que a análise de Wirth (1956), apesar de pertencer a um contexto histórico de décadas atrás, mantém-se atualizada e válida para a metodologia de apreensão da relação e da percepção do homem no meio em que vive.

A retomada do contexto das práticas cotidianas revela-se importante, por trazer a tona sentidos e processos citadinos. Diante das dinâmicas sociais mais abrangentes, é possível analisar perspectivas globais da cidade. Irly Barreira (2007) designa a análise dos espaços urbanos “microsociais” como *sociologia dos bairros*. Enquanto lugar expressivo das práticas sociais é na esfera do bairro que é permitida a ultrapassagem da lógica de certas generalizações, atentando para situações densas e contraditórias vivenciadas no cotidiano. A cidade em sua totalidade traduz importantes referências tanto quanto a

expansão comum às metrópoles, como aos territórios específicos oriundos de cada localidade urbana. Diante desta concepção, as cidades, assim como os bairros, trazem as marcas de seus atores, o fluxo das interações descontínuas e das sociabilidades conflitivas. (SIMMEL, 1987).

A *sociologia dos bairros* sinaliza a multiplicidade de usos e expressões no meio urbano, que se distanciam da imagem homogênea do bairro típica já citada, que desconsidera os usos ilegítimos.

A importância atribuída ao espaço público da *rua*, como símbolo e suporte da vida urbana - espaço de convívio e encontro social dos habitantes da urbe, - mantém-se diante do cenário urbano contemporâneo de contrastes, de desigualdade social, fragmentação e compartimentação dos espaços de moradia e vivência, violência e degradação. A modalidade de rua que interessa ao olhar antropológico é a derivada dos diferentes pontos de vista, da multiplicidade dos usuários e de suas referências culturais, usos e formas de ocupação, ou seja, a rua enquanto experiência cotidiana.

A prática da etnografia, segundo Magnani, supõe a delimitação de contextos empíricos nos quais seja possível trabalhar com a observação direta de comportamentos, pela coleta de depoimentos, histórias de vida, narrativas, descrições de rituais, entre outros instrumentos. A alternância de escalas de trabalho dinamiza o trabalho interpretativo - nível local e sua imposição em quadros mais amplos - sendo igualmente relevante a tomada de precauções quando a sociedade a ser observada coincide com a do observador, como é o caso deste estudo. Perante este caso, é preciso a transformação do familiar - ou o que já é aparentemente conhecido - em “estranho”, de forma a evitar análises de senso comum. Outra precaução recomendada é a consideração da malha de relações que mantém a sociedade envolvente, a dinâmica espacial não se esgota no perímetro escolhido para análise.

Como resultados de rotinas cotidianas ditadas pelas imposições coletivas que regulam as atividades, o trabalho, a diversão e a convivência, as formas de apropriação do meio urbano não são frutos de escolhas individuais ou aleatórias. Magnani (2003) correlaciona a conceituação de *cidade* e a de *rua*: a apreensão de ambas é obtida pelos “diferentes padrões culturais que estão na base de formas de sociabilidade que existem, coexistem, contrapõem-se ou entram em confronto” no espaço urbano.

Logo, é pertinente o seguinte questionamento: como captar a dinâmica das relações mantidas nos espaços urbanos, uma vez que as sociedades dividem-se em grupos e classes sociais cujos interesses são antagônicos, as etnias e crenças são distintas, sendo a divisão do trabalho e social conflitantes?

Diante das especificidades do modo de operar da Antropologia, Magnani (2003) sugere categorias para a identificação de espaços, personagens e comportamentos, tendo

em vista a inevitável diversidade das práticas sociais urbanas. As formas propostas de uso e apropriação espacial assemelham-se às estruturas físicas do ambiente urbano formuladas por Lynch (1969), entretanto, neste caso os propósitos referem-se às maneiras de uso e sociabilidade desenvolvidos nestes elementos, cujos propósitos são: a percepção de regularidades, padrões e significados.

A análise etnográfica procura criar métodos para a apreensão e classificação destas relações humanas espaciais - evitando sua reprodução segundo dimensões/elementos físicos - conforme os itens a seguir:

- a) Delimitar previamente a unidade de análise e os percursos a serem seguidos, como bases para a aplicação prática da metodologia;
- b) Identificar aspectos da materialidade da paisagem: relações de espaços vazios e construídos, disposições das edificações e equipamentos, escala, volumetria, coloração, e demais percepções obtidas através dos sentidos do olfato, tato ou audição – busca-se a identificação de padrões;
- c) Reconhecer que as primeiras impressões e observações da forma de ordenação já seguem princípios de classificação almejados – não serão dados a serem trabalhados futuramente;
- d) Detectar tipos, fluxos, categorias, formas de apropriação e comportamentos;
- e) Reconhecer cenários a partir de marcos, divisas e pontos de intersecção. Não são unicamente elementos físicos, mas produtos derivados das práticas sociais anteriores e em constante troca com as atuais;
- f) Complementar a observação através de questionários, entrevistas e relatos.

Através da aplicação da sequência de recomendações descritas acima, a principal intenção almejada é a compreensão da complexidade e da diversidade das relações sócio-espaciais, diante de suas nuances e detalhes, atividades e características, pela busca de seus significados no contexto urbano no qual a localidade observada se insere. A busca por padrões recorrentes e regularidades refere-se à compreensão do múltiplo e variado, ou ainda, do que parece não possuir ordenação ou nexos.

Quanto à apropriação do espaço público, Frúgoli Jr. (1995), além de enfatizar as relações cotidianas a partir de observações do centro de São Paulo, identificou códigos e regras de certos grupos sociais que utilizam as ruas como espaços privilegiados para manterem relações, revelando um modo de viver a rua – a chamada “cultura de rua”. Para o autor, esta apropriação tende a evitar qualquer tipo de institucionalização e identifica-se segundo princípios informais, chegando a caracterizar certa área pública como privada – ilegitimamente - pelo uso frequente e demarcado que reproduz sobre o local. De outro lado, estão presentes também apropriações por grupos sociais marginalizados – ditas

manifestações de patologia social – como marginalidade e choque cultural entre classes e grupos sociais diferentes. Grupos marginalizados, como moradores de rua – ou *homeless* - instalados nas áreas centrais urbanas não encontram a mesma resistência que em bairros de caráter residencial mais intenso, ou ainda, em locais de maior circulação noturna de pessoas.

Estas percepções obtidas pela prática da etnografia servem de exemplo ao embasamento teórico-prático descrito neste capítulo. Previu-se, portanto, a utilização de preceitos antropológicos que presidem a pesquisa etnográfica de um território, a serem executados na 2ª etapa deste trabalho.

## 4 ESTUDOS DE CASO

O presente capítulo é constituído pela análise de três estudos de caso, sendo dois exemplares nacionais e um internacional, escolhidos segundo critérios de semelhanças quanto à forma de intervenção prevista por este estudo: a reabilitação urbana de bairros inclusos em áreas centrais e dotados de caráter histórico e cultural marcante.

A seguinte análise comparativa explicita, primeiramente, o caso particular da área central da Lapa, da cidade do Rio de Janeiro, cujo panorama histórico, paisagístico e social passou por uma série de intervenções advindas de Planos Urbanos no decorrer das últimas décadas. Na segunda seção, analisou-se o Plano de Reabilitação para a área do bairro do Recife Antigo, dotado de especificações técnicas e caráter estratégico; na sequência, o caso da área histórica e culturalmente dinâmica do bairro Palermo, pertencente à capital argentina, cujas transformações semelhantes às dos outros casos, pouco derivam de propostas de cunho técnico/oficial.

A análise individual de cada correlato, cujas dinâmicas urbanas foram transformadas segundo intervenções urbanísticas estatais, privadas ou civis, relacionou aspectos referentes à concepção, evolução e desempenho de cada plano/projeto proposto. Alguns questionamentos são feitos quanto ao pioneirismo do projeto em sua área de intervenção; se esta é uma dentre várias iniciativas anteriores diante de anos de anseio por melhorias e renovações; ou ainda, se constituem iniciativas não oficiais, decorrentes de organizações comerciais ou da própria população, isto é, sem a elaboração prévia de propostas projetuais técnicas com atuação sobre o meio urbano.

Tanto para os casos nacionais quanto para o internacional, incorporou-se a necessidade de correlacionar a realidade e as condicionantes estrangeiras às de Curitiba.

Após o levantamento de dados, informações, relatos, etapas e desdobramentos dos exemplares escolhidos, finalizou-se a análise de cada caso individualmente. Como conclusão, realizou-se uma reflexão comparativa entre as intervenções, complementada por outros casos pontuais, visando à construção de subsídios para as diretrizes a serem elaboradas para o bairro São Francisco. Uma perspectiva comparada adquire densidade quando é introduzido o questionamento sobre a coerência entre objetivos, estratégias e resultados.

#### 4.1 Regeneração cultural na área da Lapa - Rio de Janeiro

Os objetivos das diversas intervenções urbanas destinadas à renovação do centro tradicional do Rio de Janeiro, durante todo o século XX, foram parcialmente alcançados, seja pela falta de indução da dinâmica adequada que conduzisse aos efeitos previstos ou ainda, pelo caráter excessivamente radical e ambicioso das ações que alteraram a configuração espacial do local. Como resultado de diversos projetos urbanos surgiram áreas deterioradas, expulsão de moradores, vazios urbanos e graves perdas de patrimônio histórico-cultural. A motivação para os projetos era a reversão da crescente decadência da região central.

Grande parte das intervenções decorreu da adoção de correntes teóricas da década de 1970, com previsão de ações físicas e localizadas de reciclagem e reabilitação de espaços intersticiais urbanos. Típicas do urbanismo contemporâneo, tais intervenções são denominadas de *infill*, nas quais atividades comerciais, de serviços, residenciais, de lazer e culturais tornavam-se alternativas para as lacunas espaciais incidentes no tecido urbano. Magalhães *apud Vaz e Silveira* (2001) considera que tais ações dotadas de pretensões de *city marketing* e de *controle urbano*, consistem na “ordenação de ambulantes, de estacionamento de veículos e retiradas de população das ruas”.

Diante do histórico de transformações espaciais das áreas centrais do Rio de Janeiro, optou-se pela análise das ações de 1990 a 2000, destinadas ao bairro central da Lapa e consolidadas sob vigor do Plano Estratégico da Cidade. Para o levantamento preciso de informações e dados, necessários à comparação entre os correlatos, será feita uma revisão do Projeto Urbano do Distrito Cultural da Lapa.

Reconhecido como uma intervenção que prevê a *renovação urbana* da localidade, diz-se que as práticas urbanísticas previstas incorporam, inicialmente, um método de análise e de reconhecimento do valor histórico do ambiente urbano e do homem enquanto ser cultural. Outra classificação passível ao conjunto de ações é a de *regeneração urbana*, termo de origem anglo-saxônica que se refere a intervenções em áreas consolidadas, por meio de planejamento e projetos urbanos que enfatizam a cultura e a qualificação da vida urbana de um recorte espacial específico com alta concentração de ofertas culturais - usualmente identificado como um *distrito cultural*.

A presença do prefixo “re” em ambas as denominações refere-se à pretensão do projeto de considerar o contexto preexistente, incluindo a noção de tempo na análise do espaço. Imprecisão metodológica e de definição adequada às terminologias de intervenções urbanas são frequentes, portanto, a denominação não conferiu à ação uma maneira específica de atuar no meio urbano. Conclui-se que as metas e o Plano de Ações foram elaborados com maior ênfase nas consequências dos projetos implementados na área ao

longo do tempo, do que em bases teóricas ou científicas que tratam de intervenções urbanas de regeneração.

Diante das diversas iniciativas político-privadas das ações na área ou até mesmo de processos sociais espontâneos, verificou-se, como um possível desdobramento destas, duas tendências opostas na dinâmica urbana: de um lado, o desenvolvimento da atividade terciária, de outro, os indícios de estagnação e esvaziamento residencial.

Considera-se como área central do Rio de Janeiro o centro histórico que abrange a área correspondente ao bairro Centro, e às regiões da Lapa - decretada oficialmente como bairro através de Legislação Municipal de maio de 2012, nº 5.407, Fátima e Cruz Vermelha. Forma-se, assim, um anel periférico ao núcleo tradicional primitivo, cercado por topografia acidentada de uma sequência de morros que abrigam favelas e conjuntos residenciais de classe média a alta. O conjunto dos bairros centrais é, segundo Vaz e Silveira (1994), indefinido: encontra-se entre o caráter residencial e o central, entre o núcleo e a periferia.

Augusto Pinheiro (1986) apontou as características do núcleo central da cidade carioca no final do século XX, agrupando-as em três setorizações: as áreas de negócios (ACN) ao longo de largas avenidas; as áreas contíguas ao primeiro grupo, em que a presença de casarios ecléticos e comércio ao longo das ruas estreitas é predominante; e as áreas dos largos e praças, ameaçadas pelas vias de intenso tráfego.

O segundo grupo citado revela uma característica peculiar ao abrigar amostras de edificações históricas que resistiram às diversas intervenções no tecido urbano. O processo de intensa readequação da antiga malha viária e de usos descaracterizou a paisagem urbana histórica, com exemplares mantidos de maneira dispersa, protegidos pela legislação incipiente no período, que privilegiava a preservação de edificações de maneira isolada no conjunto urbano.

Diante deste processo está o caso da Lapa, como área histórica e de caráter boêmio, frequentada por distintos grupos sociais, sendo cada vez mais celebrado como um importante *point* da noite carioca. Apesar de não constituir oficialmente um bairro - como é comumente considerada no imaginário urbano - a área abrange parte da periferia do bairro Centro.

Na evolução da ocupação urbana, a área da Lapa afirmou-se como um “lugar”, tendo sofrido valorização e desvalorizações, dependendo do período histórico analisado. Sua área adquiriu diferentes valores socioespaciais, com diferentes usos: de moradia à boemia. As especificidades da área podem assim configurá-la como um bairro delimitado, situado entre a Área Central de Negócios (ACN) e as zonas residenciais adjacentes, vista ainda como zona de expansão central pelo discurso político.

De morfologia bastante irregular, seu tecido urbano foi marcado por diversas intervenções, iniciadas pela construção de edificações religiosas no século XVIII. Até as

primeiras décadas do século XIX, o tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro limitava-se ao espaço que atualmente corresponde à área central da cidade. De acordo com Silveira, (2004, p. 58), “durante aproximadamente dois séculos e meio, a história da cidade confundira-se com a do seu centro, onde se cristalizaram espaços de memória construídos no seu processo de urbanização”.

A expansão da cidade conferiu à Lapa o caráter de área predominantemente residencial, habitada por classes sociais de alta renda. Cenário este que viria a ser modificado com as transformações urbanas do início do século XX, pelas quais o uso primordial de moradia foi mantido, porém por classes de menor renda. Nesse contexto, o panorama social da área é revertido ao ganhar também o status de território boêmio entre as décadas de 1910 a 1940, quando passou a ser frequentada por artistas, poetas, cantores e intelectuais. Como possíveis explicações para a afirmação de sua crescente “decadência”, até a década de 1970, estão o fato de constituir um reduto da boemia diante da repressão do Estado Novo, além da deterioração de seu ambiente construído e as renovações modernizadoras que arrasaram parte de seus conjuntos patrimoniais. As obras de abertura viária para transporte de massa e o ordenamento do uso do solo fragmentaram a paisagem do largo da Lapa, dificultando a venda de imóveis por estarem ameaçados de desapropriação.



FIGURA 09 – Bairro da Lapa em primeiro plano, diante da verticalização urbana central.

Fonte: [www.flickr.com](http://www.flickr.com) (2012).

A ameaça instigou a organização social de comerciantes e usuários das áreas centrais em associações como a SAARA e a SARCA<sup>1</sup>, coincidentes com o momento de redemocratização do país.

---

<sup>1</sup> Sociedade dos Amigos da Rua da Alfândega; a segunda é uma instituição semelhante, porém, para a Rua da Carioca.

Os movimentos sociais reivindicavam participação nas decisões quanto ao destino das antigas áreas de cidade.

Frente aos problemas e com o intuito de recuperação da área, as primeiras iniciativas oficiais de reverter a dinâmica cultural dataram de 1972 e 1987: tombamentos, iniciativas de agentes sociais locais e reformas em edificações deterioradas.

A criação de legislação com enfoques patrimoniais, dotada de instrumentos legais de incentivo fiscal, data da década de 1980. A iniciativa parte da Lei Sarney, abrangendo atualmente os âmbitos federal, estadual e municipal, pelo envolvimento de atividades culturais de entretenimento, bem como obras de reforma, restauração e conservação que visem a manutenção das características originais de imóveis de interesse histórico arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação ambiental. Esta iniciativa trouxe fôlego ao incentivo da manutenção de características arquitetônicas e urbanísticas de edifícios e de conjuntos históricos, bem como a “pedestrianização” e a recuperação de praças e ruas em virtude da implantação de melhorias físicas nas áreas públicas abrangidas pela sequência de projetos.

Uma nova fase foi instaurada com a implementação da proposta do ano de 2000, cujas ações previam a ampliação de projetos anteriores (como o da Quadra da Cultura), reafirmando a significância dos bens patrimoniais arquitetônicos e culturais da Lapa.

Segundo o Decreto de nº 26.459, o Governo estadual cria um novo programa de intervenções, segundo o qual os imóveis estaduais ou de instituições vinculadas, seriam destinados e alocados para atividades culturais e outras correlatas.

Denominado como Projeto Distrito Cultural da Lapa, previa-se o estímulo do desenvolvimento econômico e social baseado no incremento do turismo local. O conjunto de ações previstas ressaltou a identidade histórica e cultural da área, como marco da cidade. Tendo sido frequentada por uma diversidade de grupos sociais ao longo do tempo, os quais usufruem dos espaços coletivos das mais diferentes maneiras, a área a ser transformada pelo projeto iria reafirmar a identidade da população envolvida. Para tanto, o projeto associaria os Arcos da Lapa e o casario histórico aos aspectos culturais de maneira simbólica, não apenas para a área, mas com o intuito de alcançar o senso de identidade no contexto da metrópole.

As intervenções patrimoniais foram realizadas em nove imóveis, classificados em duas categorias: as novas edificações – integradas e como valorizadoras da arquitetura existente, segundo formas e materiais; e as reconversões (ou restaurações) – obras para o casario antigo.



FIGURA 10 – Localização dos principais museus e centros culturais da área central.

Fonte: GUIMARÃES E IWATA (2001).

A elaboração do projeto começa no ano de 1999, tendo como objetivo principal “a completa requalificação do bairro da Lapa”, mediante ações interligadas. O desdobramento destas ações seria possibilitado a partir de programas de desenvolvimento econômico e social, calcados no turismo, evidenciando a diversidade cultural e histórica da área - casas de cultura, bares, restaurantes, antiquários, hotelaria, museus, etc.

Mediante parceria do poder público com a iniciativa privada, entidades civis, comunidade local e instituições acadêmicas, o projeto estabeleceria ações integradas tanto com investimentos corporativos quanto do próprio governo estadual, bem como o diálogo com a população envolvida. Neste amplo conjunto de instituições participantes, a gestão geral do projeto foi delegada à Secretaria de Estado de Cultura. Seriam garantidas a recuperação do patrimônio público imobiliário, a criação e recuperação de espaços para atividades culturais e programas de ações sociais – pela requalificação da mão de obra local e a recuperação de cortiços. Além dos investimentos em segurança, iluminação pública, limpeza e estacionamentos que previam ser garantidos pelas grandes corporações sediadas no entorno da área da Lapa, como a Petrobrás ou o BNDES.

A área de abrangência do projeto físico englobou cerca de oito quadras, dotadas de atividades e serviços variados. Como influência imediata, as ações envolveriam, além do Centro, mais quatro bairros periféricos do centro expandido. Diante da diversidade de ações nos campos social, econômico e cultural, previa-se o atendimento de cerca de cinco mil pessoas de residência fixa na área primordial e de influência, além da população flutuante e de turistas, que envolveria aproximadamente 600 mil pessoas por ano.

A partir da meta de desenvolvimento urbano de escopo socioespacial, foi necessária a execução de uma análise da área e posterior diagnóstico, procedimentos auxiliados pelos pesquisadores da UFRJ e UFF, junto de grupos sociais locais.

O projeto buscou complementar e ampliar a Lei Municipal de nº 506, de 1984, que instaurou a Zona Especial do Corredor Cultural: área para preservação paisagística e ambiental na região central, dispondo de legislações quanto ao tombamento de bens imóveis na área de entorno, cujas providências já incluíam outras quadras situadas entre importantes eixos viários da Lapa. O Corredor Cultural teve como objetivos possibilitar a criação de condições para a preservação, reconstituição e renovação do ambiente construído e a revitalização dos usos da área abrangida (Lei Municipal Nº 506/1984). Contribuiu também para sinalizar a área como um local em vias de recuperação ao estabelecer circuitos de espetáculos, bailes, bares e gastronomia que se estendiam dos Arcos da Lapa até Rua do Riachuelo e a Avenida Mem de Sá.

Em entrevista feita com a coordenação do projeto, por Vaz e Silveira (2001), foi revelada a complexidade da implementação das intervenções, como já era previsto pela concepção inicial complexa, que envolveu a alteração de imóveis estaduais sob regime de legislações urbanas municipais. Após dois anos em processo de implantação do projeto, poucas obras haviam sido iniciadas no casario antigo, não havendo a instauração efetiva do programa.

Apesar das dificuldades inerentes à intervenção, é notável a injeção de estímulo na população local e a movimentação da dinâmica social, trazidas com o programa do Distrito Cultural. Algumas das ideias relativas ao processo de renovação da área revelaram a possibilidade de estímulo a ações da iniciativa privada e da própria população. Verificou-se um processo espontâneo que obteve frutos, como por exemplo, a escadaria Joaquim Silva - espaço usufruído, cuja função de limpeza e guarda foram espontaneamente assumidas pela população residente na área.

As edificações reabilitadas na cidade dependeram de dupla atuação: tanto da iniciativa privada, quanto da Lei Municipal de 1984, que reconheceu o Corredor Cultural como Zona Especial do centro histórico do Rio de Janeiro, além de definir as condições básicas para a preservação paisagística e ambiental de grande parte da área central através do poder público.

A reabilitação de espaços públicos e o conjunto de casarios que passaram por reformas ou reciclagem vêm recuperando a área, além do surgimento de novas e variadas atividades de consumo, cultura e lazer, que atraem uma gama diversificada de usuários. A pretensão de uso múltiplo para os casarios, abrigando lazer e projetos sociais, possibilitou a criação de uma nova urbanidade pela apropriação dos espaços públicos do entorno.

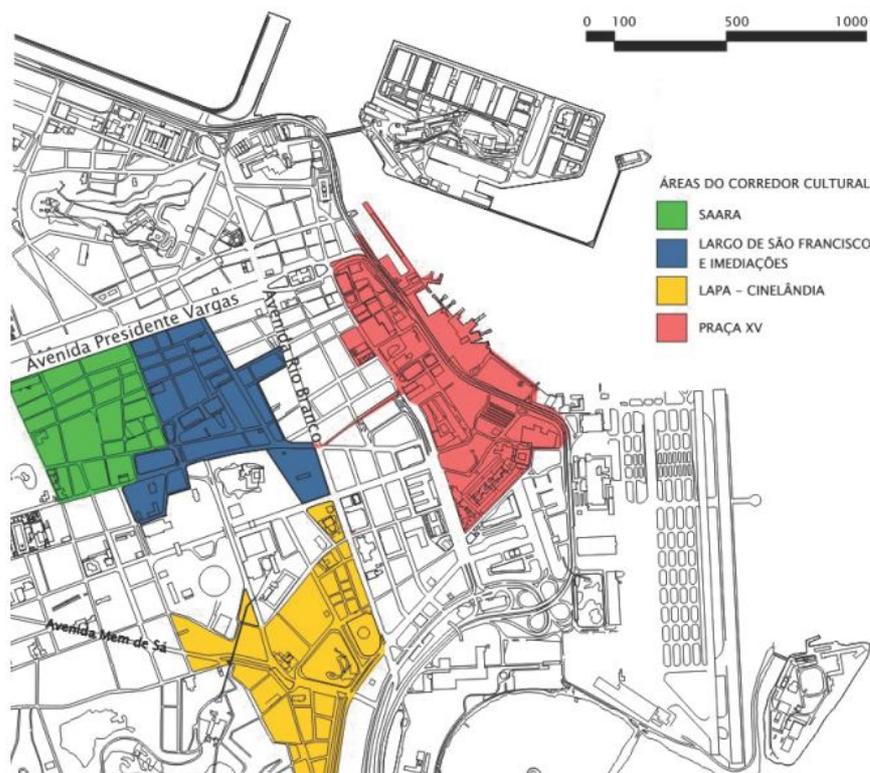


FIGURA 11 – As quatro sub-áreas de abrangência do Projeto Corredor Cultural do Rio de Janeiro.  
 Fonte: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (?).

O atual panorama da área difere de muitos casos conhecidos nos quais ações similares de intervenção se desenvolveram. A permanência de grande parte do imobiliário residencial indica uma *gentrificação* pouco acentuada, além da diversidade de usos e das ofertas de produção e de consumo culturais, anteriormente existentes, que estão sendo ampliadas progressivamente. Nos últimos anos, não foram realizadas tombamentos rígidos ou criados equipamentos culturais monumentais. Diz-se que a espetacularização da Lapa tem sido discreta, sendo importante reforçar, entretanto, a necessidade da participação social para a efetiva implementação dos planos e projetos urbanos.

Um estudo desenvolvido pelo Departamento de Cartografia da Diretoria de Informações Geográficas, do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), forneceu subsídios para a elaboração de uma proposta de efetiva delimitação de um bairro da Lapa, baseado em informações históricas - culturais e geográficas. A área demarcada certamente apresenta um conteúdo social e econômico e estrutura urbana distinta da área central na qual está inserida.

Um *distrito cultural* enquanto recorte espacial apresenta características típicas que convertem-se em premissas para os projetos urbanos, tais como a localização central de boa acessibilidade; ofertas culturais tanto em termos de consumo quanto de produção – escolas, estúdios, centros culturais, ateliês; e os usos mistos coexistentes, incluindo o

residencial, os quais conferem diversidade econômica, escala humana, contribuições para o sentimento de pertencimento, e ainda, a garantia de circulação de pessoas durante as 24 horas no dia. Guimarães e Iwata (2001), por sua vez, reconhecem na área central um *Cinturão Cultural*, onde destacam-se as obras realizadas no Largo da Lapa, como o calçamento do espaço de apresentações e shows do Circo Voador.



FIGURA 12 – Imagens da paisagem urbana e cenas cotidianas da Lapa.

Fonte: Claudia Lara (2011).

Como continuidade à sequência de intervenções propostas pelos Planos diante da área central carioca, o mais recente programa que prevê operações diárias de ordenamento urbano é o *Lapa Legal*. Com o intuito de preservar as potencialidades do bairro já reconhecidas, as interdições prevêm a revitalização de seu entorno, a valorização cultural e turística, através da preservação patrimonial arquitetônica do Rio Antigo e o incentivo à captação de recursos e investimentos de agentes privados para a geração de oportunidades de emprego na região. Este é um Plano que está em vias de implementação, cujos investimentos arrecadados servirão para o restauro de 52.600 m<sup>2</sup> de vias - que estão sendo fechadas para veículos durante os fins de semana - monumentos e modernização da iluminação viária, além da recuperação da Murada da Glória e da Rua da Lapa, criação de novas praças urbanas (em lotes anteriormente utilizados como estacionamentos) e alargamento de passeios. Conforme o discurso do subprefeito do Centro, Thiago Barcellos, é dada a continuidade à busca pela reabilitação efetiva da área:

“A Lapa é uma região que tem grande potencial turístico e comercial. E estamos trabalhando em parceria com os comerciantes e moradores para identificar os problemas no bairro e solucioná-los. Não basta uma grande obra, deve haver a presença física do poder público”.

Aspectos socioeconômicos, da boemia, de notável desuso dos espaços públicos, e da localização limítrofe ao bairro Centro tradicional, podem ser considerados como semelhantes aos que caracterizam o bairro São Francisco, motivando a escolha pelo caso citado, apesar da escala projetual abrangente e da complexidade de relações institucionais previstas para a elaboração e implementação das ações descritas.

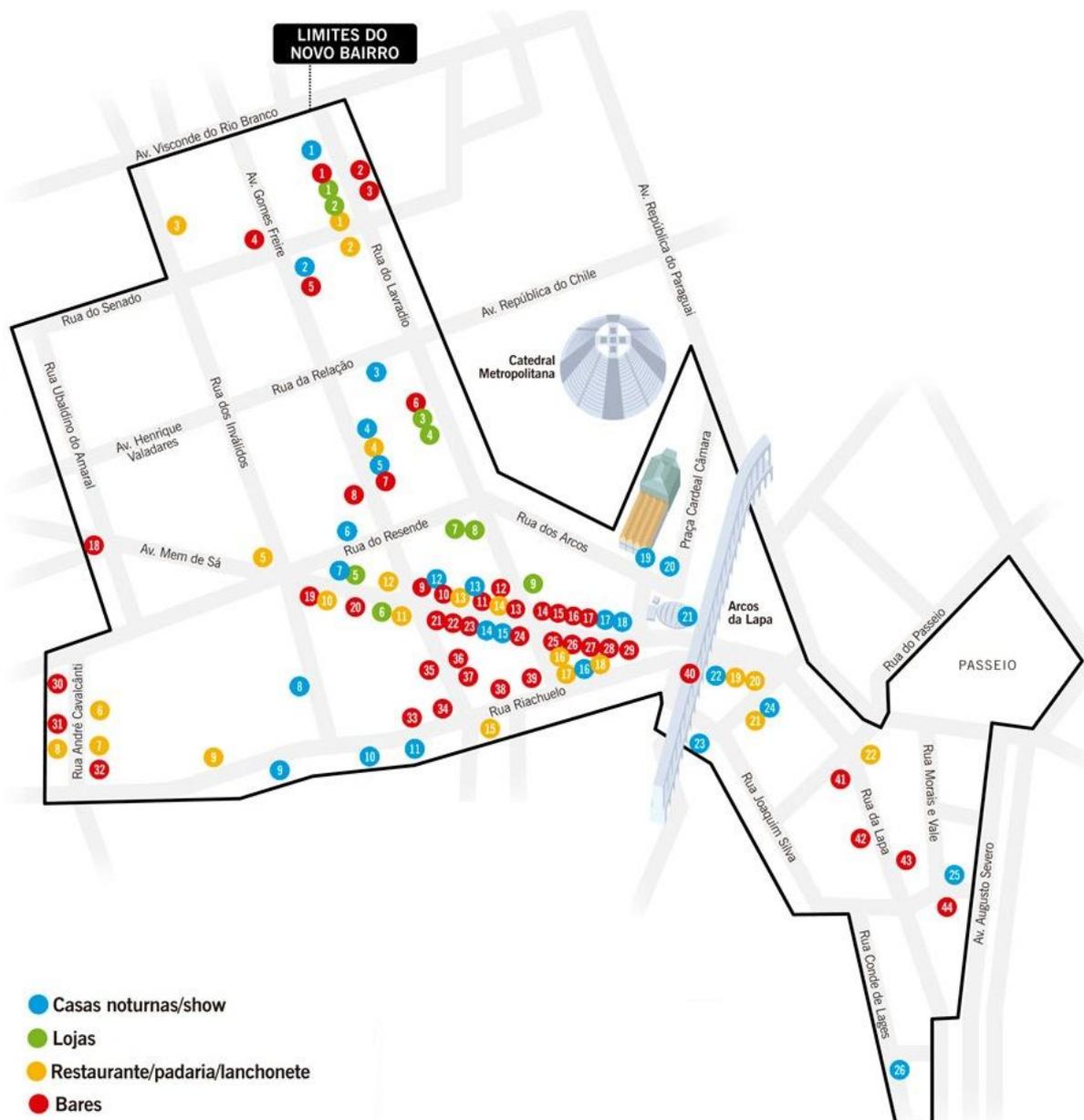


FIGURA 13 – Bairro da Lapa e os usos de serviços e comércio intensificados pós-intervenções.

Fonte: Jornal O Globo (2012)

## 4.2 Reabilitação Turística do Bairro do Recife Antigo

O recorte espacial dado ao estudo deste correlato abrange a área do chamado Bairro do Recife Antigo, pertencente à área central expandida da capital do estado de Pernambuco, localização coincidente com o início da ocupação urbana da região no século XVI; e ainda, prevê comentários a respeito de certa delimitação do bairro que passa, similarmente, por processos de reabilitação urbana, ressignificação patrimonial e desenvolvimento turístico - o Polo Bom Jesus.

Análises de recentes estudos que tratam da memória e da identidade dos habitantes da cidade de Recife revelaram a reivindicação do movimento da *pernambucanidade*, pela polarização de singularidades e tradições culturais populares, a partir das quais são desenvolvidos a maioria dos programas de reabilitação urbana das áreas do bairro histórico. Diante desta perspectiva, atualmente, Leite (2007) identifica dois direcionamentos dados às políticas de reabilitação do local: a pretensão de requalificar o espaço como tradicional suporte da história e cultura pernambucana; e a tentativa de dinamização econômica, prevendo o resgate da imagem da cidade como polo de fluxos de pessoas e capitais, uma forma de retomada do antigo posicionamento de Recife enquanto capital econômica e política do Nordeste do século XVII.



FIGURA 14 – Vista aérea da Ilha do Bairro Antigo do Recife e dos canais do Porto.

Fonte: URBS – Recife (2010)

A sequência de intervenções e políticas urbanas contemporâneas com enfoque na revalorização do espaço, paisagem e identidade da área central foi iniciada pelas ações com enfoque habitacional na década de 1980 - as últimas intervenções até este período só haviam ocorrido na década de 1960, no Cais do Apolo – também no bairro de Recife, além da abertura do canal que conectou a área de restinga da cidade com o Atlântico para uso

como porto, tornando a área em uma ilha - a boemia e a marginalidade eram imagens típicas da área neste período.

O Plano de Reabilitação do Bairro do Recife, elaborado por arquitetos e urbanistas ligados ao governo municipal, com início em 1987, apresentava dois aspectos básicos que previam, de forma clara, que a reabilitação do bairro era direcionada aos seus próprios moradores:

“reconhecia a deterioração do lugar, as péssimas condições sociais às quais estavam submetidos seus moradores, e defendia que a reabilitação fosse um instrumento de ação política para a recuperação das suas funções habitacionais. Talvez pela primeira vez, uma ação governamental, reconhecendo seus moradores como cidadãos, tinha como principal meta desenvolver essa função do bairro, que sempre foi visto como um local típico de comércio e serviços” (LEITE, 2007, p.162).

O principal mecanismo de desenvolvimento do Plano era a proposta do *Memória em Movimento*, a partir do qual os moradores poderiam participar ativamente do processo de reabilitação. Previa-se, portanto, uma política contra o enobrecimento da área, ou seja, refutava-se a ideia de gentrificação para a área de perfil socioeconômico de baixa renda, tanto na delimitação bairral quanto em suas regiões periféricas - ocupadas por setores populares de forma marginal.

Como reconhecido por Leite (2007), a concepção das intervenções seguia o modelo preconizado pela cidade italiana de Bolonha, caracterizado pela busca da recuperação da função social do patrimônio habitacional das áreas centrais através de sua reutilização. A falta de orçamentos ou detalhamento técnico do Plano tornou-o inexecutável, apesar de constituir um conjunto de diretrizes e programas de “boas intenções” que evidenciavam a busca pelo incremento de novos usos ao patrimônio edificado.



FIGURA 15 – Vista aérea da cidade de Bolonha.

Fonte: [www.flickr.com](http://www.flickr.com)

Dados de um levantamento citado por Lacerda e Zancheti (1998) revelam que, em 1992, conforme o grau de conservação do estoque construído no Bairro era de cerca de 55% de edificações em boas condições de uso, 22% em situação regular e 23% em más

condições ou em ruínas, evidenciando o ciclo vicioso de obsolescência da área, apesar das iniciativas propostas na primeira fase do Plano.

Outros aspectos também revelavam a má perspectiva da área central: legislações restringiam a mudança de usos das edificações; a imagem deteriorada da vida social do bairro; a população de cerca de 500 habitantes em cerca de 467,8 hectares - baixa densidade habitacional, afastamento do fluxo populacional diário da cidade; baixos valores de imóveis e do metro quadrado.

Diante da sequência dada às intervenções, em 1993, pode-se estabelecer uma correlação com o estudo de caso descrito no capítulo anterior, o Projeto Corredor Cultural da Lapa, cujo programa Cores da Cidade abrangeu também cidades nordestinas, inclusive o Recife.

Como uma nova proposta do Programa Integrado de desenvolvimento do Turismo no Nordeste, o plano seguinte, de mesmo nome, apresentou uma estruturação de planejamento estratégico que continha detalhamentos de ações a curto e longo prazos (em 04 etapas – prazos de 2, 5, 10 a 15 anos), além de estimativas de custo, com uso de recursos do BID - isto é, um roteiro técnico para a reabilitação. As estratégias previam, também, a indução de ação privada através de intervenções públicas pontuais, com destaque para os espaços públicos e sistemas de gestão de implementação. Dentre os objetivos principais: a conservação da herança histórica e cultural através do resgate das características espaciais em constante mudança, como forma de manutenção dos registros dos períodos históricos anteriores; criação de nova centralidade regional – tornar a área em um polo de concentração comercial e de serviços, através de incentivos de melhoria econômica; induzir uso e apropriação dos espaços coletivos pela população cidadina; e transformar o bairro em um centro referencial cultural e atrativo turístico nacional a internacional.

Operacionalmente, o Plano apresentou um diagnóstico sócio-espacial da área que identificou aspectos gerais sobre os residentes, morfologia e traçado urbanos, ocupações de lote e infraestrutura existente. A partir da análise das condicionantes e da realidade bairral, foram definidos e caracterizados 03 setores para intervenção e Polos de interesse (definição na Tabela 01), considerando suas distribuições espaciais, tanto de usos quanto de padrões de ocupação urbana e condições de infraestrutura; conferiu-se a cada uma destas zonas um direcionamento específico de propostas prevendo potencializar recursos e transformar usos.

**Caracterização dos Setores de intervenção urbanística e Polos de interesse**

<b>Setores e Polos de interesse</b>	<b>Definição segundo Lei N° 16.290/97</b>
<b>Setor de Consolidação Urbana</b> - Polo fluvial	Porção consolidada quanto ao uso - institucional - e que possui padrão constante de ocupação de lotes e edificações
<b>Setor de Intervenção Controlada</b> - Polos Bom Jesus, Alfandega, Arrecifes	Área que oferece condições de intervenção para melhoria das condições de uso e qualidade ambiental, utilizando a estrutura urbana da área, as edificações existentes e realçando as qualidades da paisagem urbana
<b>Setor de Renovação</b> - Polo Pilar	Área que oferece disponibilidade de transformação do seu ambiente construído, através da criação de uma nova situação, tanto no que se refere aos usos quanto ao padrão de ocupação e construção - "O novo pode ser induzido para se harmonizar com o tradicional"

TABELA 01 – Fonte: LEITE (2007).



FIGURA 16 – Bairro do Recife Antigo com as delimitações dos Setores de intervenção.

Fonte: Dados da URBS – Recife (1997), adaptados pela autora.

A especificação dos setores possibilitou a espacialização de atividades: o Setor da Consolidação foi definido como área de usos estabilizados, compreendida como a parte da ilha onde fixaram-se atividades portuárias e institucionais - como a Prefeitura Municipal; o Setor de Renovação delimitado como uma área passível de transformação não faz parte da poligonal de Tombamento definida pelo IPHAN, para o qual o Plano previu usos urbanos relacionados ao comércio atacadista, de varejo, serviços tradicionais, industriais e habitação popular; o Setor de “Revitalização” ou Intervenção Controlada, abrange praticamente toda a área de proteção que veio a ser definida pelo IPHAN, cujos usos do solo abrangiam o comércio varejista, serviços ditos modernos e a habitação – o local dos maiores projetos estruturadores do Plano em questão – para disseminação cultural, de lazer e serviços turísticos. A tipologia edilícia do Setor, segundo Leite (2007), influenciou a sua delimitação e a implantação dos serviços de caráter mais dinâmico, sendo esta a zona a de maior metro quadrado de área construída. A forma de ocupação do Setor de intervenção Controlada é bastante homogênea, o macro parcelamento - a definição das quadras - resultou da ortogonalidade do traçado urbano típico das práticas correntes anteriormente ao século XX: o grau de utilização dos lotes é quase de 100%, visto que os recuos legais não eram exigidos.

Além das preocupações de cunho estratégico e da possibilidade de adaptações futuras do Plano, a delimitação das áreas permitiu adequações técnicas com a previsão de diferentes maneiras de ação diante de cada uma destas, segundo sua situação, estoque construído, grau necessário de preservação e uso das edificações e espaços históricos, com enfoque permanente de desenvolvimento da economia local.

A forte carga simbólica inerente à estrutura sócio-espacial do Bairro histórico do Recife foi mantida pelas intervenções no decorrer dos anos, apesar das transformações urbanas que aliviaram as dinâmicas tradicionais das áreas centrais com o advento de novas centralidades no território da capital pernambucana. Oportunidades econômicas e novas atividades foram complacentes com a adaptação dos espaços e edificações de interesse patrimonial na área deteriorada, junto da rápida resposta obtida do mercado imobiliário e significativo potencial de investimentos privados frente às propostas de induzir o uso habitacional na área central. Apesar do ponto negativo relativo à mudança do perfil socioeconômico do morador, a área tornou-se novo referencial cultural e de lazer regional – passou a ser o maior local de concentração de bares e restaurantes do município. Com o apoio de agentes privados do bairro, a Prefeitura também manteve uma programação cultural intensa na área, assegurando o Polo de Animação Cultural, que permitiu que o bairro reintegrasse a agenda cultural recifense.

Dados levantados pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco revelaram quais propostas foram implantadas e concluídas, das que englobavam os

conjuntos de projetos estruturadores do Plano – denominados de Projetos de Impacto I e II. Dentre as propostas concluídas, a grande maioria fazia parte do conjunto de projetos estruturadores de cunho turístico e simbólico (Impacto I), enquanto, das intervenções previstas pelo segundo conjunto de propostas destinadas à reabilitação de estruturas degradadas à própria população, poucas foram sequer iniciadas. Leite (2007) considera a possibilidade de mudanças de enfoque no decorrer da implementação, perceptível através da falta de menção dos moradores do bairro na segunda etapa textual do Plano. Verifica-se, portanto, que outro perfil socioeconômico estava sendo induzido a residir na região central.

Com base em dados disponibilizados pela Prefeitura recifense, entretanto, pode-se dizer que os programas habitacionais obtiveram êxito: a área alcançou um incremento de cerca de 85% de moradores até o ano 2000 (925 habitantes no bairro), mesmo levando-se em consideração a disponibilidade habitacional restritiva das áreas de uso portuário, comercial e institucional.

A seguir, são listadas algumas das principais intervenções realizadas pelos poderes público e privado, até o ano de 2000, voltadas para a transformação de uma área degradada em espaço central enobrecido: desapropriações de imóveis na Rua do Bom Jesus; recuperação de praças; restauração de marco urbanos, como a Ponte Maurício de Nassau, Teatro Apolo e a Torre Malakoff; recuperação de imóveis e passeios (de pedra portuguesa) de eixos viários selecionados; pedestrianização da Rua Bom Jesus; restauro de fachadas; e obras gerais de infraestrutura e saneamento.

Atualmente, autores reconhecem que os investimentos obtiveram grande impacto na alteração da paisagem urbana do bairro, cujo intuito de criar uma mistura de usos de consumo e lazer tem redesenhado o perfil do local. Reinventou-se a área como centralidade, na qual tradição e modernização coexistem diante da dinâmica discutível do mercado, na qual a segregação é mantida intrinsecamente.

A peculiaridade do Plano de Reabilitação Urbana do Bairro do Recife refere-se a sua elaboração segundo pressupostos de continuidade temporal das ações, permitindo a execução de grande parte das intervenções propostas nos últimos 15 anos – “a ideia da intervenção urbana na forma de um longo empreendimento.” (LEITE, 2007, p.181)

Como finalização de sua análise dos desdobramentos do Plano do bairro, Leite (2007) indaga a respeito da apropriação dos habitantes destes espaços coletivos ambientados de maneira simbólica. Conforme suas interpretações, as ruas enobrecidas retêm forte carga identitária, porém, fragmentam os espaços urbanos e delimitam territórios do espaço público. A comprovação de que, na segunda etapa do Plano, pouco foi abordado a respeito da função social e da cidadania, elegeu-se o espaço dito público como local de cenografia aos visitantes, permitindo de forma pouco legítima a apropriação de tais espaços pela população que historicamente reside o bairro do Recife Antigo.

### 4.3 Transformações urbano-sociais em Palermo Viejo - Buenos Aires

A área de Palermo Viejo compreende parte do maior bairro em extensão da capital argentina: o bairro Palermo, de 15,9 km<sup>2</sup>, decretado em 1972 e subdividido em sete zonas não oficiais, como forma de reconhecimento das distintas áreas que o englobam.



FIGURA 17 – Foto aérea de Buenos Aires e delimitação do bairro Palermo. Fonte: [www.latidobuenosaires.com](http://www.latidobuenosaires.com) - Dados adaptados pela autora.

Atualmente, a localidade é também reconhecida, segundo imaginário da população e nomenclatura dada pelo mercado imobiliário, como o conjunto de duas zonas chamadas de Palermo Hollywood e Palermo Soho - cujo nome se deve à similaridade desta localidade aos bairros Soho, de Nova York e East London, de Londres. (GORELICK, 2006).

O comparativo sugerido por tais denominações prevê, possivelmente, estabelecer relações entre as paisagens urbanas e os usos culturais e artísticos das áreas citadas, no entanto, a tentativa revela-se errônea e cênica, uma vez que tais bairros referenciais costumam ser tomados como exemplares para a compreensão das principais características negativas decorrentes do processo de gentrificação.

Uma vez identificadas as contradições diante da nomenclatura dada à área, no decorrer da análise do caso optou-se por identificar as transformações sócio-espaciais da delimitação de Palermo Viejo, enquanto zona inclusa do bairro Palermo, sem distinguir ações em demais áreas que o compreendem.

A ocupação urbana inicial da área foi marcada pela requisição de terras, por Juan Manuel de Rosas, para a construção de sua residência entre as Avenidas do Libertador e Sarmiento. Ao final do século XIX, a evolução da ocupação do bairro se desenvolveria em paralelo às construções do Jardim Zoológico e Botânico, Parque Tres de Febrero, Plaza Itália e Velódromo de Palermo. Sua configuração viária e arquitetura viriam a ser caracterizadas, portanto, como reflexos das ideias urbanísticas da classe política residente ali ao final do século XIX: liberal, cientificista e modernizadora.

A concepção da área como um distrito cultural e vanguardista começou na década de 1980, devido à sua localização limítrofe à região central, grandes avenidas, arborização viária abundante, conjunto arquitetônico de valor histórico e “ares boêmios”. Palermo Viejo

passa por modificações em sua configuração urbana devido a chegada de novos residentes, atraídos pelas habitações de poucos pavimentos, menor densidade populacional, e proximidade à área central tradicional.

A mudança torna-se visível devido às reciclagens de habitações particulares antigas, conforme o progressivo intercâmbio populacional: primeiramente, os residentes eram arquitetos, seguidos então, por jovens intelectuais e boêmios. Período este, no qual a área foi sofrendo transformações gradativas, e em que aspectos típicos de bairro residencial foram progressivamente sendo substituídos pelo caráter dinâmico de áreas culturais, como espaço de suporte à alta frequência noturna, que viria a ser notável com o decorrer dos anos. A mesma década estaria marcada também, pela fundação da Sociedade de Fomento de Palermo Viejo (1985), além da criação de conselhos de vizinhos e demais iniciativas locais; e pela instalação do bar El Taller, em frente à praça Serrano, pioneiro da nova dinâmica que viria a ser instalada na área.

De acordo com Domenech et al. (2005), no decorrer dos anos 80, a tendência pela valorização estética do patrimônio histórico da cidade foi intensificada. Evidências eram perceptíveis pela incidência de políticas das Secretarias municipais do Turismo, Patrimônio e Cultura sobre a gestão dos bairros, em detrimento da implementação de políticas sociais básicas de habitação ou saúde. Para o governo municipal, tais políticas urbanas e culturais objetivavam o reposicionamento de Buenos Aires na lógica das “cidades globais”. Houve, portanto, uma variação no modo de gestão dos bairros, nos quais os centros históricos deixam de ser trabalhados segundo fundamentos preservacionistas típicos da anterior ditadura no país – com enfoque em tradições e heróis nacionais - para a nova versão denominada *light*, da década de 1990, na qual a dimensão estética recebe maior relevância. Dentre as transformações ocorridas, estão: a colocação de mobiliário urbano e iluminação semelhantes aos de época; pedestrianização de eixos comerciais; pavimentação viária; além da linha de créditos para fomentar o assentamento de jovens profissionais na área; programas culturais como o Estudio Abierto; e a definição de unidades de interesse histórico.

Conforme analisa Pavlick (2010), a partir do surgimento de novos paradigmas de gestão das cidades, houve a redefinição de seus papéis diante do cenário globalizado: o de dar condições e de tornar-se suporte físico-espacial para o desenvolvimento do capital internacional. Diz-se, portanto, que as políticas urbanas objetivam uma readequação das cidades, em termos estruturais e de reabilitação de sua paisagem para o recebimento de novos empreendimentos que as desenvolvam financeiramente e produtivamente, visto que Buenos Aires está em processo de redensolvimento econômico frente às crises passadas no país.

Sobre a década de 1990, portanto, Domenech et al (2005) comentam que as intervenções eram orientadas para fins comerciais e serviços, especificamente para a abertura de bares, restaurantes e ateliês de indumentária e desenho industrial. Impulsionadas por setores privados, estatais e, principalmente, por organizações comunitárias, estas transformações tenderam a sobrecarregar o valor dos espaços urbanos. Uma vez propostas como lugares únicos e típicos da capital argentina, as áreas têm sofrido processos de restauro e reabilitação do casario de valor histórico-cultural e das áreas públicas que haviam sido renegadas urbanisticamente. De modo, ainda, que fosse priorizado um novo programa arquitetônico, da reciclagem para habitação individual ao invés da coletiva, articulada junto de operações urbanas denominadas por Gorelik (2008) como “urbanismo de lo pequeño”. Prática esta exemplificada pelas microtransformações (intervenções localizadas em pequenas escalas) de Berlim, contrastantes às operações de macroplanejamento, que relacionavam cidade e sociedade civil ao propiciar o espaço público.

A localidade é ainda reconhecida por abrigar alojamentos com propostas diferentes de hospedagem; pela oferta de serviços e comércio exclusivos - reduto de lançamento de tendências dos mais diversos setores, da moda à decoração; estúdios de desenho, galerias e ateliês de arte; por constituir um centro gastronômico no qual bares e restaurantes possuem identidades marcantes próprias; por seus espaços de diversão noturna e salas de teatro contemporâneo alternativo. Portanto, o incentivo à abertura de espaços para uso comercial encontra-se dentro de um marco que remete à história, memória e identidade da cidade – o processo pelo qual o patrimônio simbólico providencia espaços característicos à consolidação do bairro. Em assembleias feitas tanto em Palermo, como em demais bairros argentinos, são definidos aspectos quanto ao domínio da vida material e não somente à estética patrimonial; do mesmo modo, promovem ações que possam analisar setores ou áreas que ainda não foram atendidos ou estão degradados.

Apesar dos novos perfis populacionais, Gorelik (2008) identifica que nunca havia ocorrido antes, em Buenos Aires, princípios de gentrificação, pois a cidade acompanhou historicamente, com suas próprias transformações, grandes mobilizações sociais. Não houve o típico dilema entre áreas deterioradas pela falta de intervenção em defesa patrimonial, ou ainda, pela falta de processos econômicos que costumam derivar destas intervenções.

A qualidade dos espaços urbanos da cidade derivou dos bairros de notável homogeneidade social, cultural e urbana, que mobilizaram toda a cidade contra a consolidação de áreas exclusivas. Atualmente, porém, a cidade baseia-se na desagregação, cabendo ao tradicional bairro de Palermo o papel de referência na densa trama, com

espaços urbanos agradáveis, além de simbolizar a real concepção de bairro como “ambiente médio urbano ideal”.

Gorelik (2008) reconhece que, da mesma forma que a cidade carregava, como cartão postal mais expressivo da década de 1990, o Puerto Madero, atualmente, seria o caso de eleger Palermo Viejo como representação do imaginário em voga: um bairro tradicional recuperado para absorver a intensidade de usos contemporâneos, porém, sem perder seu encanto e bucolismo, um distrito festivo, “cujo extraordinário sucesso imobiliário e comercial parece reconciliar a cidade – frente ao megaempreendedorismo de enclave típico dos 90 - com espaços públicos de bairro de classe média que aquelas políticas haviam ameaçado à extinção.” (p.34)

Grande parte das intervenções sofridas na área foi endógena, produto de dinâmicas locais frente ao urbanismo invasivo e globalizado, revelando em Palermo exemplos de alta qualidade urbana, ofertas culturais e comerciais que remetem às características das cidades históricas: rica mistura entre trabalho e ócio.

Diz-se, portanto, que Palermo Viejo apresentou um modelo de vanguarda à cidade, devido às ideias de espaço público de bairro, originalidade e ações eficazes de combate à miséria urbana e de manutenção da tipologia edilícia horizontalizada – atuação da Sociedad de Fomento, diante da “frivolidade generalizada do mercado imobiliário de grandes torres da capital argentina” (GORELIK, 2008, p. 41).

De acordo com pesquisa citada pelo autor, em artigo de 2006, 83,4% das construções destinadas a habitações de luxo em Buenos Aires estão concentradas nos bairros de Palermo e de Puerto Madero – zonas reconhecidas como as mais dinâmicas economicamente da cidade. É questionada, assim, a herança da década de 1990, em que proliferaram os empreendimentos imobiliários denominados de “torre country”: torres isoladas em meios de quadra, para o alcance de grandes alturas e maior adensamento, dotadas de serviços típicos de clubes de lazer, e muradas para fins de “segurança”, impedindo a relação com a rua e rompendo com a trama urbana. Para o caso de Palermo Viejo, Gorelik (2006) sugere que a proliferação desta tipologia habitacional faz parte de um processo de renovação e transformação do tecido social e urbano existente, do qual o circuito vanguardista cultural, comercial e gastronômico ainda desponta em primeiro plano se comparado ao fenômeno imobiliário citado.

O circuito alternativo do bairro continua apresentando conteúdo social com enfoque para classes médias, que têm usufruído do potencial imobiliário do bairro, com o parcelamento de seus ateliês ou lojas em demais espaços com ofertas de serviços. Gorelik (2006) complementa sua análise afirmando que é nesta área do bairro de Palermo que a convivência entre a tipologia de torres country e a configuração de um bairro tradicional cumpre sua função global.

Um dos eventos que ocorre na área, cuja programação é anual, é o chamado *Estudio Abierto*. Com enfoques culturais e de arte contemporânea, é organizado pelo Ministério da Cultura de Buenos Aires desde 2000.

A análise sociológica das transformações do bairro por Carbajal (2003) remete o paradigma de intervenção do bairro aos desafios da contemporaneidade (citados no capítulo 3), ao vincular as mudanças ocorridas às novas políticas, à economia capitalista - tanto em nível mundial quanto no local - ao papel do Estado ante a sociedade civil e aos novos estilos de vida e de socialização. São aspectos manifestados nas novas maneiras de utilização dos espaços livres.



FIGURA 18 – Imagens da paisagem urbana e cenas cotidianas de Palermo Veijo.

Fonte: Vinícius Fadel (2012).

#### 4.4 Análise comparativa dos estudos de caso

A partir do levantamento de dados e de relatos teóricos de profissionais e estudiosos a respeito das intervenções, nota-se a multiplicidade de objetivos, estratégias e graus de resultados, bem como as diversas dificuldades enfrentadas para a realização dos projetos.

A multiplicação dos programas de reabilitação de áreas históricas é um fenômeno quase universal e relativamente contemporâneo, em particular nas cidades de grande porte. Apesar de a atualidade estar repleta de exemplares deste tipo de intervenção, a preocupação dos urbanistas em intervir nos centros urbanos não é recente – principalmente ao caso europeu, pelo valor altamente simbólico dos espaços urbanos deste continente, capazes de contribuir como exemplares notórios àqueles que intervêm na sua transformação, como o exemplo usual do Raval e da Ciutat Vella, áreas de Barcelona.

Os seguintes relatos do teórico Solà-Morales revelam a inovação e a importância dadas ao caso da cidade espanhola:

“Os parques, como praças, iam aparecendo onde podiam, ali onde a intervenção municipal era fácil por existir uma afetação urbanística anterior pelos vazios industriais obsoletos [...], por transferência de áreas públicas sem uso, ou simplesmente como redesenho de praças anteriores.”

“Patrimônio e imagem municipais iam se identificando cada vez mais, de forma que, no final, a Barcelona destes anos tem ensinado como a modernidade pode fazer-se oficialmente, e como consequência pode-se dar aos espaços públicos urbanos de titularidade pública uma imagem forte e inclusive protagonista.” (2001, p. 102).

Quanto aos casos relatados da América Latina, Rivière d’Arc (2007) explica que a difusão, durante os anos 1970, do pensamento de reabilitação e recuperação de edificações históricas deve-se à tarefa incumbida à Unesco. Surge assim um quadro de referências de planejamento estratégico que não seguiu o modelo europeu por completo, por agregarem uma preocupação social suplementar aos projetos urbanos de requalificação – a dimensão da participação social é um aspecto relevante dos casos estudados.

Nos casos brasileiros, Vargas e Castilho (2009) reconhecem que as intervenções em centros históricos são fenômenos recentes e, portanto, ainda não foi possível o acúmulo de conhecimento e o afastamento temporal necessário para a crítica consistente.

Apesar do constatado, já é possível correlacionar desdobramentos e efeitos dos projetos, uma vez que ações como dos casos de Recife e do Rio de Janeiro já decorrem de mais de 10 anos de complementação aos Planos.

Para os três conjuntos de propostas são reconhecidos indutores para o alcance de uma nova dinâmica urbana às áreas centrais, como territórios culturais. Efeito este que pode

ocorrer de maneira planejada ou espontânea, ou seja, sem a elaboração de projetos técnicos, como é o caso da área do Palermo Viejo, em Buenos Aires. Outro exemplo de transformação ocorrida de forma endógena é o do bairro da Vila Madalena, de São Paulo – cuja dinâmica espacial de caráter de lazer e cultural está prestes a passar por intervenções através de um novo Plano de Bairro, divulgado em 2012. Seria esta uma maneira de intensificar o caráter intrínseco à área e elevá-lo a um novo patamar, através de obras pontuais direcionadas pelo Plano previsto por Lei Municipal, para as áreas públicas à escala do bairro. A mobilização partiu da população residente e envolvida com o comércio local, a partir do Movimento pela Vila, no qual foi exigido o tombamento da antiga área. O processo endógeno inicial do bairro paulistano surge de intervenções para a facilitação de atuação do mercado, para a criação de conjuntos habitacionais e de escritórios a partir da demolição ou repartição de lotes.

Ao contrário da área paulistana, ao cenário atual da área de Palermo Viejo, ainda não são previstas intervenções urbanas de caráter oficial ou público que almejem a intensificação de sua dinâmica sócio-cultural. É interessante o reconhecimento de que as transformações ocorridas foram desencadeadas por iniciativas particulares e organizações civis, cujos resultados revelam-se muito semelhantes aos cenários urbanos que passaram por intervenções de planejamento dos bairros do Recife e da Lapa.

A promoção de atividades ligadas à cultura e ao lazer, dos três casos expostos, reflete princípios recorrentes de intervenções contemporâneas de outras localidades, como forma de correlacionar funções tradicionais e atuais. Ao desenvolverem a microeconomia local, tais atividades auxiliam na criação de ofertas de trabalho flexíveis e na dinâmica turística, conferindo distinções entre culturas e a valorização da área.

Em Palermo Viejo, a proliferação de *torres country* conferiu ao conjunto urbano histórico uma perda na sua caracterização, pela falta de ordenamento e controle que seriam possibilitados a partir de legislações urbanísticas. Neste quesito, por outro lado, os casos brasileiros possuíam meios de atuação e prevenção da perda de identidade ou horizontalidade típicas do conjunto de edificações históricas de poucos pavimentos – como estratégia de manutenção da paisagem histórica. Esta constatação é evidente nas zonas de amortecimento das áreas “protegidas”, nestas sim, a proliferação da verticalização das áreas centrais é revelada claramente.

Apesar da doutrinação de controle e métodos para evitar a hipervalorização do patrimônio das áreas históricas citadas, existem sinais de deficiências, como atualmente é verificado nos desdobramentos do Recife Antigo. As zonas de amortecimento do Plano começam a ser atingidas por investimentos urbanos vultosos como edifícios-torres e *shoppings*, comprometendo a função preconizada para a área. A verticalização e a

elitização do espaço construído parecem inevitáveis também ao entorno próximo do antigo Rio de Janeiro e na própria área que compreende o Palermo Viejo.

Estes obstáculos jurídicos são responsáveis por conferir às zonas centrais o “estatuto de propriedade”, cujo valor de mercado é potencializado e apoia-se em sua centralidade territorial. O princípio sustentável de reinclusão destas áreas no mercado imobiliário, quando subutilizadas, pode significar a necessidade de revisão dos parâmetros que incidem sobre a proteção patrimonial.

A política de projetos para a reabilitação de áreas centrais históricas no Brasil carrega uma conotação muito distinta do sentido e da agenda dos processos de reestruturação de cidades de países desenvolvidos, sobretudo da América do Norte e da Europa. Nestes, a reconquista dos centros para a ampliação de espaços públicos de qualidade e a implantação de projetos segundo a lógica da presença de equipamentos culturais, de lazer e gastronomia, junto da atração de outros empreendimentos, indicam a pretensão dos programas de reposicionar as áreas no “ranking da competição global entre cidades”. Como desdobramento comum a estas estratégias estrangeiras, o enobrecimento dos centros, através da valorização imobiliária, cujos efeitos superam os de investimentos públicos decorrentes do processo de requalificação urbana.

Quanto aos latino-americanos, além da recorrência de semelhanças quanto às metas, a questão é apresentada diante das demandas do contexto no qual grande parte do território ainda carece de condições básicas de urbanização. É assim revelado um paradoxo entre as necessidades evidentes por infraestrutura e condições básicas de urbanidade *versus* as áreas urbanas consolidadas, dotadas de infraestrutura e com uma quantia considerável de imóveis subutilizados ou até mesmo vazios. Justifica-se, portanto, a necessidade de analisar cuidadosamente as premissas, metas e ações dos programas de projetos internacionais, para então serem incorporados os princípios que melhor se adequarão à realidade brasileira, bem como a importância da transferência de conteúdos.

Patrice Melé *apud* Bidou-Zachariasen (2006) comenta as ações nas cidades históricas do México, que passam por profundas mudanças há cerca de 20 anos, pela inclusão destas em programas de Revalorização Patrimonial, diante de um contexto de desvalorização física e fundiária - declínio social e proliferação de cortiços. Sob ação do Poder Público, áreas deterioradas foram delimitadas para o controle da conservação patrimonial, através da intensificação e diversificação de atividades, atração de investimentos, promotores imobiliários, moradores e comerciantes, dando lugar ao espaço e ao equipamento públicos: são diretrizes muito semelhantes à dos casos apresentados.

A semelhança indiscutível entre os estudos de caso apresentados é o comprometimento destes com a produção e a qualidade de cidades mais humanas e

irrestritas, pela qualificação do espaço público e recuperação de bens culturais, isto é, a pretensão de conciliar o social, a cultura e o mercado.

Autores costumam analisar a experiência intervencionista dos três casos e concluir que as áreas, de diferentes maneiras, sofreram processos de *gentrification* derivados destas intervenções que incidiram na mudança do perfil socioeconômico da população residente e incluíram o setor cultural, que elevou o valor da terra urbana – câmbios social, político e econômico.

De acordo com Leite (2007), projetos de revitalização em cidades históricas no Brasil e em outros países têm resultado em alterações das paisagens urbanas através da transformação de lugares historicamente sedimentados, em situação de degradação, frequentados como locais de entretenimento e de consumo cultural, nas “antigas áreas marginais das grandes cidades que vão abrigando complexos centros de lazer, com bares, restaurantes, galerias de arte e lojas de artesanato”. Silveira (2004, p. 74) entende que tais intervenções de valorização do patrimônio “podem se manifestar sob um duplo aspecto: embora muitas vezes encontram-se relacionadas aos projetos de preservação de áreas antigas e revalorizadas no contexto metropolitano, podem também constituir processos de gentrificação”.

Os estudos de caso brasileiros do Recife e do Rio de Janeiro costumam ser enquadrados como ações típicas da chamada *reabilitação urbana*: preocupação concentrada no capital imobiliário, pela readequação de edificações envelhecidas para novos usos, preferencialmente novos serviços, consideração do padrão de parcelamento do solo e da população residente pela busca da adaptação do espaço às necessidades exigidas por seus usos sem descaracterizá-lo. Combinam princípios estratégicos, como o reconhecimento de uma situação, vista como crítica ou degradada, e os imperativos de uma visão integrada de aglomeração urbana centralizada. Propostos primeiramente pela iniciativa do poder público, ambos recorrem a diferentes instrumentos de ação, em particular à parceria público-privada e à adaptação, no decorrer do tempo, conforme demandas ou novas proposições.

As experiências permitiram, portanto, a realização de um balanço de aspectos bem sucedidos e fracassos, que contém ensinamentos capazes de fornecer subsídios e bases metodológicas para a intervenção prevista por este trabalho. Análise que possibilitou a constatação de que a construção de singularidades em áreas de significância histórica depende de recortes induzidos sobre o que se pretende atuar, diante das legislações previstas pela municipalidade ou por órgãos de proteção patrimonial. Cabe, assim, selecionar o que pode (e deve) ser mantido como simbolicamente representativo. A indução de certas zonas de ação, além de permitir o planejamento estratégico e a apreensão dos diferentes aspectos das áreas de um bairro, possibilita reconhecer os significados do

patrimônio que ainda não são isentos da parcialidade da construção dos espaços centrais da cidade. Por outro lado, as delimitações não devem impedir o princípio da continuidade urbana, mas sim, a facilitação de acessos e trocas.

As intervenções urbanas, ao tratarem da área central, deveriam abranger a dinâmica social, prevendo a manutenção ou a criação de condições de mistura, conforme afirma Rivière d'Arc (2007): “a heterogeneidade espacial é supostamente impossível sem a heterogeneidade social.”

Na medida em que a reabilitação deve ser integrada, exigem-se preceitos, a conciliação de custos adequados e a preocupação com o equilíbrio social através de programas de habitação social, atrelados à qualidade ambiental e à segurança. As experiências permitiram a compreensão de que alguns processos podem se assemelhar, porém, não se desenvolvem de modo idêntico. Desconstruí-las possibilitou a apreensão de ensinamentos a serem relativizados. É evidente, ainda, que esta abordagem típica das intervenções de reabilitação – centros históricos - trata de localizações cuja história inscreveu registros de uma memória que já está muito difusa na ordem metropolitana.

**Quadro comparativo dos estudos de caso**

<b>Dados Gerais</b>	<b>Área da Lapa</b>	<b>Bairro do Recife Antigo</b>	<b>Palermo Viejo</b>
Localização	Núcleo central expandido do município do Rio de Janeiro - Bairro da Lapa	Bairro oficial Recife Antigo do município de Recife - Pernambuco	Área do bairro Palermo pertencente ao Centro expandido de Buenos Aires - Argentina
Denominação oficial	Projeto Urbano do Distrito Cultural da Lapa	Plano de Reabilitação Urbana do Bairro do Recife	-----
Principais agentes responsáveis	Poder Público e Parcerias político privadas	Poder Público	Sociedade civil e Setor privado
Período de realização	Início elaboração - 1999; Realização - 2000 a 2003	Início elaboração - 1987; Realização - 1993 a 2003	Transformações incentivadas pelo Setor Público em 1980; Mudanças perceptíveis de 1993 até atualmente
Caráter das intervenções	Patrimonial, Social e Cultural	Habitacional e Turístico-Cultural	Patrimonial e Cultural
Escala de abrangência	Região Central - (5.721.000 m²)	Bairro do Recife Antigo (4.678.000 m²)	Zona de Palermo Viejo (899.281 m²)
Nº de habitantes envolvidos	5.000 habitantes (2000)	500 habitantes (1993)	Cerca de 24.310 habitantes (2001)
Principais objetivos	Criação de condições para a preservação, reconstituição e renovação do ambiente construído; revitalização dos usos; e desenvolvimento socioeconômico através do turismo local e programas de ação social	Conservação da herança histórica e cultural; criação de nova centralidade regional - polo de concentração comercial e de serviços; melhoria econômica; e centro referencial cultural e atrativo turístico	Intervenções para incentivos comerciais e de serviços especializados; restauro e reabilitação dos bens de valor histórico-cultural e das áreas públicas para usos diversos e habitação individual
Ações implementadas	Readequação e melhoria dos espaços de uso públicos; promoção de ofertas culturais tanto em termos de consumo quanto de produção; indução de usos mistos coexistentes; Cinturão Cultural; recuperação, renovação e reconversão de lotes e imóveis subutilizados; urbanização; obras de saneamento, etc.	Restauração e desapropriações de imóveis; recuperação de praças e mobiliário urbano; restauração de marco urbanos e patrimoniais; recuperação de eixos viários e passeios; restauro de fachadas; obras gerais de infraestrutura e saneamento, etc.	Incremento de 60% na oferta de serviços e comércio especializados na área; recuperação de eixos viários e espaços de uso público; tipologia habitacional unifamiliar como alternativa aos novos empreendimentos e com função de conservação e recuperação do casario antigo, etc.
Participação social	Associações civis como SAARA e SARCA	Movimento ideológico da Pernambucanidade	Associações civis como a Sociedad de Fomento

## 5 INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

A metodologia para a análise da realidade do bairro e a consequente definição de diretrizes projetuais segue a recomendação de Vargas e Castilho (2009), segundo a qual a elaboração de diagnósticos é a fase de partida para a análise urbana e social de uma área que sofrerá intervenções. A partir da busca pelo conhecimento dos diversos aspectos relacionados à dinâmica de uma área urbana, reconhecendo sua problemática, investigam-se potencialidades através do diagnóstico das informações coletadas e visitas de campo.

Diante da recomendação, as seguintes análises partem do levantamento de dados históricos e da evolução urbana do bairro, seguido pela coleta e análise dos dados atuais relevantes quanto aos aspectos físicos, sociais, patrimoniais e ambientais.

A definição de objetivos é correlacionada à realidade do bairro e aos anseios dos agentes sociais envolvidos, a partir dos questionários coletados e executados pela RDL, com o intuito de aproximar o trabalho das demandas locais reais da área.

### 5.1 Evolução histórica da ocupação do bairro

Para a análise histórica da evolução urbana do bairro São Francisco foram coletados dados e informações de três fontes históricas prioritárias: o caderno “Memória da Curitiba Urbana”; a cartilha desenvolvida pela Fundação Cultural de Curitiba e pela Secretaria da Casa da Memória, e ainda, o livro de Luiz Garcez, “Curitiba: Evolução Urbana”. A coletânea de fatos descritos a seguir, partiu da organização das informações contidas nos referenciais textuais, com o intuito de traçar um breve panorama histórico da cidade de Curitiba, relacionando-o a fatos e eventos relevantes da estruturação e do planejamento urbanos do bairro São Francisco.

Dentre as várias versões para a origem de Curitiba, está a que identifica a consolidação da primeira ocupação do planalto curitibano, graças a uma expedição comandada pelo General Ébano Pereira com o objetivo de explorar ouro. O povoado inicial deu-se às margens do Rio Atuba, norteado pelas conformações e aspectos naturais passíveis de ocupação. A mudança da vila para a região entre os rios Ivo e Belém ocorreria por volta do ano de 1654, na parte mais antiga da cidade – o “Marco Zero” na atual Praça Tiradentes, como praça central da vila.

O primeiro núcleo urbano de Curitiba surge desta forma, cercado por aglomerados rurais. Garcez (2006) relatou que a possibilidade de desenvolvimento foi adquirida graças às funções de direcionamento e coordenação de atividades produtivas incipientes, pelo

recolhimento e comercialização dos produtos agrícolas provenientes destes agregados próximos.

Na data de fundação de Curitiba, em 1693, a área que seria conhecida como São Francisco já abrigava um seleto grupo de moradores. O *Pátio de Nossa Senhora do Terço* foi o primeiro nome ao qual foi identificada a região atualmente correspondente à porção sul do bairro, devido ao espaço religioso de mesmo nome em frente à igreja local, fundada em 1737. A presença da edificação religiosa é notada por documentos do período que relatam a evolução e as transformações ocorridas no local, como a construção de casas principiadas na Rua Fogo - atual Rua São Francisco.

Fenianos (1998) descreve que o bairro<sup>1</sup> sofreu outra mudança de nomenclatura devido à transferência da Igreja local para a ordem da Congregação Religiosa Franciscana – a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco de Chagas. Durante todo o século XVIII, a região era conhecida pela denominação dada à Igreja, tendo sido reconhecida como Largo da Ordem apenas em meados do século XX, segundo registros em mapas que já citavam o encurtamento do nome do bairro para *São Francisco*.



FIGURA 19 – Foto da Capela São Francisco que fazia parte da Igreja inacabada, demolida em 1914. Fonte: Gazeta do Povo – Caderno Nostalgia.

O núcleo urbano da Vila de Curitiba mantinha-se dentro de um perímetro limitado até o noroeste pelo Largo da Ordem, portanto, a área que viria a ser conhecida como São Francisco pertence à porção mais antiga da cidade de Curitiba, cujo histórico coincide com o da própria cidade.

Curitiba foi beneficiada pelas rotas do ciclo do “tropeirismo”, baseado no comércio e na ligação entre produção e comercialização de produtos para outros estados.

---

<sup>1</sup> A divisão de Curitiba em bairros foi instituída em 1975, diante de um acordo com o IBGE para que a delimitação dos setores censitários coincidissem com a divisão por bairros. (Curitiba em Dados, IPPUC).

Estes caminhos ou trilhas que cruzavam o território e se encontram no largo da praça matriz, serviram como indutores tanto da ocupação urbana, quanto do desenvolvimento social, político e econômico da cidade. (IPPUC, 2004 *apud* Zamberlan, 2006)

As primeiras habitações da região central foram construídas com materiais encontrados ao redor da concentração urbana, tais como madeira, barro, taquara e pedra.

Para a definição espacial do conjunto construído, o ouvidor Rafael Pires Pardini ordenou medidas que evidenciavam a preocupação do estado português com a ambientação e a ocupação organizada do solo urbano. Segundo estudo elaborado pela Diretoria de Patrimônio Histórico-cultural da Fundação Cultural de Curitiba, era exigido que as ruas fossem contínuas e retilíneas, e as edificações contíguas, resultando em quadras compactas cuja conformação impedia a criação de pátios ou corredores laterais, de forma a garantir a segurança dos habitantes. Evidenciava-se, assim, a imposição de certa espacialidade urbana à população, bem como a separação entre os espaços de funções urbanas e rurais, além da manutenção de caminhos, pontes e da limpeza urbana, cuja responsabilidade era das propriedades.

No início do século XIX, o distrito de Curitiba ainda constituía um pequeno núcleo urbano que era gradativamente modificado pelo desenvolvimento econômico do gado e da cultura da erva-mate. A sua adequação à condição de capital incluiu a atuação do francês Pierre Taulois, com o primeiro Plano urbanístico de relevância, cujas recomendações quanto ao novo traçado urbano e ao alinhamento das ruas existentes na Vila colaborariam para a atual conformação do Centro.

Em fevereiro de 1842, Curitiba é elevada à categoria de cidade. No entanto, a mudança mais significativa, para a garantia de supremacia da região, teve lugar somente na década seguinte, em 1853, quando o Paraná se tornou independente de São Paulo.

Ainda no século XVIII, questionava-se quanto à necessidade de um cemitério na região, porém, em virtude da corrente de pensamento higienista em vigência na época e das novas diretrizes do governo federal sobre saúde pública, em 1854 foi fundado o Cemitério Municipal São Francisco de Paula - logo após a emancipação política do Paraná, com a proibição dos sepultamentos junto às igrejas.



FIGURA 20 – Mapa histórico do núcleo urbano com destaque para a área pertencente ao atual bairro São Francisco e Cemitério Municipal ao Norte, de 1857. Fonte: FENIANOS (1998)

O desenvolvimento do Código de Posturas Municipais de Curitiba pelo poder municipal, em 1895, tratou da atuação legislativa da Câmara que seria, pela primeira vez, baseada no saber especializado principalmente no que se referia às construções e às obras de urbanização para a cidade. Medidas de caráter sanitarista e exigências por recuos mínimos definiam padrões construtivos e de usos do solo na cidade. Segundo estudo elaborado pela Fundação Cultural de Curitiba, em 1905 foi criada lei que determinava que:

“no eixo formado pelas ruas da Liberdade (atual Barão do Rio Branco), 15 de Novembro e pela Praça Tiradentes, não se poderia, a partir daquela data, construir casas de madeira, sendo permitidas somente construções em alvenaria com dois ou três pavimentos. No ano seguinte, a área restrita até então a esses três locais foi ampliada para todo o centro da cidade.”



1905



1909

FIGURAS 21 e 22 – Fotografia da vista do Centro a partir da Rua Ébano Pereira – horizontalidade do cenário urbano; Ilustração do Largo da Ordem – Sociedade Garibaldi à direita.

Fonte: Gazeta do Povo – Caderno Nostalgia.

Com o intenso processo imigratório europeu, durante o século XIX, foi possibilitada a ocupação de espaços intersticiais até então pouco povoados, além da indução de soluções para problemas de abastecimento e incremento da agricultura de subsistência. Foi registrada a chegada de cerca de 1.500 alemães em Curitiba, que se instalaram principalmente na região do alto São Francisco, eram donos de estabelecimentos comerciais e de pequenas indústrias. Com o crescimento populacional da cidade, as aglomerações eram incorporadas ao núcleo central, ampliando o quadro urbano. Seria iniciado o processo de hierarquização de usos do solo como forma de fiscalizar a desordenada ocupação.

A ordenação com enfoques estéticos e higienistas, e a expansão do núcleo central resultaram na especulação imobiliária. A virada do século XX seria então marcada pelos movimentos intra-urbanos ocorridos por pressões de aumento do preço da terra urbana, tendo como consequência a redução da população de baixa renda na região central.

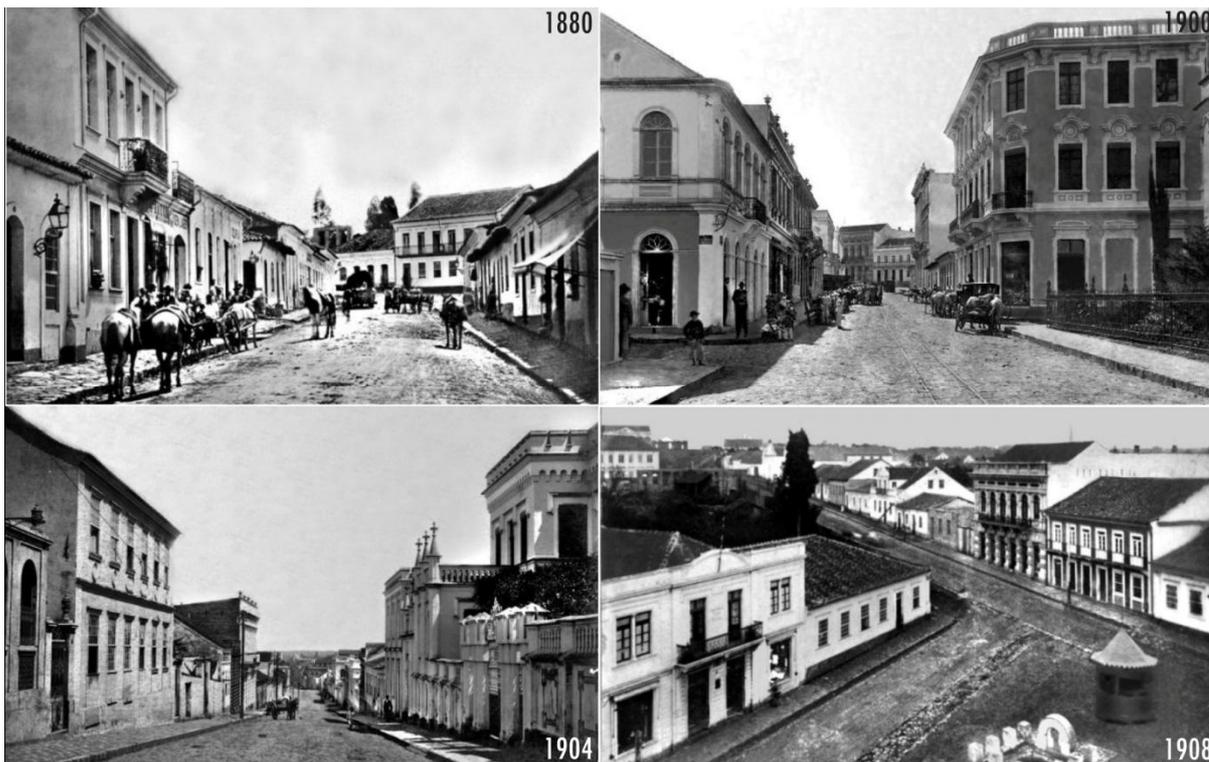


FIGURA 23 – Fotografias de diferentes perspectivas da Rua José Bonifácio, que exemplificam as diretrizes urbanísticas quanto ao uso do solo e tipologias construtivas – horizontalidade e casas geminadas; medidas sanitaristas e de infraestrutura - leito da rua de macadame, calçadas de pedra e sarjeta para escoamento de águas pluviais. Fonte: Gazeta do Povo – Caderno Nostalgia.

Nos primeiros anos do século foi iniciada uma série de grandes obras, incluindo a retificação do Rio Belém, a inauguração do bonde elétrico e reformas paisagísticas como a pavimentação da região central. Para 1920, a prefeitura propôs um Plano de melhoramentos que previu a retificação do traçado irregular das ruas, com enfoque na área central, e o alargamento de “avenidas que ainda hoje são importantes corredores de circulação viária”. (ZAMBERLAN, 2006)

A alteração do Código de Posturas reorganizaria as funções da cidade em três zonas, reflexo das ideias urbanísticas da década de 1930, que acabaram por facilitar a segregação, pela ordenação baseada nos níveis sociais e econômicos da população. Desta maneira, o zoneamento influenciou a valorização dos imóveis da Zona Central destinada ao comércio e à moradia de alto padrão.

Um novo processo de transformação na estrutura urbana de Curitiba foi iniciado na década de 40, com o desenvolvimento do Plano Diretor de Urbanização – o Plano Agache.

Após a experiência do Rio de Janeiro, primeira cidade a proceder a realização de um plano abrangente, foram estabelecidas diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico e espacial da cidade, disciplinando o tráfego, organizando as funções

urbanas, além da premissa de coordenar e de zonear as atividades, estimulando e orientando, desta maneira, o desenvolvimento urbano.

Neste sentido, o plano propunha a divisão da cidade em zonas especializadas funcionais, com as premissas do urbanismo da escola Modernista, com base na Carta de Atenas (1933). Era a primeira tentativa de visualização do crescimento da cidade segundo um projeto global, descentralizando atividades ao prever o aumento populacional que ocorreria na década seguinte. Pensava-se a cidade como um conjunto arquitetônico que deveria atender a certo número de funções essenciais, como trabalho, habitação e circulação.

Além da instituição de um zoneamento para o espaço urbano de Curitiba, estudos previram a necessidade de reconfiguração do intenso tráfego do centro urbano. Houve, portanto, a exigência do alargamento de vias, para facilitar deslocamentos do centro para os bairros, e a premissa da descentralização urbana, pela irradiação de vias a partir do centro, constituindo o chamado Plano de Avenidas, como parte essencial do Plano.



FIGURA 24 – Início das obras na Avenida Cândido de Abreu e vista da área central em processo de verticalização ao fundo. Fonte: Gazeta do Povo – Caderno Nostalgia.

Frente às premissas citadas, diz-se que o desenvolvimento da malha viária da região central ocorreu a partir de dois momentos históricos: pelos caminhos que ligavam as vilas e os demais núcleos urbanos ao Centro (conforme aspectos topográficos adequados), e a partir dos eixos de expansão urbana previstos pelos Planos Diretores.

No ano de 1955, cerca de 180 mil pessoas distribuíam-se entre o núcleo urbano central e as localidades dispersas do tecido urbano principal, do qual todas as rotas convergiam para a centralidade principal da Rua XV de Novembro e entorno. Dos 6 mil habitantes do ano de 1850, a cidade cresce cerca de 30 vezes em um período de 100 anos.

Estes dados evidenciam a necessidade do planejamento frente ao crescimento populacional curitibano. (IPPUC, 2000).

#### EVOLUÇÃO DE CONSTRUÇÕES POR DÉCADA SEGUNDO BAIROS

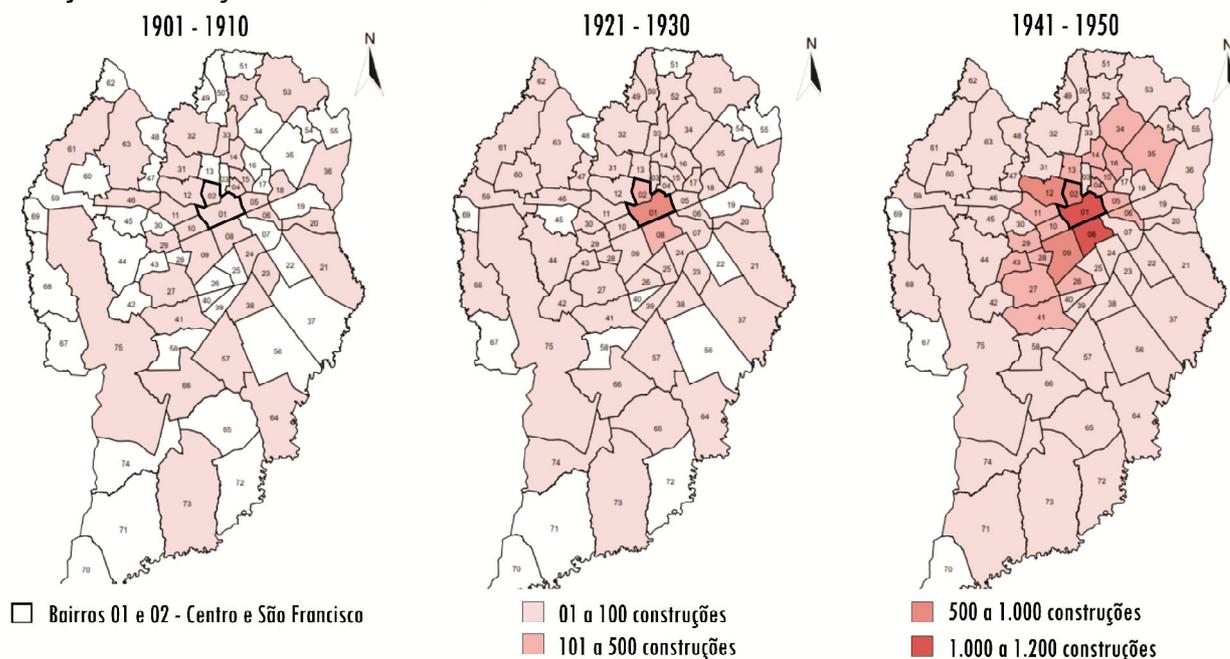


FIGURA 25 – Mapas da evolução do crescimento populacional de Curitiba, a partir da quantidade de construções existentes na primeira metade do século XX. Fonte: Dados e Mapas do IPPUC – adaptados pela autora (2012).

Segundo Oliveira (2000), as obras propostas foram parcialmente implantadas, devido à rigidez dos parâmetros estabelecidos diante da tendência de crescimento prevista para a cidade. A exigência de um novo plano tornou-se assim evidente na década de 60, devido à necessidade de novas adequações e revisão das diretrizes anteriores; ao crescimento demográfico que superou a taxa prevista de 2,5% ao ano, para 7,4% ao ano; e ainda, à constatação da problemática urbana da cidade, principalmente em seu centro tradicional – pelas frequentes inundações, entre outros fatores.

A regulamentação de grandes transformações urbanas ocorreu pela instituição do Plano Diretor de Curitiba, que previu o crescimento urbano linear, ao longo de eixos que redirecionariam sua expansão, privilegiando o sistema de transporte coletivo.

O resgate do Plano Agache possibilitou a implementação de intensas transformações urbanas, tais como a planificação da área central de maneira a direcionar o crescimento linear, concedendo autonomia aos bairros do entorno, bem como a definição da hierarquia de ruas e avenidas.

A história de Curitiba é, portanto, concomitante à história do próprio bairro e região central - denominação devida à referência ao núcleo ao redor do qual cresceu a cidade, a partir do século XVII. A imagem do centro de Curitiba foi transformada com o intuito de embelezá-lo para os visitantes desde a década de 1950, apesar de grande parte do território carecer de infraestrutura básica. Esta distribuição desigual de bens e serviços é típica da cidade capitalista. Foram eleitas áreas centrais da cidade que pudessem ser transformadas de tal forma a encantar turistas e esconder problemas que prejudicassem a ordem vigente.

Conforme dados da Prefeitura Municipal de Curitiba, a primeira manifestação política de preservação do patrimônio edificado, com a disposição de medidas efetivas de salvaguarda de bens, ocorreu em 1966. A partir da institucionalização estadual do conjunto da Praça João Cândido, Igreja da Ordem, Belvedere e Ruínas de São Francisco viriam a ser protegidos. Conforme Decreto da Lei de Zoneamento e Uso do Solo, em 1971, foi instituído o Setor Especial Histórico e publicado o Plano de Revitalização do Setor Histórico.

“De valor histórico em razão de suas características urbanas e pelas edificações do fim do século XIX e início do XX, originários do processo de ocupação da cidade.” (IPPUC, 1996)

O levantamento e cadastramento de edificações de valor histórico-cultural na década de 1970, através da proposição de novas formas de uso e preservação de edificações do conjunto municipal, revelou a importância de edificações que estavam fora dos setores historicamente consagrados. As questões da política de preservação patrimonial eram debatidas primordialmente no IPPUC, mesmo período em que é iniciada a política de pedestrianização de áreas centrais públicas. A partir da listagem de imóveis, foram categorizadas as chamadas Unidades de Interesse de Preservação – UIPs: 586 imóveis que passam a ter usos restritos pela legislação como forma de preservar e conservar sua estrutura, escala e fachadas.

A definição do Setor Histórico representou um passo fundamental para a preservação do patrimônio histórico edificado da cidade. O Decreto que o delimitou incluía a classificação das edificações e instituiu os incentivos fiscais, definição de usos e a regulamentação de demolições e novas construções – é institucionalizado o controle do IPPUC sobre as intervenções locais e a participação municipal no restauro e financiamento. (OBA, 1998).

Para viabilizar as transformações culturais e promover a defesa do patrimônio histórico e artístico, foi criada a Fundação Cultural de Curitiba - FCC. O Município passava assim, a contar com um órgão de competência específica para definir e executar uma política cultural abrangente, voltada para a humanização do meio urbano em fase de

grandes transformações. Uma das principais unidades da Fundação Cultural passou a ser a Casa Romário Martins, localizada no próprio Largo da Ordem. Ao final da década, foi criado ainda o Setor das Unidades de Preservação, como garantia de incentivos fiscais aos proprietários de imóveis históricos, em troca da revitalização e conservação desses imóveis, dos quais grande parcela encontra-se na região central da cidade. Na mesma década, estabeleceu-se o Anel Central de Tráfego Lento<sup>2</sup>, cuja prioridade eram proibições quanto aos estacionamentos privativos e comerciais. (IPPUC, 2000)



FIGURAS 26 e 27 – vista aérea do Setor Histórico e a verticalização intensa da área central ao fundo; Belvedere e Ruínas de São Francisco. Fonte: IPPUC (2011)

---

<sup>2</sup> O Anel de Tráfego teve sua delimitação reduzida e novo traçado através de Decreto do ano 2000, como forma de preservação do espaço ganho pelas áreas pedestrianizadas conquistadas. Atualmente, a ZCT – Zona Central de Tráfego e o Anel Central de Tráfego Lento abrangem 5,77km<sup>2</sup>.

## 5.2 Caracterização da realidade do bairro

A análise inicial de aspectos, dados e dinâmicas que caracterizam o bairro São Francisco são apresentados nos subcapítulos seguintes, para os quais buscou-se uma apreensão geral da realidade local. Para a etapa posterior a esta pesquisa, é prevista a reavaliação dos resultados obtidos no diagnóstico que encerra este capítulo, juntamente da recapitulação e maior aprofundamento de questões relativas a esta dinâmica, para embasar a tomada de decisões e pretextos projetuais.

### 5.2.1 Contextualização

A divisão político administrativa da cidade de Curitiba organiza-se através de Regionais decretadas em 2005, sendo a *Regional Matriz* a qual o bairro São Francisco faz parte. Sua conformação já era semelhante deste o ano de 1993 e, atualmente, engloba mais dezessete bairros equivalentes a 8,27% da área da cidade.

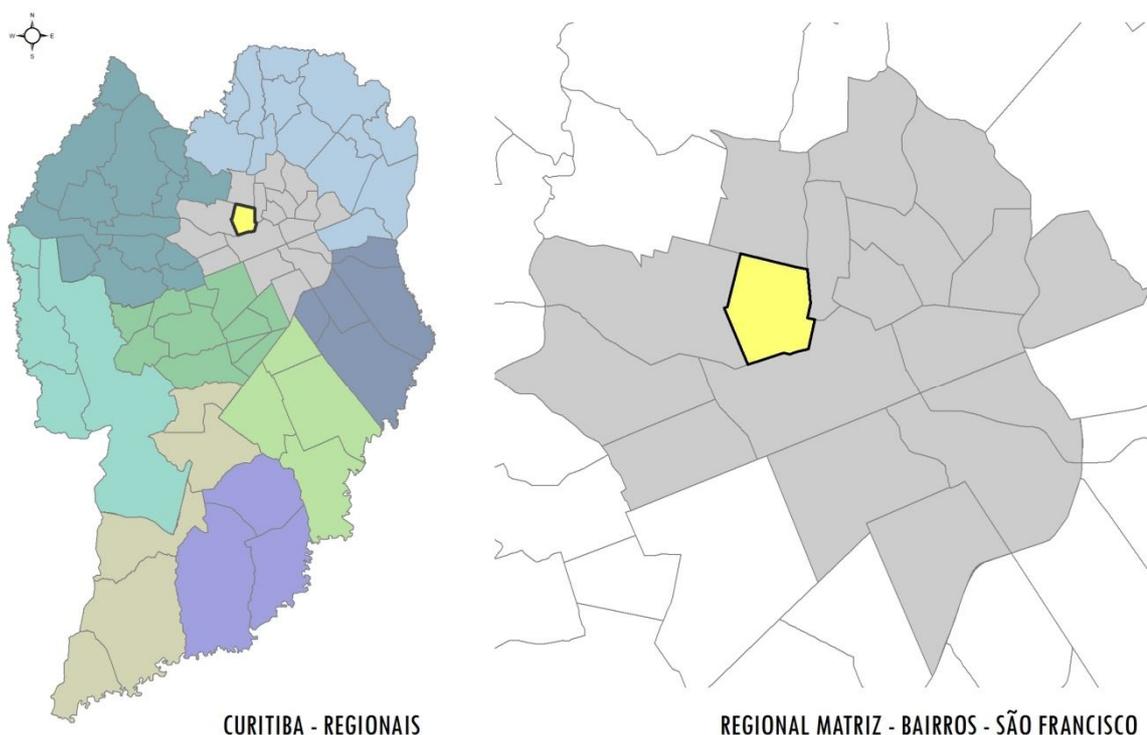


FIGURA 28 – Mapa de Curitiba e divisão administrativa segundo as Regionais: destaque para a Regional Matriz e o Bairro São Francisco. Fonte: Dados do IPPUC (2010) – Trabalhados pela autora

A revisão do Plano Diretor vigente em 2004 resultou em novas premissas acompanhadas da adequação à instrumentação legislativa do Estatuto das Cidades. Dentre as propostas, a manutenção das diretrizes que orientavam a expansão territorial urbana do

centro seguindo os eixos estruturantes e a proposição de seis Planos Setoriais, como forma de aproximação das demandas e particularidades locais de cada região. A integração das ações previstas, na escala dos bairros e da regional administrativa, previu a parceria com agentes públicos de Esporte, Lazer, Cultura ou da Conservação de logradouros, de modo a elaborar soluções que resultaram em linhas de ação encaminhadas aos órgãos centrais do planejamento de Curitiba. (Relatório - IPPUC, 2008)

Para a Regional Matriz, o principal enfoque dado pelos Setoriais atualmente, refere-se à mobilidade urbana, justificado pelo crescente aumento da frota de veículos automotivos no município, junto do aumento populacional, que acarretam em congestionamentos na área de principal confluência dos fluxos diários da população e do sistema de transporte público municipal – a região central. Quanto ao São Francisco, os eixos viários de conexão entre a área central e os bairros de entorno, costumam apresentar semelhanças quanto ao tráfego das principais vias do bairro Centro em horários comerciais: intenso fluxo de veículos e pouca fluidez do tráfego.

Caracterizadas pela caixa de via moderadamente mais ampla que as demais, estes eixos viários que conectam extremidades do São Francisco, costumam não suportar o fluxo intenso dos movimentos pendulares diários da população. Dentre os eixos viários citados, a Rua Inácio Lustosa, Rua Treze de Maio e Rua Mateus Leme.

A região central, como local de concentração de serviços comerciais e empresariais, recebe grande contingente de veículos e mercadorias diariamente, além da utilização do Anel Central por linhas de transporte coletivo que cruzam-no para realização dos percursos.

A hierarquização viária, por sua vez, prevê a indução do equilíbrio e repartição de fluxos da rede viária disponível, pela otimização do potencial das zonas e setores, além da definição de corredores de comércio e serviços.

Somados à demanda por estacionamentos em garagens e ao longo das vias públicas, a rede viária central deve suportar adequadamente também, as demandas do tráfego urbano, tanto o anel viário central quanto as vias internas que servem o interior do centro urbano. Entretanto, tais demandas estão sobrepondo as condições existentes e, para reverter a situação, o Plano Setorial de Mobilização da Matriz é uma iniciativa que deveria ser implementada o quanto antes. Conforme notícia divulgada na Gazeta do Povo (2012), sentidos de algumas vias foram recentemente alterados para melhoria da fluidez no tráfego do bairro, dentre elas: Ruas Celestino Júnior e Travessa General Raul Munhoz (localizadas nas proximidades do Cemitério Municipal); e as Ruas Portugal, Quari e Inácio Lustosa, que passaram a ter sentido único.

### 5.2.2 Legislação urbanística

A disposição de Lei do Zoneamento Municipal, Lei 9.800 do ano 2000, dispôs parâmetros e critérios para o ordenamento e orientações quanto ao uso do solo urbano. Amplamente utilizado pelos Planos Diretores, o instrumento do zoneamento institui a divisão territorial segundo funções e usos – a partir de índices urbanísticos - que melhor se adequam ao conjunto do sistema viário, topografia e infraestrutura existentes em cada região da cidade. Como objetivos principais de tal instrumento, o controle do crescimento urbano – pelo incentivo à ocupação dos eixos de ligação de Curitiba aos municípios da RMC; proteção de áreas inadequadas ou fragilizadas à ocupação urbana; minimização de conflitos derivados de usos e atividades; controle de tráfego através da hierarquização viária; e a preservação da escala urbana permeadas de valores naturais, culturais e ambientais.

O estabelecimento do zoneamento busca o alcance de tais objetivos através do controle de usos e do porte de lotes e edificações, conferindo parâmetros para que as ações individuais estejam de acordo com o conjunto urbano e quanto a necessidade de manutenção da proporcionalidade entre ocupação e infraestrutura.

No bairro São Francisco, especificamente, incidem quatro zonas distintas:

- Zona Central (ZC)
- Zona Residencial 3 (ZR 3)
- Zona Residencial 4 (ZR 4)
- Zona Especial do Setor Histórico (SH).

A compatibilização das políticas de incentivo à preservação patrimonial incide sobre o zoneamento do SH, ao compreender área regida por ordenações especiais de uso e controle do solo, condicionadas a seus aspectos locacionais, funcionais e de ocupação originária dos processos de ocupação urbana do final do século XIX – é um núcleo de expressão histórica e cultural. Definido pelo Decreto nº 185/2000, o Setor é mantido sob as recomendações estabelecidas pelas diretrizes gerais do Plano de Revitalização de 1970. Apesar da ampliação de sua delimitação, ainda não contempla todas as edificações de interesse históricos da área central e divide-se em 2 Subsetores – Subsetor I, de coeficiente de aproveitamento 2,6 e Subsetor II, de coeficiente 2,0.

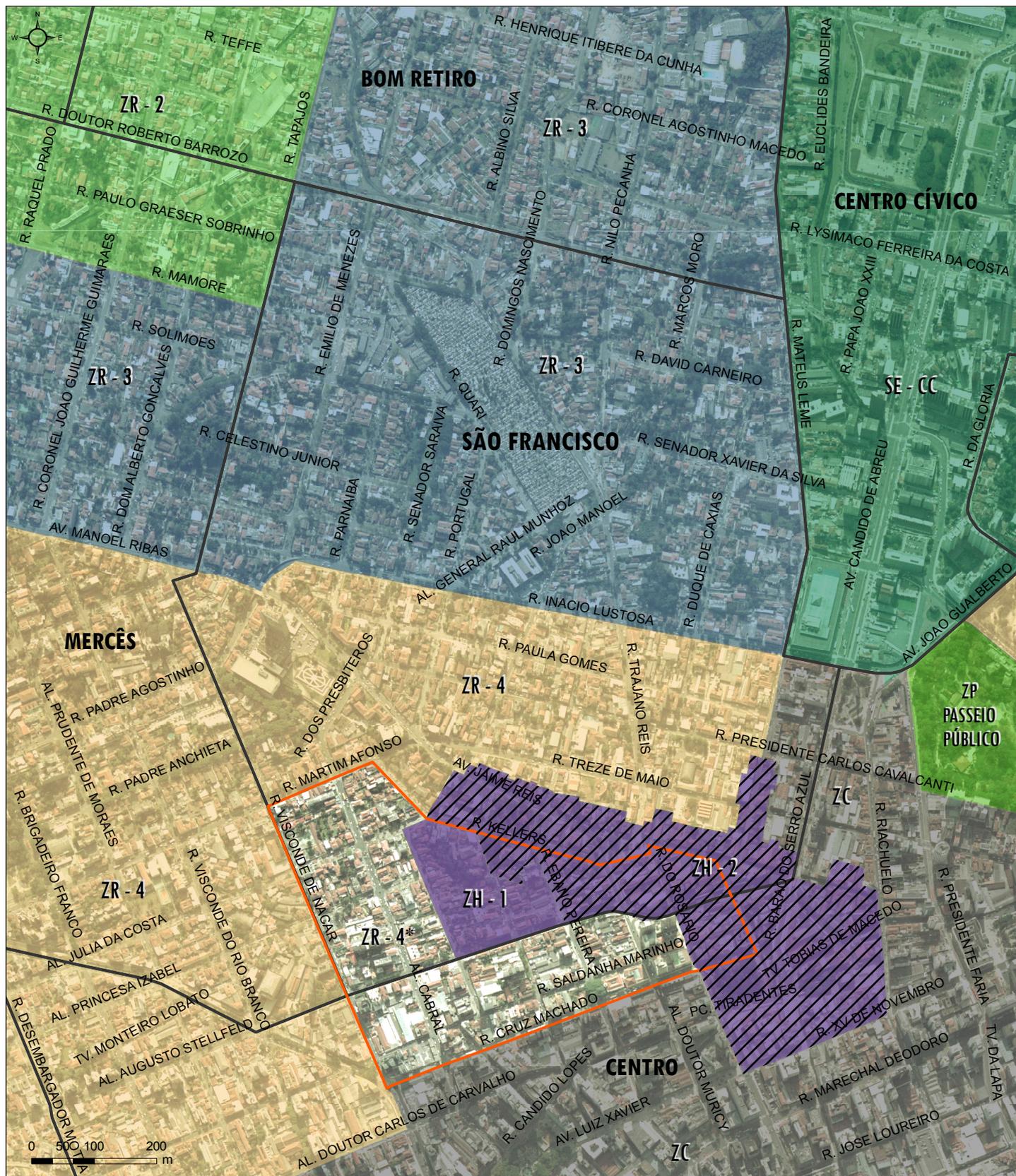
Os projetos arquitetônicos a serem executados na área, devem ser submetidos à aprovação do IPPUC e pela Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural, que também estabelece critérios e condições técnicas para a manutenção, restauro e reciclagem de imóveis cadastrados como Unidades de Interesse de Preservação (UIPs). Demais edificações têm permissão de serem modificadas a partir de aprovação dos órgãos citados,

além de sujeitar-se às influências das UIPs quanto a altura, modulação, volumetria, escala, cor, materiais construtivos e revestimentos externos; ou seja, é prevista neutralidade à intervenção em imóveis próximos às Unidades. Incentivos construtivos concedidos aos terrenos que contenham edificações de valor histórico cultural preservadas, podem ser utilizados no próprio terreno ou transferidos para áreas com diferentes parâmetros, das quais, as presentes no próprio bairro São Francisco são:

- ZR 3, cujo coeficiente de aproveitamento é de no máximo 1,8 e altura máxima da edificação é de 4 pavimentos;
- ZR 4 do bairro São Francisco, cujo coeficiente é 3 e a altura máxima da edificações é de 10 pavimentos;

A observação da paisagem das áreas do bairro que estão sob parâmetros de uso do solo exclusivamente Residencial (mais de 50% da extensão do São Francisco), permite a crítica quanto a premissa de composição homogênea de usos, que pouco dinamiza o local.

Conforme os parâmetros propostos para as áreas envoltórias que interferem na paisagem do bairro, a região que abrange a Zona Central do bairro coincide com a área limítrofe ao bairro Centro, na qual é perceptível a tendência pela verticalização mais intensiva e maior densificação.– destaque para a Avenida Mateus Leme e Barão do Cerro Azul. Desta maneira, as áreas de paisagem amena e confortáveis à escala do pedestre são interrompidas pelas massas verticalizadas, com relevância ao Setor Histórico, imerso na paisagem da área central de entorno.



**Zoneamento**

-  SH - Setor Histórico (Subsetor 1)
-  SH - Setor Histórico (Subsetor 2)
-  ZC - Zona Central
-  SE CC - Setor Especial do Centro Cívico
-  ZR 2 - Zona Residencial 2
-  ZR 3 - Zona Residencial 3

-  ZR 4 - Zona Residencial 4
-  ZR 4 - Zona Residencial 4 - Decreto do Uso do Solo Nº 6337/1991
-  Zona Parque - Passeio Público
-  Delimitação dos bairros

Fonte: IPPUC (2000/2011); Instituto das Águas do Paraná (2012).

### 5.2.3 Aspectos sócio-espaciais

A dimensão urbana do bairro São Francisco é peculiar, uma vez que é delimitada pelo bairro Centro e agrega parte da zona do Setor Especial Histórico ao sul, além de grande área de caráter residencial ao norte. As características históricas são predominantes mesmo ao restante do bairro, pelos exemplares pincelados de edificações ecléticas e de influências alemãs.

A apropriação de espaços públicos, entretanto, não é representativa e pouco condiz a uma área pertencente à centralidade urbana da metrópole curitibana. As Praças João Cândido e do Redentor – mais comumente conhecida como Praça do Gaúcho – são as áreas públicas de maior apropriação pela população, além dos eventos e feiras ao ar livre periodicamente presentes no Largo da Ordem. Coincidentemente, estes espaços são monitorados por câmeras de vídeo, cabendo a seguinte questão: é uma demonstração de cunho violador e de controle do cidadão ou uma forma de manutenção do equipamento público e diminuição de incidências criminais?



FIGURAS 29 e 30 – Sinalização da monitoração por câmeras da Praça do Redentor, ou do Gaúcho.

Fonte: A autora

É perceptível a predominância do público jovem que opta pelas praças como destino e uso noturno. Há evidente heterogeneidade dos grupos de diferentes “tribos” que encontram-se nos locais enquanto suportes da verdadeira expressão *cultura urbana*. A região que concentra atividades de usos noturnos notáveis explica-se pela grande concentração de bares, restaurantes e ofertas culturais como museus e teatros, conferindo uma dinâmica pouco semelhante a encontrada ao norte do bairro.

As demais praças e jardinetes, além de serem pouco frequentadas, não contribuem para a taxa de concentração de áreas verdes livres que está abaixo da média total curitibana, sendo pouco atraentes e acessíveis.

ÁREAS VERDES POR HABITANTES E POR BAIRRO, EM CURITIBA - 2000

Bairros	Área do Bairro (m <sup>2</sup> )	Habitantes no Bairro	Áreas Verdes do Bairro		
			Área em m <sup>2</sup>	%	m <sup>2</sup> / hab
São Francisco	1.363.000	6.607	49.663,89	3,64	7,52
Centro	3.297.000	33.290	109.368,70	3,32	3,29
Curitiba	432.170.000	1.587.315	77.786.020,60	18,00	49,00

TABELA 02 – Dados comparativos das áreas verdes do Centro, São Francisco e Curitiba.

Fonte: Dados IBGE – Censo 2000/ IPPUC, 2000.

No quesito segurança pública, as áreas centrais de grande parte das cidades brasileiras apresentam altos índices de criminalidade, panorama incidente sobretudo na Regional Matriz curitibana, cujos índices de abuso infantil e grupos de moradores de rua estão entre os mais altos da cidade. Comerciantes queixam-se da insegurança da região e estão organizando-se para incentivar a busca de recursos para valorização do bairro e fomentar o caráter cultural e de lazer, que já é presente, mas que pode ser elevado a outro patamar.

Em relato do arquiteto urbanista Mauro Magnabosco, ao jornal Gazeta do Povo, "os centros velhos das grandes cidades sofrem com a degradação justamente porque, durante o dia são de uso apenas comercial, e se tornam verdadeiros desertos noturnos, com aspecto de abandono, sobrando bandidagem, usuários de drogas e prostituição; queremos novamente o uso habitacional do centro, porque isso traz vida de volta às ruas". Para Magnabosco (2012), o uso residencial do centro incentivará o cuidado pelo patrimônio e a preocupação dos moradores com a própria segurança, que tenderá a ser mais presente e efetiva. As presenças de usuários de drogas e de atividades ligadas à prostituição são de conhecimento dos residentes do bairro, segundo depoimentos da RDL. De acordo com as dinâmicas realizadas com a população residente, os eixos viários de maior concentração de atividades e apropriações ilícitas do espaço são: Ruas Treze de Maio, Trajano Reis, Paula Gomes, Inácio Lustosa e Presidente Carlos Cavalcanti, além das principais praças centrais.

Uma forma de apropriação recorrente, porém diferencial do bairro, é a intervenção artística, tanto de imóveis decadentes ou de uso vinculado ao lazer, quanto de espaços públicos. A exemplo de uma interessante Galeria de Fotografia, criada pela comunidade do bairro sobre uma murada de imóvel inutilizado.

O perfil padrão do morador do bairro é de jovens de 20 a 34 anos (30,80% do total da população), complementado pela incidência de grande quantidade de população de baixa renda residente ilegalmente em cortiços no Setor Histórico e adjacências. Percebe-se o aumento de pessoas que moram sozinhas, em detrimento de unidades familiares numerosas, em particular de famílias com filhos em idade escolar. (IPPUC, 2010)

A proliferação de habitações coletivas verticalizadas de altura superior a quatro pavimentos – uma tipologia usual do bairro - está modificando o perfil tanto do morador quanto da paisagem urbana, marcada pela horizontalidade das tipologias edilícias históricas.



FIGURAS 31 e 32 – Tipologias edilícias típicas que permeiam o conjunto urbano histórico do bairro.

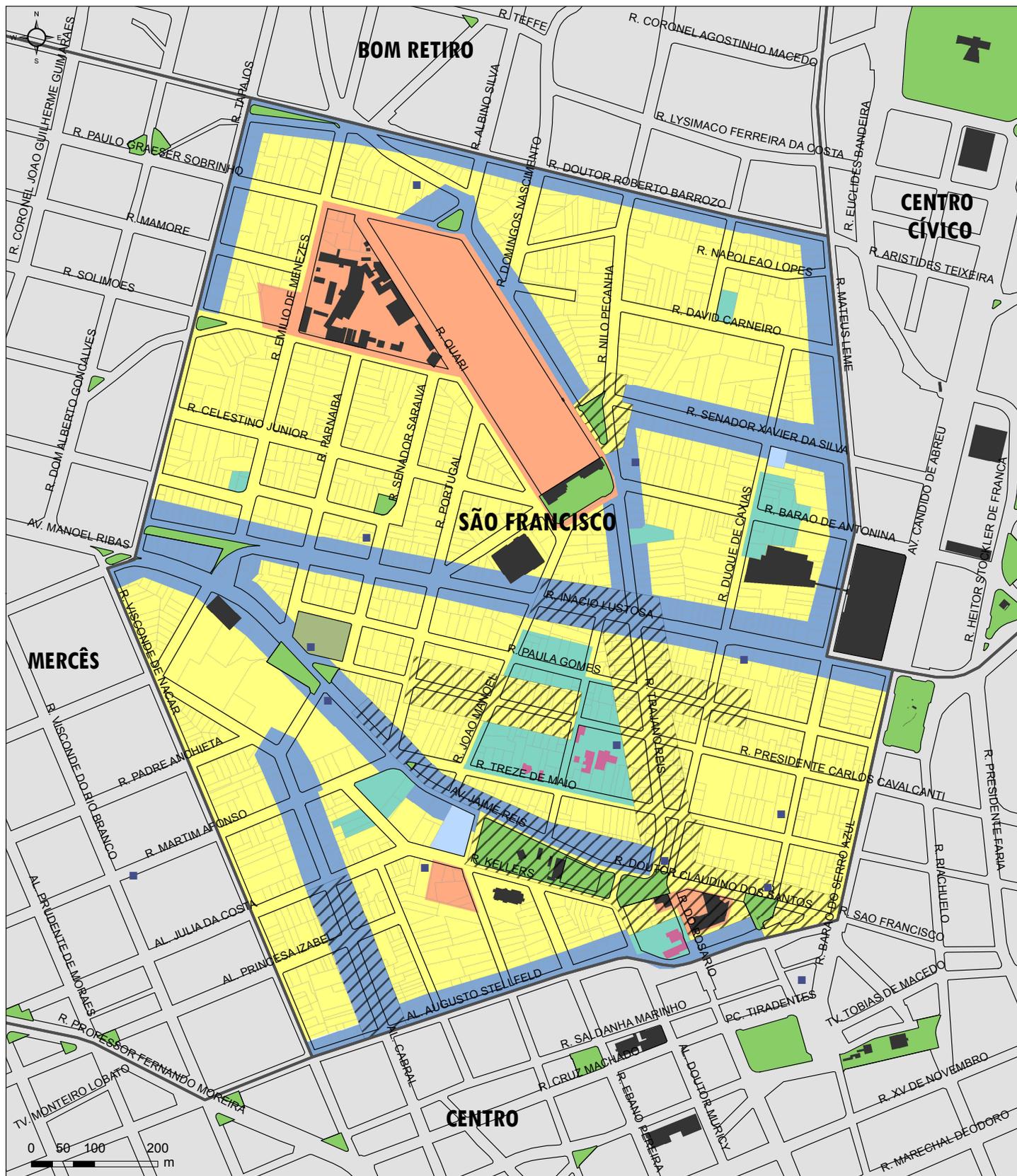
Fonte: A autora



FIGURAS 33 e 34 – Manifestações artísticas sobre fachadas de casarios antigos.

Fonte: A autora

Como analisado por Bonadio (2010), a atratividade da área central é comprovada pela acentuada ação mercadológica imobiliária, além da composição do mais diversificado núcleo de comércio e serviços da metrópole que se estende à borda limítrofe entre o bairro Centro e São Francisco.



- |  |  |
|--|--|
|  Abrigo   |  Uso residencial predominante - Casas (1 a 2 pavimentos) e Edifícios (3 a 5 pavimentos) |
|  Eixos de caráter comercial e de serviços de bairro |  Edificações de Uso Escolar Particular  |
|  Equipamentos de Assistência Social e Saúde         |  Uso Noturno - Bares, Casas de Show, Restaurantes, Praça João Cândido e Largo da Ordem  |
|  Uso predominante educacional                       |  Delimitação dos bairros  |
|  Áreas com predominância de terrenos públicos       |  Centros Religiosos   |
|  Praças e jardins                                   |  |
|  Edificações de destaque                            |  |

Fonte: Prefeitura Municipal de Curitiba e IPPUC (2011); Análise de Campo (2012). Dados trabalhados pela autora.

#### 5.2.4 Aspectos patrimoniais

Embora a arquitetura de maior interesse das áreas patrimoniais não comporte *obras primas*, o fator de polarização exercido pelo espaço preservado, mantém-se determinante na estruturação urbana.

Curitiba não possui uma lei municipal que trata especificamente do tombamento, porém, é possível solicitar que os imóveis relevantes sejam reconhecidos como UIPs: “A diferença é que as unidades são um pouco mais flexíveis. Porque em alguns casos só o volume do imóvel é importante e a reforma interna pode ser feita. A intenção é que a unidade comece com o reconhecimento municipal e depois passe ao tombamento”, explica o supervisor de planejamento do IPPUC, Ricardo Bindo.

As principais medidas municipais de preservação da década de 1970 incluíram a reconstituição e reciclagem dos usos dos bens tombados, como o caso do paiol de pólvora transformado no Teatro Paiol. O viés étnico dos programas de preservação era claramente identificado, além da moldagem política de uma determinada “imagem” à cidade, ou seja, o território urbano constituído de práticas de interesses econômicos e políticos é acompanhado de investimentos simbólicos que lhes servem de suporte.

Levantamentos em campo revelaram a falta de cuidado, preservação e controle diante das UIPs e demais edificações históricas do bairro: pichações e degradações são evidentes em todas as partes do São Francisco, incluindo o Belvedere da Praça João Cândido, que passou a abrigar a própria Guarda Municipal.



FIGURAS 35 e 36 – Edificações históricas deterioradas na Rua Paula Gomes e no Largo da Ordem - Setor Histórico, respectivamente. Fonte: A autora

Dentre os principais marcos referenciais urbanos presentes além dos limites da zona Setor Histórico - que já compreende uma diversidade de edificações relevantes tanto à orientação quanto a simbologias no meio urbano central - a edificação da empresa Embratel pela verticalização destoante do restante do conjunto construído do bairro horizontal; as torres sobressalentes dos centros religiosos, dispersas ao longo do bairro, como comprovações da evidência da heterogeneidade dos moradores e caráter histórico; e o próprio Cemitério Municipal. São elementos construídos que destacam-se do conjunto urbano, seja pelos aspectos estéticos únicos ou pela facilidade de visualização destes de diferentes pontos do bairro.



FIGURAS 37 e 38 – Vista da Igreja Luterana de 1894 ao centro (sob processo de restauro) e edifício da Embratel. Fonte: A autora



### 5.2.5 Aspectos físico-ambientais

A malha viária urbana da área central é caracterizada pela falta de ortogonalidade conforme aproxima-se do Norte, para a adaptação necessária à topografia acidentada da região. Grande parte dos perfis variados das caixas de via foram definidos no período de formação do núcleo urbano citadino – as casas geminadas alinhadas definiam as vias e trajetos urbanos. A seguinte figura-fundo do bairro revela a variação quanto ao tamanho das quadras - com pequenas inserções de travessas - decorrentes da falta de ortogonalidade do conjunto da malha viária. Destaca-se a área do Cemitério Municipal pela grandiosidade em comparação às demais quadras adjacentes.



FIGURA 39 – Morfologia urbana definida pelas caixas de via do bairro – São Francisco em preto. Fonte: A autora



FIGURA 40 – Diferentes perfis de caixa de vias e pavimentação no bairro. Fonte: A autora

A inserção do Cemitério Municipal São Francisco de Paula em meio à malha urbana predominantemente residencial – ZR3 e ZR4 - caracterizou a proliferação de serviços especializados, com enfoque a sepultamentos, funerárias e serviços complementares a tais atividades, em todo o entorno de sua murada.



FIGURA 41 – Entorno murado do Cemitério Municipal São Francisco de Paula.

Fonte: A autora

Na definição de sua instalação, ao final do século XIX, o intuito era o de isolamento do complexo funerário do restante do povoamento urbano da época. Como grande parte dos cemitérios urbanos históricos, de cidades como Curitiba e São Paulo, a premissa do isolamento territorial deixa de ser relevante com a posterior expansão urbana, através da qual, a integração deste espaço ao meio urbano torna-se inevitável. Conforme constatações de Rezende (2006) a respeito dos cemitérios da capital paulista, “não houve uma destruição maciça dos cemitérios, que acabaram localizados no meio do caminho”, principalmente quando se tratavam de jazigos de classes de poder aquisitivo.

Outra hipótese que esclareceria a proximidade e a permanência dos cemitérios na área consolidada deve-se à influência da doação de terras por proprietários - decisão justificada pelo incremento da infraestrutura e valorização espacial que decorreria da instalação do equipamento público, ou ainda, da possibilidade de solicitação pública de terras adjacentes para expansões futuras. Estudos realizados por Rezende (2006) reconhecem dinâmicas diferentes para alguns cemitérios de São Paulo: casos em que o desencadeamento da urbanização não foi motivado unicamente pelos cemitérios, mas que auxiliaram na atração de demais equipamentos públicos à região; cemitérios enquanto frutos de negociações em virtude de doações de terras; ou ainda, casos intencionais de precipitação de ocupação urbana na área envoltória a cemitérios, com o da Vila Mariana.

Atualmente, a possibilidade de destruição (ou relocação) a qual Rezende (2006) referiu-se, não seria uma opção viável, principalmente pela forte carga simbólica inerente a esses equipamentos.

Questiona-se quanto à possibilidade de repulsa pelos residentes das áreas contíguas aos cemitérios, devido à sua localização enraizada na urbanização do entorno. No entanto, a preocupação recorrente de moradores não é o caráter mórbido do equipamento, mas a insegurança e a falta de dinâmica de apropriação espacial por ele acarretadas.

A convivência dos residentes diante do cemitério do São Francisco, aparentemente, é amenizada pelas grandes muradas que o cercam. Entretanto, este mesmo aspecto confere o caráter de *enclave urbano* na obstrução da fluidez do espaço público do bairro, além de incitar sensação de insegurança nos passeios do entorno, às vezes inexistentes – não há grande circulação de transeuntes na região durante o dia. Analisar a falta de vitalidade do entorno do cemitério requer o reconhecimento de que as zonas residenciais tendem a especializar-se em funções únicas. Diante deste cenário, a qualidade do espaço urbano preconizada por Jacobs (2000), através da mistura de atividades, não coincide com a realidade desta área.

A investigação de processos de transformações ocorridos no espaço social dos cemitérios, por Rezende (2006), possibilitou constatações a respeito da mudança de mentalidade diante da dessacralização da morte, progressiva ausência de ritos e burocratização da velação, conforme as atividades relacionadas são ritmadas pela circulação do capital. Tais paradigmas podem ter auxiliado a amenizar áreas envoltórias, cuja paisagem tende a ser horizontalizada, não tendo sido desvalorizadas ao concentrarem uso residencial intensivo.

Próximo à área do Cemitério, outro terreno de uso público também pode ser identificado como um enclave urbano – o quarteirão murado que abriga a Secretaria Municipal de Obras Públicas - SMOP, e a Secretaria Municipal de Administração - SMAD.



FIGURA 42 – Vista aérea da região norte do bairro – ao centro da imagem, o Cemitério Municipal.  
Fonte: IPPUC (2011).

Atualmente a Prefeitura Municipal está realizando, juntamente do IPPUC, obras em eixos viários relevantes dentro da dinâmica urbana, dentre os quais, vias de caráter histórico marcante no bairro Centro, como continuidade do programa *Novo Centro*<sup>1</sup>. O enfoque dado relaciona-se ao Eixo Barão-Riachuelo e à Rua São Francisco, eixos estratégicos de grande circulação de transeuntes e trânsito diariamente, cujas áreas estão inclusas aos limites do Setor Especial Histórico. É prevista a manutenção da paisagem, enterramento de fiações elétricas, renovação de fachadas, incentivo ao circuito gastronômico, e o alargamento dos passeios como priorização aos pedestres – uma faixa do piso em blocos irregulares (paralelepípedo) será mantida e a padronização do calçamento seguirá a implantação de pedras de concerto vermelhas, já utilizadas no recém concluído “projeto de repaginação” da Rua Riachuelo. O financiamento e a obtenção de recursos é de responsabilidade do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FDU, do Governo do Estado. Outras obras de reabilitação de imóveis relevantes estão sendo executadas paralelamente, como a transformação do antigo Quartel Militar em centro cultural dedicado ao cinema e o recente término das obras de restauro da Catedral da Parça Tiradentes e do antigo Paço Municipal.

Conceitualmente, o projeto de repaginação prevê a integração de pessoas de níveis diversos de poder aquisitivo e cultural, melhorias na infraestrutura geral dos eixos viários, padronização de calçadas, iluminação pública com rede de alimentação subterrânea e a dinamização da área nos períodos que o espaço público central tende a ser menos frequentado: durante a noite e finais de semana.



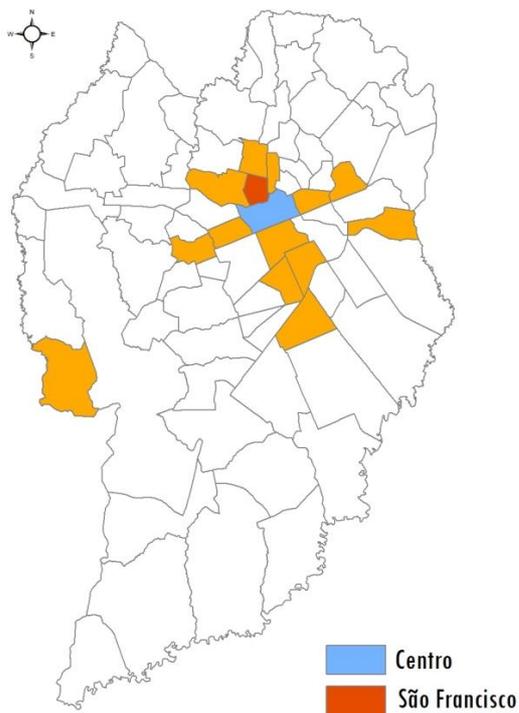
FIGURA 43 – Vistas das fachadas recuperadas da Rua Riachuelo – antes e após a repaginação. Fonte: [www.infraestruturaurbana.com.br](http://www.infraestruturaurbana.com.br) (2011)

As transformações desenvolvidas no Paço influenciarão intervenções para mais dez quarteirões de caráter comercial do entorno, a partir da parceria público-privada entre IPPUC e Fecomercio. Depoimentos de Mauro Magnabosco, arquiteto urbanista do IPPUC, destacam a preconização pela ocupação habitacional das propriedades abandonadas da área e incentivos fiscais através dos instrumentos previstos pelo Estatuto das Cidades.



FIGURAS 44 e 45 – Paisagem atual da Rua São Francisco e o projeto urbano de “repaginação”.  
Fonte: [www.infraestruturaurbana.com.br](http://www.infraestruturaurbana.com.br) (2011)

Os projetos citados são amplamente questionados ao ser revelada certa domesticação e moralização dos eixos viários que estão passando por transformações, claramente gentrificadoras, pelo intuito de atração de classes de alta renda e da expulsão da população marginal, usuários de drogas, prostitutas e travestis. Intervenções do poder público em detrimento de ações de responsabilidade de inclusão social dos grupos marginais. (BONADIO, 2010)



É recorrente, em notícias que tratam destas obras públicas de *repaginação*, a exaltação das melhorias urbanísticas e arquitetônicas da área central, sucesso este, justificado pelo crescimento populacional do centro. Curitiba aparece como uma das únicas áreas centrais do país que alcançaram este êxito – aumento populacional de 14,3% nos últimos 10 anos, somado à inclusão de moradores jovens no quadro de residentes. Apesar do quadro favorável de valorização do espaço central, o cenário valorizado trata especificamente do bairro Centro, desconsiderando os bairros adjacentes à área, como o São Francisco, que representam as localidades que obtiveram maiores taxas de decréscimo populacional nos últimos 10 anos.

FIGURA 46 – Destaque aos bairros de maior decréscimo populacional. Fonte: IPPUC (2008)

O bairro São Francisco correspondeu, na década de 1970, a uma das áreas de maior densidade urbana de Curitiba, 78,42 habitantes por hectare. No decorrer de duas décadas, entretanto, a localidade perdeu seu posto e não estava mais incluso nos dez bairros mais populosos. A taxa de crescimento populacional do bairro São Francisco já foi superior à verificada tanto no bairro Centro quanto em Curitiba, equivalendo a - 3,66% em 2007.

Atualmente, o quadro da perda populacional mantém-se progressivo chegando a uma taxa de crescimento de valores negativos, como revela o gráfico XX.

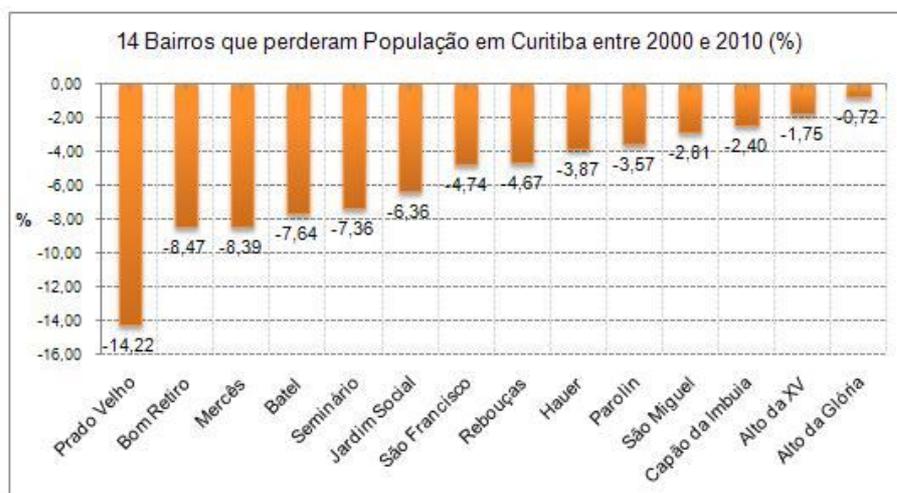


GRÁFICO 01 – Os 14 bairros de Curitiba com maior decréscimo populacional entre 2000 e 2010. Fonte: Gazeta do Povo (ano)



## DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

Condicionantes	Potencialidades	Deficiências
Aspectos Físico-ambientais	Malha viária não ortogonal caracteriza o bairro; Quadras de pequena dimensão; Áreas verdes nos miolos de quadra; Arborização urbana intensiva, iluminação e pavimentação em bom estado nas áreas de caráter residencial	Topografia acidentada; Malha viária não ortogonal diminui o senso de orientação no bairro; poluição sonora aos residentes próximos às áreas de intenso uso noturno
Aspectos Patrimoniais	Paisagem urbana identitária e pouco verticalizada; áreas com possibilidade de continuidade ao Setor Histórico; UIPs e Largo da Ordem	Degradação, descaracterização, depredação e subutilização de tipologias arquitetônicas de interesse patrimonial e espaços de uso público
Mobilidade Urbana	Proximidade à rede de ciclovias; Tráfego pouco intenso em grande parte das vias; priorização ao pedestre no Setor Histórico; obras viárias de liberação do fluxo automotivo; Proximidade com área polarizadora do transporte público coletivo; facilidade de acesso	Topografia do bairro dificulta a implantação de rede cicloviária; passeios estreitos ou inexistentes; carência de vagas de estacionamento; concentração de tráfego intenso em vias conectoras específicas
Infraestrutura Urbana	Infraestrutura adequada à grande parte da área central	Iluminação Pública inexistente ou ineficiente em vias de grande utilização noturna; passeios inexistentes ou precários
Uso e ocupação do Solo	Multiplicidade de usos conforme a proximidade com o bairro Centro; Eixos de serviços dinâmicos; Atividades diversificadas de lazer e cultura; feiras noturnas e diurnas	Perda da população residente; usos homogêneos que acarretam falta de dinamização e vivacidade; necessidade de intensificação das atividades de lazer e cultura; quantia relevante de cortiços; incidência de novos empreendimentos imobiliários que descaracterizam a paisagem urbana pela verticalização
Apropriação do espaço público	Usos diários referentes ao comércio e serviços em alguns eixos específicos; Apropriação noturna intensa das redondezas das áreas de bares, restaurantes, cafés, teatros, etc.	Praças de menor porte pouco atraentes; insegurança afasta a população da utilização dos espaços públicos próximos ao bairro Centro; gentrificação derivada de obras públicas em eixos viários próximos
Equipamentos públicos	Distribuição adequada e diversidade de equipamentos públicos - destaque para os culturais; Extensas áreas públicas, atualmente utilizadas por Secretarias Municipais (SMOP e SMAD) , podem vir a ser utilizadas para uso coletivo; equipamentos de assistência social e albergue	Cemitério Municipal São Francisco de Paula, SMOP e SMAD configuram-se como enclaves urbanos fortificados
Participação social	Atuação contínua da Rede de Desenvolvimento Local; Eventos públicos organizados pela Prefeitura e por iniciativas civis, artísticas e privadas	Pouca disseminação dos encontros da Rede; Ações desejadas pela população ainda não implementadas

## 6 DIRETRIZES PROJETUAIS

Na tentativa de compreensão das exigências humanas em sua relação direta com a metrópole contemporânea, as áreas urbanas centrais são identificadas como suportes intrigantes para a atuação através de projetos urbanos que visem intensificar suas características intrínsecas - como a identidade simbólica e histórica, e a privilegiada localização centralizada no tecido urbano. O processo de deterioração do São Francisco, acentuado pela falta de medidas de conservação e manutenção, tornam pertinentes e necessárias as intervenções de Regeneração urbana.

A partir da previsão de intensificação do dinamismo socioeconômico e cultural do bairro, foram estabelecidas algumas diretrizes projetuais que orientarão a sequência prevista do trabalho.

## DIRETRIZES PROJETUAIS

Reavaliar e complementar os resultados obtidos quanto à realidade do bairro;

Realizar as observações etnográficas - metodologia advinda da Antropologia - para o entendimento do comportamento do homem diante do espaço que produz e utiliza;

Revisar parâmetros urbanísticos e legislações incidentes no contexto político-administrativo;

Estabelecer a setorização projetual: definição e delimitação de Áreas de Intervenção, de acordo com as condicionantes e prioridades de cada região do bairro - enfoque às áreas que não pertencem ao Setor Histórico (SH);

Efetivar a integração da totalidade das ações pontuais aos bairros adjacentes;

Aproveitar e intensificar a vitalidade existente do comércio e das atividades culturais existentes para atração de novos residentes, usuários e visitantes;

Estruturar e reabilitar os espaços públicos existentes conforme as novas premissas da contemporaneidade: incrementar áreas verdes, ampliar zonas pedonais, promover acessibilidade, possibilitar a circulação de diferentes modais de transporte, além de torná-los atrativos tanto aos usos diurnos como noturnos;

Promover a diversificação e racionalização de usos e ocupação do solo;

Prever ações de reequilíbrio da morfologia e paisagem urbanas aos novos empreendimentos no bairro;

Estabelecer medidas que assegurem a preservação do conjunto arquitetônico e da paisagem históricos, para inverter a tendência de deterioração e descaso na localidade, reforçando os aspectos de atratividade, identidade e centralidade;

Estabelecer maneiras de reutilização e reciclagem do acervo edificado e espaços ociosos vazios, subutilizados, abandonados ou degradados;

Revisar a circulação viária para possibilitar a articulação de espaços livres públicos e a fluidez do tráfego automotivo;

Verificar meios que evitem que as intervenções conduzam à gentrificação, tanto da população como das práticas comerciais locais, em paralelo às premissas de promoção do uso residencial;

Relacionar as ações aos anseios dos residentes do bairro através da execução de questionários com a população;

Introduzir questões bioclimáticas às ações previstas;

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. Potencialidades paisagísticas brasileiras. **Boletim Geomorfologia**, São Paulo: Inst. de Geografia da USP, n. 55, 1977.
- ACERVO CASA DA MEMÓRIA. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba; Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <<http://www.casadamemoria.org.br>> Acesso em: 04/05/2012.
- ALVES, G. da A. A requalificação do centro de São Paulo. **Estudos avançados**, São Paulo, 25 (71), p. 109-118, 2011.
- ANDRADE, L. da S. Um debate sobre a qualidade dos espaços físicos de assentamentos populares à luz de conceitos de espaço público. In: MACHADO, D. B. P. (Org). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Editora PROURB, 2006.
- ASCHER, F. Metropolização e transformação dos centros das cidades. In: ALMEIDA, M. A. R. (Org). **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manoele, 2009.
- BOLETIM CASA ROMÁRIO MARTINS. **Centro histórico: espaços do passado e do presente**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2006.
- BORJA, J. Urbanização e centralidade. In: ALMEIDA, M. A. R. (Org). **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- BROERING, A.; MACHADO, C.; SANDEVILLE Jr., E. **Paisagem, cultura e participação social**. In: ENEPEA, 10., 2010, Porto Alegre. Publicação de Artigos. Porto Alegre: FAUPUCRS, 2010, p.1-12.
- CANCLINI, N. G. **A globalização imaginada**. MOLINA, S. (Trad.) São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CARBAJAL, R. Transformaciones Socioeconomicas y urbanas em Palermo. **Revista Argentina de Sociologia**, Buenos Aires, 2003, Novimenbre-Diciembre, Vol./Ano 01. Consejo de Profesionales em Sociologia, p. 94-109.
- CARMONA, M; HEALTH, T.; OC, T; TIESDELL, S. **Public Places – Urban Spaces: the dimension of urban design**. Oxford: Architecture Press, 2003.
- CAROLLO, C. L. **Cemitério Municipal São Francisco de Paula: Monumento e Documento**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: MACHADO, L. V. São Paulo: Liberdade: UNESP, 2001.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

- COSGROVE, D. **A geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In:
- CORRÊA, R. L. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- D'ARC, H. R. A respeito da renovação/reabilitação urbana: da Europa à América Latina, da América Latina à Europa. **Risco** – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, EESC-USP, 2007, p.197-202.
- DOMENECH, T. *et al.* Mapas barriales: ¿marca de las nuevas centralidades? In: GUERRA, M. W. (Ed.) **Buenos Aires a la Deriva**: Transformaciones Urbanas Recientes. Buenos Aires: Biblos, 2005, p. 409 - 429.
- FENIANOS, E.E. **São Francisco**: Uma história de monumentos. Curitiba: UniverCidade, 1998. Coleção Bairros de Curitiba; v. 14.
- FERRAZ, M.; GUEDES, L. *et al.* **Desapropriações e revitalização urbana: como fazer?** Revista AU, São Paulo, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/207/artigo219446-1.asp>> Acesso em: 24/05/2012.
- FRÚGOLI, H. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- GAZETA DO POVO. **Alteração em duas ruas do São Francisco é adiada**. Gazeta do Povo, Curitiba: 2011.
- GARCEZ, L. A. **Curitiba**: Evolução Urbana. Curitiba: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Paraná, 2006.
- GEHL, J. A cidade ao nível dos olhos. **Revista AU**, São Paulo, n. 215, fev. 2012. p. 60-62 Entrevista.
- GEROLLA, G. **Curitiba repagina área central**. Disponível em: <<http://www.infraestruturaurbana.com.br/solucoes-tecnicas/9/artigo241084-1.asp>>. Acesso em: 20/09/2010.
- GORELIK, A. El romance del espacio público. **Revista Alteridades**, Buenos Aires, 2009, Nº 36, p. 33-45.
- \_\_\_\_\_. Modelo para armar: Buenos Aires, da crise ao *boom*. **Revista IEB**, São Paulo, USP, 2008, Nº 46, p. 9-28.
- GUIMARÃES, C.; IWATA, N. **Construindo a cultura na ideia de centro**. In: IX Encontro Nacional da associação Nacional de Pós-Graduação de Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, 2001, Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc\\_1161972040\\_87.doc](http://artigocientifico.uol.com.br/uploads/artc_1161972040_87.doc)>. Acesso em: 07/06/12.
- HABERMAS, J. **História e crítica da opinião pública**. A transformação estrutural da vida pública. Barcelona, 1981.

IPPUC; PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Planos Setoriais - Relatório 2008**. Curitiba, 2008.

IPPUC. **Curitiba em dados**. Curitiba: IPPUC, 2008. CD-ROM.

IPPUC. **A Regional Desejada**. Cadernos da Etapa de Planejamento Cajuru, CIC e Matriz, abril, 2007.

IPPUC . **Evolução do planejamento urbano**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Curitiba:1996.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. ROSA, C. S.(Trad.) São Paulo: Martins Fontes, 2000 (1961).

KOOLHAAS, R. et al. **Mutations**. Barcelona: Autar; Bourdeaux: Arc em rêve Centre D'Architecture, 2000.

LACERDA, N.; ZANCHETI, S.M. **Revitalização do Bairro do Recife**. Centro de Conservação Urbana e Territorial – Universidade Federal de Pernambuco, Recife/Quito, 1998. Apresentação de PowerPoint.

LEBFEVRE, H. **A produção do espaço**. Paris: Anthropos, 1986.

LEITE, R. P. **Contra usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. 2. Ed. Campinas: UNICAMP; Aracaju: UFS, 2007.

\_\_\_\_\_. **Contra usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na MangueTown**. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 17, n. 49, p. 115-172.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (1969)

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, p. 11-29.

\_\_\_\_\_. Rua, símbolo de suporte da experiência urbana. **Cadernos de História de São Paulo 2**. Museu Paulista – USP. São Paulo: USP, 1993.

MEYER, R. O espaço da vida coletiva. In: ALMEIDA, M. A. R. (Org). **Os centros das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI**. São Paulo: Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Programas de Programas Urbanos. **Reabilitação de centros urbanos**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Programas de Programas Urbanos. **Manual de Reabilitação de áreas urbanas centrais**. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

MOSCATO, J. Percursos do urbanismo contemporâneo. In: MACHADO, D. B. P. (Org). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Editora PROURB, 2006.

OBA, L. T. **Os Marcos Urbanos e a Construção da Cidade:** A Identidade de Curitiba. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais e Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, D. de. **Curitiba e o mito da cidade modelo.** Curitiba: Ed. Da UFPR, 2000.

PARK, R.E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano (1916). In: VELHO, O. G. (Org.) **O fenômeno urbano.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 26 – 67.

PAVLICK, M. **Políticas para a recuperação de áreas centrais em cidades latino-americanas.** Estudos de caso: São Paulo, Santiago do Chile e Buenos Aires. (Dissertação de Mestrado) FAUUSP, São Paulo, 2010.

PEIXOTO, N. B. (Org.) **Intervenções urbanas: arte / cidade.** São Paulo: Editora SENAC, 2002.

PEREIRA, M. F. F. da S. **Aumento da atractividade e reforço da centralidade da Baixa Pombalina e Bairros Históricos.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa – Faculdade de Arquitectura, 2011.

PEYERL, L. O Planejamento Urbano à luz do Censo 2000. Revista do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – **Revista Espaço Urbano**, Curitiba, jan. 2003, p. 8-11.

PORTAS, N. Contextos e Transformações. In: MACHADO, D. B. P. (Org.) **Sobre urbanismo.** Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Editora PROURB, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Ruas São Francisco, Carlos de Carvalho e Augusto Stresser serão revitalizadas.** Boletim eletrônico de Notícias. Curitiba: 2011.

Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/noticia.aspx?codigo=23587>

Acesso em: 28/05/2012.

RADOLL, G.; SANDEVILLE Jr., E. **Dinâmicas da paisagem:** espaço público, infraestrutura verde e participação social nas políticas públicas. USJT, n. 4, 2010, p. 55-79.

REZENDE, E. C. M. **O céu aberto na terra;** Uma leitura dos cemitérios na geografia urbana de São Paulo. São Paulo: Necrópolis, 2006.

ROSA, M. L. (Org.) **Microplanejamento:** Práticas Urbanas Criativas. São Paulo: Editora de Cultura, 2011.

SABOYA, R. **Urbanidade** – Urbanismo, Planejamento Urbano e Planos Diretores. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br>> Acesso em 28/05/2012.

SANDEVILLE Jr., E. **A paisagem do município como território educativo.** 2010

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental:** teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EPU, EDUSP, 1985 (1973).

SEGRE, R. **Espaço público e democracia**: experiências recentes nas cidades de América Hispânica. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.060/461>> Acesso em: 20/05/12.

\_\_\_\_\_. Qual futuro para um mundo urbanizado na América Latina? In: MACHADO, D. B. P. (Org). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Editora PROURB, 2006.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERRA, G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**: Guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação. São Paulo: Edusp/Mandarim, 2006.

SILVEIRA, C. B. **O entrelaçamento urbano-cultural**: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_; VAZ, L. F. Áreas centrais, projetos urbanísticos e vazios urbanos. **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 7, ano IV, p. 51-66, jul/dez. 1999.

SIMMEL, G. A metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O. G. (Org.) **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 11-25.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. ANDRADE de, C. R. M. B. (Org.); HENRIQUE, R. F. (Trad.). São Paulo: Ática, 1992.

SOLÀ-MORALES, M. Espaços públicos e espaços coletivos. In: ALMEIDA, M. A. R. (Org). **Os centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Terceiro Nome: Viva o Centro: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

TORRES, M. **Estúdio Abierto** (Open Studio). Disponível em: <<http://universes-in-universe.de/specials/2007/estudio-abierto/english.htm>> Acesso em: 10/09/2012.

TSIOMIS, Y. O ensino de projeto urbano entre crise e a mutação. In: MACHADO, D. B. P. (Org). **Sobre urbanismo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Editora PROURB, 2006.

VARGAS, H.; CASTILHO, A. L. **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2006.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WIRTH, L. O urbanismo como Modo de Vida (1956). In: VELHO, O. G. (Org.) **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 26 – 67.

ZAMBERLAN, R. **Planos e Valores no espaço urbano de Curitiba**: Setor Estrutural Norte-Sul. (Dissertação de Pós-Graduação em Gestão Urbana) PUC – PR, Curitiba, 2006.

ZINGER, P. **Programa Lapa Legal**: subprefeitura atua no ordenamento urbano. Subprefeitura do Centro e Centro Histórico, 2011.  
Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/scch/exibeconteudo?article-id=1437197>>  
Acesso em: 07/06/2012.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.** In: ARANTES, Antônio A. (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000.

## REFERÊNCIAS DE APOIO

BESCIAC, N. C. **Reabilitação urbana do centro de São José dos Pinhais, PR.** Monografia (Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Setor de Tecnologia – UFPR, Curitiba, 2011.

BONADIO, M. G. **Reabilitação Urbana: Setor Histórico de Curitiba – PR.** Monografia (Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Setor de Tecnologia – UFPR, Curitiba, 2010.

CELIS de, F. A. **Transformaciones econômico-territoriales em lãs áreas de Palermo Viejo y Palermo Hollywood.** Buenos Aires: Centro de Estudios para El Desarrollo econômico Metropolitano, Secretaria de Desarrollo Económico Del Gobierno de La Ciudad autônoma de Buenos Aires, Cuadernos de trabajo 5.

CRUZ, J. A. de B. Integrar as pessoas da cidade coíbe a violência. **Jornal Folha de S. Paulo**, São Paulo, jun. 2012, p. 14. Entrevista.

DIREÇÃO GERAL DE PATRIMÔNIO E INSTITUTO HISTÓRICO. **Ciudad de Buenos Aires un recorrido por su historia.** Buenos Aires: Gob Ciudad de Buenos Aires, 2009.

FERRI, L. S. **Requalificação urbana do centro de Curitiba – PR.** Monografia (Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo) Setor de Tecnologia – UFPR, Curitiba, 2009.

LEITE, C. **Cidades Sustentáveis, Cidades Inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

ROSSI, A. **La arquitectura de la ciudad.** 7. Ed. Barcelona, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Teses, Dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos.** Curitiba: UFPR, 2007. (Normas para apresentações de documentos científicos, 2).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Referências.** Curitiba: UFPR, 2007. (Normas para apresentações de documentos científicos, 4).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistemas de Bibliotecas. **Citações e notas de rodapé.** Curitiba: UFPR, 2007. (Normas para apresentações de documentos científicos, 7).

ZOLINI, G. P. de P. **A inflexão do conceito gentrificação em conjuntos urbanos patrimoniais em cidades de pequeno porte: os casos mineiros de São Thomé das Letras e Tiradentes.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

